



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA  
EDITAL PPGS/POSGRAP/UFS Nº02/2020

CARLOS EDUARDO TRINDADE SANTOS

**A QUESTÃO RACIAL, O PODER E A POLÍTICA:  
Uma análise acerca das candidaturas de ativistas negros(as) nas eleições municipais de  
2020 em Aracaju (SE)**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

São Cristóvão (SE)  
Janeiro/2023

CARLOS EDUARDO TRINDADE SANTOS

**A QUESTÃO RACIAL, O PODER E A POLÍTICA:  
Uma análise acerca das candidaturas de ativistas negros(as) nas eleições municipais de  
2020 em Aracaju (SE)**

Projeto de pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Pró-Reitoria de Pós-graduação e Pesquisa da Universidade Federal de Sergipe (UFS), para obtenção do grau de Mestre em Sociologia.

Linha de Pesquisa: Minorias sociais: diferença, desigualdades e conflitos sociais.

Orientador: Prof. Dr. Petrônio José Domingues.

São Cristóvão (SE)  
Janeiro/2023

### **Dados de Catalogação na Publicação (CIP)**

S237q Santos, Carlos Eduardo Trindade  
A questão racial, o poder e a política: uma análise acerca das candidaturas de ativistas negros(as) nas eleições municipais de 2020 em Aracaju (SE) / Carlos Eduardo Trindade Santos. – São Cristóvão, 2023. 126 f.: il ; color.

Orientador: Petrônio José Rodrigues.  
Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe, Programa de Pós-graduação em Sociologia, 2023.

1. Sociologia. 2. Eleições municipais-Aracaju (SE).3. Ativistas políticos negros 4. Racismo. 5. Democracia I. Domingues, Petrônio José, orientador. II. Título.

CDU316.347:224(813.7)

**Ficha elaborada pela bibliotecária Shirley dos Santos Ferreira (CRB-5/001862/0).**

## AGRADECIMENTOS

Aos amigos e leitores, gostaria de enfatizar que o trabalho ora disponibilizado foi fruto tanto da minha caminhada histórica nos movimentos sociais e, mais especificamente, no movimento negro sergipano e brasileiro, porém, simultaneamente, do conjunto de relações de amizades, parentais e de alianças pessoais que vamos constituindo no decorrer da nossa experiência vivida.

Agradeço em primeiro lugar a oportunidade genealógica de ser um Trindade Santos e ser testemunha de um processo familiar de mobilidade racial que em muito contribui para o meu entendimento sobre a questão racial brasileira, materializado na convivência com meus pais, José Elói dos Santos e Lizete Trindade Santos, meus irmãos, Jorge Luiz Trindade Santos e José Elói dos Santos Filho, e meus filhos, Pedro Mahin Araújo Trindade, João Vitor Araújo Trindade, Jorge Kayo de Lima Trindade e Danilo Bakari Lima Trindade e suas respectivas mães, Selma Silva de Araújo e Joseanes Lima dos Santos. Por fim, a todos(as) os tios(as), primos(as) dos troncos maternos e paternos deste promissor clã familiar.

À parte as relações familiares, não poderia deixar de agradecer àqueles(as) companheiros(as) que integram o movimento social negro e contribuíram efetivamente para as reflexões aqui colocadas. A construção dos Encontros de Negros do Norte e Nordeste, da União dos Negros de Aracaju (UNA), da Sociedade Afro-sergipana de Estudos e Cidadania (SACI), da Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN), da Secretaria Estadual de Combate ao Racismo do Partido dos Trabalhadores (SECR) e da própria Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR/PR) fazem parte desta trajetória.

No Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/UFS), além da relação anterior com o Rogério Proença, tive o prazer de ampliar meus conhecimentos com Frank Marcon, Marcos Aurélio Dias, Marcelo Ennes, Ivan Fontes Barbosa, Wilson José Ferreira de Oliveira, Fernanda Petrarca, Romero Venâncio e, por fim, com um destaque e reconhecimento especial para o meu orientador e amigo, Petrônio Domingues, o qual foi primordial para me incentivar a tocar este projeto até seu desfecho final contra todas as indisposições, falta de tempo e superações pessoais de quem não está afeito às lides do mundo acadêmico.

Importante também ressaltar a importância dos debates havidos no curso preparatório para a pós-graduação promovidos pelo Geteq-UFS, na pessoa da companheira e incentivadora, Tereza Martins e com os(as) colegas do mestrado em todas as disciplinas cursadas e a amigos(as) que me ajudaram com a leitura crítica desta dissertação e de artigos anteriores escritos por mim nesta caminhada. Importantíssimo, por demais, foi contar tanto na qualificação

quanto no momento da defesa com o olhar criterioso e construtivo da Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Flávia Rios e do Prof. Dr. Paulo Neves cujas presenças me encheram de orgulho.

Por fim, um agradecimento especial àqueles(as) ativistas do movimento social negro que se dispuseram a entrar com extrema coragem numa disputa bastante desigual e contribuíram, através dos seus depoimentos, para avançarmos nas reflexões acerca da participação da população negra nas esferas do poder político.

Pessoas que eu tenha esquecido de citar, foi decorrente da minha cansada memória e não do seu envolvimento direto ou indireto no projeto coletivo que foi elaborar esta dissertação.

Para vocês como um todo, parafraseando Solano Trindade, deixo um abraço grande como o Rio Nilo.

## RESUMO

Este trabalho de pesquisa tem como objetivo analisar as condicionantes sociológicas que impactaram nos resultados eleitorais obtidos pelas candidaturas de pessoas negras no pleito municipal de 2020 para o cargo de vereador no município de Aracaju (SE). A partir de uma revisão bibliográfica e da aplicação de um questionário junto a 07 (sete) ativistas buscamos ampliar nossa compreensão sobre as barreiras sociais, políticas, culturais e institucionais que dificultam o acesso de pessoas negras aos espaços de poder. Seus resultados apontam para dificuldades de várias ordens, não só financeira – reconhecidamente um dos maiores entraves, as quais exigem iniciativas de mudança e repactuação da ordem democrática como um todo, tornando-a, de fato, participativa e diversificada do ponto de vista cultural.

**Palavras-chave:** Racismo; representação; democracia; movimento negro; ativismo; partidos; política; poder.

## ABSTRACT

This research work aims to analyze the sociological conditions that impacted the electoral results obtained by the candidacies of black people in the 2020 municipal election for the position of councilor, in the municipality of Aracaju (SE). Based on a bibliographical review and the application of a questionnaire with 7 (seven) activists, we seek to broaden our understanding of the social, political, cultural and institutional barriers that make it difficult for black people to access spaces of power. Its results point to difficulties of various kinds, not only financial – admittedly one of the biggest obstacles – which require initiatives to change and renegotiate the democratic order as a whole, making it, in fact, participatory and diversified from a cultural point of view.

**Keywords:** Racism; representation; democracy; black movement; activism; parties; politics; power.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CCN	Centro de Cultura Negra
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CEB	Código Eleitoral Brasileiro
CEDENPA	Centro de Defesa do Negro do Pará
CEN	Coletivo de Entidades Negras
CENARAB	Centro Nacional de Africanidade e Resistência Afro-Brasileira
CESEP	Centro Sergipano de Educação Popular
CF	Constituição Federal (CF)
CN	Congresso Nacional
CONAQ	Coordenação Nacional de Associações Quilombolas
CONEN	Coordenação Nacional de Entidades Negras
EQUIP	Escola Quilombo dos Palmares
FCP	Fundação Cultural Palmares
FEFC	Fundo Especial de Financiamento de Campanha
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FNB	Frente do Negro Brasileira
IES	Instituição de Ensino Superior
IESP	Instituto de Estudos Sociais e Políticos
INTECAB	Instituto Nacional da Tradição e Cultura Afro-Brasileira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MNU	Movimento Negro Unificado
MNU/BA	Movimento Negro Unificado da Bahia
ONU	Organização das Nações Unidas
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PR	Partido Republicano
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático

PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
SACI	Sociedade Afrosergipana de Estudos e Cidadania
SEPPIR/PR	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República
STF	Supremo Tribunal Federal
TEN	Teatro Experimental do Negro
TRE/SE	Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Sergipe
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UBS	Unidade Básica de Saúde
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UNEGRO	União de Negros pela Igualdade
UNA	União dos Negros de Aracaju

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b>	Perfil do estado civil dos pesquisados.....	100
<b>Gráfico 2</b>	Perfil da religião dos pesquisados.....	100
<b>Gráfico 3</b>	Perfil da escolaridade dos pesquisados.....	101
<b>Gráfico 4</b>	Perfil de trabalho dos pesquisados.....	102
<b>Gráfico 5</b>	Perfil do local de trabalho dos pesquisados.....	103
<b>Gráfico 6</b>	Perfil da renda familiar em salários mínimos dos pesquisados.....	104
<b>Gráfico 7</b>	Perfil do tempo de militância social (em anos) dos pesquisados.....	106
<b>Gráfico 8</b>	Perfil do público beneficiado pela sua militância social dos pesquisados.....	107
<b>Gráfico 9</b>	Perfil do tipo de militância social dos pesquisados.....	108
<b>Gráfico 10</b>	Perfil sobre a assessoria de comunicação/mídia digital.....	109
<b>Gráfico 11</b>	Perfil sobre o meio mais efetivo para captação de votos dos pesquisados.....	110
<b>Gráfico 12</b>	Perfil sobre a forma e abordagem mais utilizada dos pesquisados.....	110
<b>Gráfico 13</b>	Perfil das principais bandeiras de campanha dos pesquisados.....	111

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b>	Configuração do Movimento Social Negro em Sergipe por ano de criação (década de 1980 a década de 2010).....	55
<b>Quadro 2</b>	Vereadores negros (pretos e pardos) apoiados pelo movimento social negro de Sergipe no período de 2000 a 2018.....	75
<b>Quadro 3</b>	Perfil e gastos financeiros por candidato eleito em Aracaju em 2020.....	86
<b>Quadro 4</b>	Valor comparado do Voto de Ativistas e Não Ativistas declarados pretos (Os três mais votados).....	96
<b>Quadro 5</b>	Valor Estimado do Voto de Ativistas Negros(as).....	98
<b>Quadro 6</b>	Partido e tempo de filiação.....	105

## LISTA DE FIGURA

<b>Figura 1</b>	Medidas legislativas na área racial aprovadas na Câmara de Vereadores de Aracaju no período de 1988 a 2018.....	<b>79</b>
-----------------	---	-----------

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
1.1	Metodologia.....	16
<b>2</b>	<b>DEMOCRACIA, REPRESENTAÇÃO E DIVERSIDADE.....</b>	<b>19</b>
2.1	De qual democracia estamos falando?.....	20
2.2	Os impasses da representação.....	22
2.3	Reconhecimento e redistribuição na reprodução das desigualdades.....	25
2.4	Os caminhos da redemocratização no Brasil.....	28
2.5	Movimentos sociais e a participação política no Brasil.....	32
<b>3</b>	<b>LIMITES E DESAFIOS DO MOVIMENTO NEGRO CONTEMPORÂNEO.....</b>	<b>35</b>
3.1	Revisitando a questão racial brasileira.....	35
3.2	Os dilemas da luta antirracista no Brasil.....	38
3.3	Atuação do movimento negro durante a redemocratização.....	41
3.4	Um olhar sobre o movimento negro em Sergipe.....	45
3.4.1	Da Nova República aos primeiros passos da redemocratização.....	46
3.4.2	A relação com o Estado no presidencialismo de coalizão do governo FHC....	48
3.4.3	Inicia o período do Lulismo.....	51
3.4.4	O governo Dilma Roussef e as manifestações de 2013.....	53
<b>4</b>	<b>INTERAÇÕES ENTRE A QUESTÃO RACIAL E A POLÍTICA ELEITORAL.....</b>	<b>58</b>
4.1	A sub-representação e outros desafios da inserção de negros(as) nos espaços de poder.....	58
4.2	Casos emblemáticos de ocupação de espaços de poder por ativistas negros(as).....	68
4.3	Os antecedentes históricos da participação eleitoral de ativistas negros(as) em Sergipe: um depoimento pessoal.....	71
4.3.1	Resgatando este processo em Aracaju.....	73
4.3.2	A produção legislativa sobre a questão racial na Câmara de Vereadores de Aracaju.....	76
<b>5</b>	<b>ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DE ATIVISTAS NEGROS(AS) NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020 DE ARACAJU.....</b>	<b>80</b>

<b>5.1</b>	<b>Conjuntura político-eleitoral em 2020.....</b>	<b>82</b>
5.1.1	Apontamentos sobre o quadro político-eleitoral 2020 em Aracaju.....	84
5.1.2	Nova composição da Câmara de Vereadores de Aracaju.....	86
<b>5.2</b>	<b>Cotas e identidade étnico-racial no processo eleitoral.....</b>	<b>89</b>
5.2.1	Heteroidentificação versus autoclassificação no campo político eleitoral: um impasse a ser superado pelo Tribunal Superior Eleitoral.....	90
<b>5.3</b>	<b>Os resultados da participação eleitoral de ativistas negros(as) nas eleições municipais 2020 de Aracaju.....</b>	<b>93</b>
5.3.1	Perfil dos participantes.....	99
5.3.2	Inserção partidária das candidaturas.....	104
5.3.3	Base social das candidaturas.....	106
5.3.4	Estruturas e estratégias de campanhas.....	108
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>112</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>115</b>
	<b>APÊNDICE I: QUESTIONÁRIO.....</b>	<b>121</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O modelo político estabelecido pela Carta Constitucional de 1988 representou um grande passo para a retomada do processo democrático no Brasil, permitindo que as diversas forças presentes na sociedade brasileira pudessem ser representadas no palco do pluripartidarismo. Apesar desta importante mudança, decorrente do novo pacto político estabelecido na Assembleia Nacional Constituinte, o seu requerido aperfeiçoamento no sentido de ampliar a representação dos diversos segmentos sociais ainda deve perdurar por algumas gerações se não sofrer solução de continuidade.

Este sistema tem, dentre suas pedras basilares, o presidencialismo, o federalismo, o bicameralismo, o multipartidarismo e a representação proporcional. Convivendo em paralelo com esta estrutura formal, o Estado brasileiro, desde os tempos de colônia até os dias atuais, manteve um padrão hierárquico de dominação através do patrimonialismo, do clientelismo e do coronelismo como interface da exclusão popular das esferas de poder.

De maneira improvisada, a entrada da população na política vai ocorrer a partir de 1932 com a garantia ao direito de voto para as mulheres no primeiro Código Eleitoral Brasileiro (CEB), decorrente de uma luta que se desenrolava desde a Assembleia Constituinte de 1891 e, posteriormente, na Constituição de 1988 quando é aprovado o voto para pessoas analfabetas e menores de 16 anos, ampliando sobremaneira o quantitativo de participantes negros(as) nos pleitos eleitorais. Não custa lembrar que esta participação era circunscrita ao ato de votar, pois a representação de interesses requeria outros desdobramentos como veremos adiante.

Esta massa de eleitores vai se defrontar com um complexo sistema de poder materializado no chamado presidencialismo de coalizão, o qual, para manter-se governando, opera articulações junto a estrutura partidária e as forças regionais estabelecendo filtros cada dia mais estreitos para renovação ideológica dos quadros políticos. Destaca-se nesta postura de embargar os avanços políticos aprovados na nova carta constitucional o chamado Centrão – forças políticas vinculadas a manutenção do *status quo* da política brasileira cuja tarefa precípua é ser sempre contrária a atuação dos movimentos sociais em prol de uma maior democratização do Estado e da sociedade brasileira.

Em Sergipe, forças políticas ligadas ao regime militar governou este Estado durante boa parte da chamada terceira república, salvo um interregno ocorrido nas primeiras décadas deste século com a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo estadual.

Nessas mais de três décadas de eleições diretas, a política em Aracaju, por outro lado,

foi conduzida por forças de centro-esquerda. Foram ícones dessa história: Jackson Barreto, Marcelo Déda e Edvaldo Nogueira, todos eleitos por mais de uma vez. Ressaltamos que o ex-governador e ex-prefeito João Alves Filho também foi reeleito prefeito de Aracaju em dois mandatos (1974-1978 e 2012-2016), porém a sua primeira gestão ocorreu ainda como prefeito biônico indicado pelo governador à época, Augusto Franco, sob a égide da ditadura militar.

Nesse período em que ocorreram nove pleitos municipais, de acordo com o Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Sergipe (TRE/SE), chama a atenção que tenham sido eleitos para a Câmara de Vereadores de Aracaju apenas 11 (onze) pessoas que identificamos como negras, sendo duas mulheres: Conceição Vieira e Rosângela Santana, e nove homens: Max Prejuízo, Francisco Gualberto, Emanuel Nascimento, Adelson Barreto, Antônio dos Santos, Antônio Bitencourt, Manoel Marcos, Binho e Sargento Byron. Cabe observar que nesta identificação utilizamos um critério bastante particular de heteroidentificação, pois somente a partir de 2014 o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) passa a incluir a condição racial dentre as informações pessoais das candidaturas, ou seja, o número de negros (pretos + pardos) poderia ser mais representativo do que estes supracitados. No último capítulo desta dissertação, trazemos ao debate a realidade racial da composição da câmara de vereadores na legislatura de 2020-24.

É importante observar que estes parlamentares ora relacionados ocuparam seus mandatos em diferentes momentos. Geralmente, em cada legislatura, dois ou três dos nomes apresentados são eleitos, perfazendo um percentual de 10 a 14% do total de cadeiras na Câmara de Vereadores numa cidade negra como Aracaju, dependendo do número de vagas que foi alterado no período em tela.

Não custa ressaltar o ponto de partida desta análise: a constatação de que o racismo estrutural – conforme pensamento de Almeida (2018) no livro *O que é racismo estrutural* – presente na sociedade brasileira e alicerçada na naturalização do supremacismo e identitarismo branco europeu, nos trouxe como consequências, as desigualdades raciais, a exclusão social, a pobreza e a violência de grande parte da população, majoritariamente negra. Trouxe à tona, por outro lado, a invisibilidade desta população negra nas esferas públicas de poder e o consequente questionamento sobre a capacidade da democracia brasileira absorver as novas demandas de representação, gerando uma percepção de falta de legitimidade perante os grupos excluídos (Guimarães, 1995, 1999, 2003; Almeida, 2018). Relembremos com Abranches (2018) que “a legitimidade tem duas faces: uma simbólica, outra instrumental. Uma tem a ver com a percepção da qualidade da nossa democracia, a outra tem a ver com a eficácia da democracia para gerar bem-estar e satisfação”.

É instigante aprofundar essa pesquisa no âmbito da temática raça e política devido a alguns acontecimentos conjunturais que talvez tenham motivado tantas pessoas negras a disponibilizarem seus nomes para um processo eleitoral, tais como o *impeachment* da primeira presidente mulher do Brasil, Dilma Roussef; o assassinato da vereadora negra e progressista do Rio de Janeiro, Marielle Franco; a prisão do Presidente Lula pela operação LavaJato, o surgimento de forças de extrema direita com forte discurso machista, fascista e racista, a repercussão internacional provocada pelo Movimento Vidas Negras Importam em reação ao assassinato de George Floyd, dentre tantos outros, que reacenderam o debate sobre relações raciais, conforme artigos na grande imprensa nacional e estrangeira (Folha de S. Paulo, Estadão, O Globo, El Pais, Le Monde).

Diante desse quadro, no atual processo eleitoral de 2020, de acordo com os dados oficiais disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), pela primeira vez o número de registros de candidaturas de pessoas que se declararam negras (pretas ou pardas), superaram os números de candidatos brancos no Brasil. Considerando as experiências pessoais de ativismo da causa racial durante quarenta anos, esperamos que esta dissertação de mestrado, intitulado “A QUESTÃO RACIAL, O PODER E A POLÍTICA: Uma análise acerca das candidaturas de ativistas negros(as) nas eleições municipais de 2020 em Aracaju (SE)”, possa contribuir com o debate sobre a presença de novas identidades étnico-raciais na esfera pública, com a indicação de novas formas de intervenção do movimento social negro no campo político; e, por fim, com uma análise crítica do modelo político brasileiro, o qual, junto com as forças de mercado, formam o alicerce que sustenta as desigualdades raciais no Brasil.

Interessante notar que as transformações aqui citadas ultrapassam as fronteiras nacionais e decorrem da fragilização das identidades hoje vistas como um fenômeno em voga no mundo, mas, por outro lado, também das conquistas obtidas pelo movimento social negro brasileiro nas últimas décadas, conforme vem apontando o orientador da presente investigação, Dr. Petrônio Domingues (2007), através da sua produção acadêmica e intelectual, seja no âmbito nacional ou internacional.

Nessa perspectiva, pretende-se apontar quais fatores presentes no sistema político poderiam ser aprimorados, como também qual o grau de interveniência dos acontecimentos conjunturais supracitados. Frente ao desafio de superação dos obstáculos que impedem o acesso de pessoas negras a cargos eletivos no Estado brasileiro, propõe-se a análise local, oportunizada pela realização das eleições municipais de 2020 para cargos proporcionais no município de Aracaju (SE).

Como hipóteses a serem testadas nesta pesquisa, cabe destacar as condicionantes abaixo:

a) A cotização dos recursos do fundo eleitoral para as candidaturas de pessoas negras no ano de 2020, autorizados pelo Supremo Tribunal Federal (STF), contribuiu mas ainda não foi um fator determinante para garantir o seu acesso a um mandato parlamentar na câmara de vereadores; b) A forma de inserção das candidaturas de pessoas negras nas direções partidárias ou em grupos internos de apoio dentro destas agremiações políticas qualificam, ampliam e fortalecem tanto a imagem dessas organizações junto à população quanto a possibilidade dessas candidaturas obterem um melhor resultado eleitoral; c) A presença de candidaturas de pessoas negras dentro do processo eleitoral, articuladas a uma ação sinérgica e unificada das organizações integrantes da sua base social e agregando às bandeiras de ação afirmativa, outras ações de caráter universal, impactarão positivamente na performance da sua campanha e na consolidação do seu perfil como legítima liderança popular; d) As desigualdades raciais, o modelo de dominação do sistema político e eleitoral e o racismo estrutural que permeiam o Estado e a sociedade brasileira permanecerão como fatores intervenientes negativos e impeditivos de uma vitória eleitoral de candidaturas negras, e de acesso da população negra às esferas públicas de poder.

Este trabalho tem como objetivo geral, analisar as condicionantes sociológicas que impactaram nos resultados eleitorais obtidos pelas candidaturas de pessoas negras no pleito municipal de 2020 para o cargo de vereador, no município de Aracaju (SE). O caminho para chegar a uma avaliação desta realidade, dar-se-á através da compreensão da complexidade e a influência da relação entre as candidaturas de pessoas negras e as agremiações partidárias a que são filiadas para a obtenção de resultados eleitorais; avaliando como o perfil político das candidaturas negras, aliadas às interações e apoio mútuo e estabelecidas com a base social que as apoiam, influenciam na busca de voto junto ao eleitorado da cidade; descrevendo a visão das pessoas negras candidatas ao cargo de vereador acerca do impacto causado pelas singularidades das relações raciais no Brasil sobre a sua busca pelo voto junto ao eleitorado; e, verificando as interferências positivas e negativas das regras impostas pelo sistema eleitoral, enquanto parte da esfera pública de poder, sobre os resultados eleitorais alcançados pelas candidaturas de pessoas negras.

## **1.1 Metodologia**

Seguindo os passos traçados por Oliveira (1991) sobre as eleições municipais de 1988 em Salvador (BA), daremos prioridade à fala e às reflexões das pessoas negras candidatas que disputaram o cargo de vereador nas eleições de 2020 no município de Aracaju (SE), vinculadas ao movimento social negro, entendendo que estes são os principais sujeitos a contribuir com

um maior entendimento dessa realidade.

Identificaremos os sujeitos recorrendo à base eletrônica de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), onde consta a autotaxação racial de cada candidatura, permitindo que se efetue interessante cruzamento por raça frente aos objetivos da pesquisa. Outra fonte de informação advém da própria indicação de candidaturas realizadas pelo Fórum de Organizações Negras de Sergipe, onde parte das pessoas atuava. Paralelamente, aplicamos junto a essas candidaturas um questionário com conteúdos específicos sobre como foi desenvolvida a sua campanha no intuito de termos uma noção das dificuldades encontradas por estas para alcançar sucesso eleitoral.

Por outro lado, junto à base de dados do TSE, faremos um recorte racial dentre os candidatos eleitos levantando também conteúdos específicos que possibilitaram aos mesmos obterem o sucesso desejado na sua campanha. As prováveis dificuldades para identificação racial decorrentes do chamado *continuum* de cor com suas diversas gradações deverão ser superadas através de análise posterior à construção da amostra quantitativa da relação dos eleitos considerando o método de autotaxação racial utilizado nesta base de dados desde 2014.

Devido ao foco do trabalho em apreço, não será possível levantarmos dados com um prisma ampliado acerca da amplitude da participação de candidaturas negras no universo total de candidatas(os) a vereador em Aracaju, estabelecendo uma amostra proporcional a cada partido político e de acordo com a cotização mínima prevista no sistema eleitoral brasileiro.

A investigação que propomos se enquadra como pesquisa exploratória ao revisar a bibliografia no campo das relações raciais e suas interações com a política e o poder. Simultaneamente, incorpora um caráter descritivo devido às informações que serão levantadas a respeito do objeto principal do trabalho: as candidaturas de pessoas negras vinculadas ao movimento social negro em toda sua dimensão e identidades.

Quanto aos procedimentos, além da revisão bibliográfica, haverá o tratamento documental das fontes primárias oferecidas pelas pessoas candidatas, a observação empírica do desenvolvimento das campanhas relacionadas na amostra e, por fim, a aplicação de entrevista com questões abertas e fechadas, estruturadas e semiestruturadas, aos sujeitos focais desta empreitada.

O presente trabalho vem acrescentar informações na produção acadêmica brasileira sobre o papel do movimento social negro no campo da política institucional focada em processos eleitorais. Por outro lado, trata-se de iniciativa inédita quando restringimos esta análise ao âmbito do Estado de Sergipe com todas as suas mazelas e histórico de exclusão da

população negra dos espaços de poder, mesmo tendo um negro, o ex-Governador e ex-Prefeito Joao Alves Filho como um dos seus maiores gestores públicos.

Sem desconsiderar fatores estruturais que travam o acesso de pessoas negras aos espaços de poder político, a nossa pretensão estará voltada para a agência empreendida pelos ativistas deste segmento social no intuito de superar as barreiras que lhe são impostas para acessar as instâncias de poder onde são decididas, de forma construtiva e assertiva para esta geração e, naturalmente, para as gerações vindouras, o destino da população brasileira.

Seguindo esta lógica de pensamento, traremos à baila algumas categorias teóricas que contribuem para uma melhor compreensão acerca do lugar e do papel que o movimento social negro pode cumprir preparando e oferecendo seus quadros para a disputa eleitoral, mesmo frente as adversidades do sistema político brasileiro.

Por fim, dado o meu envolvimento direto com o tema, seja como militante negro desde 1985, como ex-candidato a deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT) em 2002 e como gestor público da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR/PR) entre 2003 e 2008, daremos nosso depoimento testemunhal e avaliação acerca de diversos pontos – objetos de reflexão neste trabalho –, empreendendo o máximo esforço para manter a imparcialidade necessária a tarefa desta natureza.

## 2 DEMOCRACIA, REPRESENTAÇÃO E DIVERSIDADE

O poeta, músico e cantor Belchior numa de suas sacadas geniais da música popular brasileira, nos escreve: “Nordeste é uma ficção! Nordeste nunca houve!”. Em seguida, afirma conhecer bem o seu lugar e o seu não lugar dos esquecidos da nação dos condenados e do sertão dos ofendidos<sup>1</sup>. Este exemplo artístico nos ajuda a refletir sobre como o modelo de dominação atravessa todas as dimensões da vida humana visto a tentativa de homogeneizar um determinado espaço geográfico, inviabilizar sua riqueza cultural e naturalizar as relações de poder e a exploração econômica. Na outra ponta, ao conhecer o seu lugar, denota-se atitude de resistência, consciência e identidade por parte do protagonista. É uma peleja que vai perdurar durante todo este trabalho incidindo, desta feita, sobre o modelo de dominação excludente vigente no Brasil e o embate de grupos subalternizados contra tal estado de coisas que impacta negativamente sobre as suas vidas.

Dito com outras palavras, o desenho ficcional pintado pelo poeta pode ser transposto para a forma como o sistema-mundo capitalista<sup>2</sup> implantou o seu modelo de dominação estruturado sobre o racismo, o machismo e a exploração da força de trabalho. Na sua fase globalizada onde busca monetarizar todas as dimensões das relações humanas<sup>3</sup>, este modelo se vê desafiado tanto por fatores estruturais e geopolíticos quanto pela presença do multiculturalismo cuja força é a diversidade de culturas e visões de mundo em contraposição ao projeto neoliberal de homogeneização da vida.

Este embate vem sendo objeto de preocupação de vários autores, uns mais recentemente e outros nem tanto, que é o caso de Ramos (1995), um dos maiores sociólogos brasileiros que já refletia sobre isto em meados do século passado. Segundo ele:

[...] o processo de europeização do mundo tem abalado os alicerces das culturas que alcança. A superioridade prática e material da cultura ocidental face às culturas não europeias promove, nestas últimas, manifestações patológicas [...] É, por exemplo, este fenômeno patológico o responsável pela ambivalência de certos nativos na avaliação estética. O desejo de ser branco, afeta fortemente, os nativos governados por europeus (Ramos, 1995, p. 194-195).

Mbembe (2000) também vai refletir sobre o impacto deste sistema sobre a humanidade, trazendo à tona o papel da escravidão:

A mola propulsora inicial do capitalismo foi a dupla pulsão, por um lado, da violação ilimitada de toda forma de interdito e, por outro, da abolição de qualquer distinção entre os meios e os fins. Em seu sombrio esplendor, o escravo negro – o primeiro de

<sup>1</sup> Canção “Conheço o meu lugar”, do poeta, músico e cantor Belchior (1999).

<sup>2</sup> BALIBAR, E.; WALLERSTEIN, I. (2021).

<sup>3</sup> BAUMAN, Z. (2008); BAUDRILLARD, J. (2019).

todos os sujeitos sociais – foi o produto dessas duas pulsões, a figura manifesta dessa possibilidade de uma violência sem freios e de uma precariedade sem redes de proteção (Mbembe, 2000, p. 309).

E mais adiante:

O mundo não vai durar, portanto, a menos que a humanidade se empenhe na constituição daquilo que bem se poderia chamar de reserva de vida. Se a recusar em perecer faz de nós seres de história e permite que o mundo seja mundo, então nossa vocação para durar só se pode realizar quando o desejo de vida se tornar a pedra de toque de um novo pensamento da política e da cultura (Mbembe, 2000, p. 312).

Essa ascensão do neoliberalismo a nível mundial vem impondo graves tensões mesmo em democracias já seculares como a americana e a de importantes países europeus, especialmente com o crescimento de grupos e partidos ou mesmo lideranças de extrema direita no centro do capitalismo mundial. Aliado a esta realidade, percebe-se a influência e ingerência dos grandes *players* econômicos sobre as autoridades políticas dos Estados nacionais ou transnacionais, diluindo o papel dos governos como administradores dos conflitos entre os diversos grupos de interesses. Esta tarefa primordial dos governantes torna-se ainda mais delicada com a elevação exponencial no número de grupos e identidades coletivas presentes nestas sociedades globalizadas requerendo mudança no seu *status* político, maior equidade material e respeito às suas diferenças culturais e o bem-estar daqueles que lhe são próximos.

## 2.1 De qual democracia estamos falando?

Estes conflitos, por si, não seria um problema para as sociedades democráticas já que estas, como diz Dalh (2005)<sup>4</sup>, se sustentam a partir de um equilíbrio da força entre os grupos sociais que se fazem presentes na arena política disputando a atenção e a responsividade dos governantes, ou seja, a caracterização de uma sociedade como democrática vai pressupor, antes de tudo, a legitimidade do conflito, segundo Miguel (2014, p. 13).

Em Poliarquia, uma das principais obras de Dahl (2005), temos o sistema democrático alicerçado sob dois caminhos, através dos quais as sociedades modernas (ou pós-modernas) podem trilhar visando consolidar-se como um regime político. São eles: a) o grau de contestação pública, entendendo esta medida como a possibilidade de haver uma oposição com liberdade de competir e chegar a governar; e, b) o grau de inclusão do sistema, o qual mensura quais parcelas da população podem participar das instituições de contestação pública. O primeiro rebate no funcionamento em si do sistema político ao tratar dos direitos individuais e coletivos

---

<sup>4</sup> DALH, R. (2005).

garantindo total possibilidade da ação de grupos opositores chegarem ao exercício do poder tal é o cânone da democracia liberal. Já o segundo visa incorporar os mais amplos segmentos sociais à política eliminando quaisquer discriminações ou empecilhos restritivos ao direito de votar e ser votado legitimando, assim, o jogo democrático.

Esta visão propagada por Dahl (2005) o afasta das teorias elitistas de democracia, especialmente a Schumpeteriana (2017), quando admite a participação de minorias no jogo político tornando-o mais legítimo porque se apresenta diversificado em termos das preferências que deverão ser consideradas por quem comanda os espaços de poder. Como observa Miguel (2014) ratificando o pensamento de Dahl (2005), os cidadãos comuns se mobilizam quando seus interesses particulares são questionados e permitem a estes compreenderem o que seria melhor para atender esses interesses, inclusive no campo político.

Podemos enriquecer o debate trazendo o pensamento de Habermas (2002, 2003) em torno da chamada democracia deliberativa e sua importância para analisar sociedades multiculturais onde a inclusão de grupos subalternizados tornou-se requisito obrigatório no intuito de, via procedimentos democráticos legitimados por uma ampla estrutura discursiva envolvendo os mais diversos interesses, se possa consolidar um Estado de Direito referendado por toda população. O processo deliberativo e discursivo, neste caso, imporá o reconhecimento do outro, o referendo à sua operação e, por fim, o próprio respeito aos direitos humanos enquanto direito que qualquer indivíduo e/ou grupo social teria de existir socialmente e com autonomia política. Conforme Habermas assevera (2002, p. 238 *apud* Hamel, 2006, p. 22):

Feminismo, multiculturalismo, nacionalismo e a luta contra a herança eurocêntrica do colonialismo, todos esses são fenômenos aparentados entre si, mas que não cabe confundir. Seu parentesco consiste em que as mulheres, as minorias étnicas e culturais, as nações e culturas, todas se defendem da opressão, marginalização e desprezo, lutando, assim, pelo reconhecimento de identidades coletivas, seja no contexto de uma cultura majoritária, seja em meio à comunidade de povos. Todos eles movimentos de emancipação cujos objetivos políticos coletivos se definem, em primeira linha, ainda que dependências políticas e desigualdades sociais e econômicas também estejam sempre em jogo (Habermas, 2002, p. 238 *apud* Hamel, 2006, p. 22).

Esta teoria deliberativa, entretanto, sofreu reticências importantes de intelectuais defensores da teoria crítica da democracia, boa parte dessas vinculadas à sua omissão frente às questões de fundo para a compreensão da realidade social. Para estes, a autonomia política de grupos e pessoas impõe a constante análise crítica do sistema mundo capitalista e do modelo de dominação excludente por ele estruturado desde o seu engendramento econômico, político e sociocultural. É o que nos contextualiza Miguel (2014, p. 95):

Uma teoria crítica da democracia – que fale às sociedades contemporâneas e que ainda deve ser construída – precisa enfrentar a questão da organização do mundo material e

seu impacto na política. Precisa fazer face à constatação de que os conflitos de interesses são fatos permanentes e que a transformação social não avançará se houver exigência de consenso; na verdade, ela exige, muitas vezes, um uso (legítimo) da coerção, impondo aos grupos privilegiados a subtração de suas benesses. Precisa aceitar que o debate político não ocorre de maneira independente de seus mecanismos de mediação, colocando na pauta a pluralização do controle dos meios de comunicação de massa. Precisa entender que a representação política é inescapável e que, portanto, a questão de mecanismos de vinculação dos representantes aos representados possui uma centralidade absoluta na discussão sobre qualquer ordem democrática. A teoria deliberativa falha em todos os quesitos e acaba por se constituir mais num obstáculo do que numa base para pensar o aprofundamento da prática democrática (Miguel, 2014, p. 95).

Nobre (2013) também nos fornece uma singular interpretação sobre democracia, ao analisar a conjuntura política brasileira recente e as ameaças sofridas pelo regime desde o golpe contra a Presidente Dilma Rousseff, do qual trataremos mais adiante. De acordo com ele:

Democracia é uma forma de vida, uma moldura sempre móvel e flexível em que se encontram padrões de convivência e interação com que moldamos o cotidiano. Também por isso, a democracia só pode se sustentar nos termos de uma cultura política flexível o suficiente para suportar questionamentos radicais, não se fixando em um conjunto determinado de valores imposto a sociedade como um todo. Uma cultura política democrática tem de estar em constante aprofundamento e difusão pelo conjunto da vida social (Nobre, 2013, p. 21).

## 2.2 Os impasses da representação

Esta característica de democracia descentralizada, própria das sociedades globalizadas onde milhões de pessoas interagem com a autoridade política na defesa dos seus interesses individuais e/ou coletivos, os quais nem sempre são atendidos dado o caráter excludente dos procedimentos vigentes nas instituições influentes no jogo político, desemboca na reflexão em torno de outra teoria da democracia, qual seja, a teoria da democracia representativa.

De acordo com Urbinati (2006, p. 193):

Ela marca o fim da política do sim ou não e o início da política como uma arena de opiniões contestáveis e decisões sujeitas à revisão a qualquer tempo. Isso amplifica o significado da própria presença política, porque faz da vocalização sua manifestação mais ativa e consoante e do juízo acerca das leis e políticas justas e injustas o seu conteúdo (Urbinati, 2006, p. 193).

Em seguida, continua: “A teoria política da representação argumenta que, em um governo que deriva sua legitimidade de eleições livres e regulares, a ativação de uma corrente comunicativa entre a sociedade política e a civil é essencial e constitutiva, não apenas inevitável” (Idem, p. 202). E conclui ressaltando que: “A representação política não elimina o centro de gravidade da sociedade democrática (o povo), ao mesmo tempo em que despreza a ideia de que os eleitores em vez dos cidadãos ocupem este centro, de que o ato de autorização

seja mais importante do que o processo de autorização” (Idem, p. 203).

Importante termos este parâmetro teórico para avaliar o sistema político brasileiro e sua capacidade de absorção de demandas sociais diferenciadas e, mais das vezes, conflituosas. Aprofundando um pouco mais esta reflexão, dada a complexidade das questões políticas e a impossibilidade de mobilizar toda a cidadania pela via da democracia direta, vai recair sobre a necessidade da representação dos grupos em disputa a delegação para seus representantes a resolução de problemas de diversos graus tais como a separação entre governantes e governados, a formação de uma elite distante da base, a fidelidade entre representantes e representados e, finalmente, em processos eleitorais, o vácuo entre o compromisso de campanha e exercício, em si, do mandato eletivo.

Outro aspecto da representação que importa debatermos neste trabalho, refere-se a sua adjetivação como descritiva ou substantiva. Esta última é defendida por Pitkin (2006)<sup>5</sup> onde os representantes usufruiriam de certa liberdade na representação desde que suas decisões não contradissem os interesses dos representados. Neste caso, as ideias e capacidades de articulação política, e não a presença física, determinaria quem representaria determinado grupo nas instâncias de poder político.

Para tanto, a pessoa que representaria o grupo deveria estar autorizada institucionalmente a falar pelos demais seja pela via eleitoral ou outro método de delegação assentido pelo coletivo. Porém, como ressalta Young (2006, p. 154):

A responsabilidade do representante não é simplesmente expressar um mandato, mas participar das discussões e debates com outros representantes, ouvir suas questões, demandas, relatos e argumentos e com eles tentar chegar a decisões ponderadas e justas. Os diferentes grupos e segmentos da sociedade dialogam melhor em suas diferenças por meio de representantes que se encontram e ouvem uns aos outros, abertos a possibilidade de mudar suas posições (Young, 2006, p. 154).

Mansbridge (1999) apesar de concordar com Pitkin (2006) no tocante ao papel do representante na representação descritiva, chama atenção para a diferença entre a descritiva microcômica e a seletiva defendida por ela. Nesta primeira, o método de escolha do representante dar-se-á por sorteio a partir de uma amostra do eleitorado, comprometendo a capacidade de legislar do representante. Já a segunda, na sua forma seletiva, o “objetivo seria a criação de mecanismos institucionais que gerassem mais espaços representativos para certos grupos de que eles alcançariam no modelo tradicional, a fim de que a proporção de membros desses grupos nas instâncias de decisões legislativas se aproximem do seu número na

---

<sup>5</sup> SOUTHER, D.; ÁVILA, M.C.A. in *Representação descritiva: possibilidades e limites*, 2014, p. 1-14, e PITKIN, H. F. In *Representação: Palavras, Instituições e Ideias*. Lua Nova, São Paulo, 2006, 67:15-47.

população”<sup>6</sup>. Além disto, serão vantagens deste modelo elencado por Mansbridge (1999) em contextos de grandes desconfianças intergrupais, onde os interesses ainda não estão articuladas, quando ainda persiste subordinação política histórica e, por fim, na constatação de baixa legitimidade política.

Importante frisar que mesmo o risco de essencialização contida na representação descritiva de caráter seletivo pode ser atenuado focando nos interesses, publicizando o compromisso entre representante e representado, atendendo às múltiplas identidades internas a cada grupo e refletindo as convicções do eleitorado. Por outro lado, neste caminho, determinados grupos vinculados às questões de gênero e raça reforçariam a autenticidade da representação como critério chave para que possa implantar uma política de presença.

Hooks (2021) em *Olhares Negros: Raça e representação*, traduz bem a importância da política de presença para a comunidade negra. Segundo ela:

[...] Peço que consideremos a perspectiva a partir da qual olhamos, questionando de modo vigilante com quem nos identificamos, quais imagens amamos. Se nós, pessoas negras, aprendemos a apreciar imagens odiosas de nós mesmos, então que processo de olhar nos permitirá reagir à sedução das imagens que ameaçam desumanizar e colonizar? É evidente que esse é o jeito de ver que possibilita uma integridade existencial que consegue subverter o poder da imagem colonizadora. Apenas mudando coletivamente o modo como olhamos para nós mesmos e para o mundo é que podemos mudar como somos vistos. Neste processo, buscamos criar um mundo onde todos possam olhar para a negritude e para as pessoas negras com os novos olhos (Hooks, 2021, p. 39).

Continua a autora:

Essa luta também precisa incluir aliados não negros. Imagens de raça e representação se tornaram uma obsessão contemporânea. O tratamento da negritude como uma commodity criou um contexto social onde a apropriação da imagem negra por pessoas não negras não encontra limites. Se muitas das pessoas não negras que produzem imagens ou narrativas críticas a respeito da negritude e das pessoas negras não questionarem suas perspectivas, elas podem simplesmente recriar as perspectivas, elas podem simplesmente recriar a perspectiva imperialista – o olhar que procura dominar, subjugar e colonizar (Hooks, 2021, p. 40-41).

É importante a Hooks (2021) chamar à responsabilidade os aliados não negros superando o argumento do essencialismo sempre presente para embargar qualquer mudança na configuração racial dos espaços de poder. Por outro lado, igualmente importante é estabelecer uma relação dialógica com o outro (o diferente) sem a pretensão de subordinar estes a seu interesse, mas, simplesmente construir pontes em torno de objetivos comuns à sua humanidade. O conceito de perspectiva social se enquadra bem neste debate na forma como é colocado por Young (2006) onde as diferenças, em vez de gerar cizanias e conflitos, seria condição para uma

---

<sup>6</sup> SOUTHER, D.; ÁVILA, M.C.A. in *Representação Descritiva: possibilidades e limites*, 2014, p. 3-4.

dialogia democrática cujo fim seria a justiça social. De acordo com a autora:

A perspectiva é um modo de olhar os processos sociais sem determinar o que se vê. Dessa forma, duas pessoas podem compartilhar uma perspectiva social e não obstante experienciar seus posicionamentos de maneiras diferentes na medida em que estão voltadas a diferentes aspectos da sociedade. Compartilhar uma perspectiva, porém, propicia a cada uma delas uma afinidade com o modo como a outra descreve o que experiencia, uma afinidade que as pessoas posicionadas diferentemente não experienciam (Young, 2006, p. 163).

Esta noção de perspectiva, por outro lado, ajuda a fortalecer a política de presença visto que a dialogia supramencionada entre diferentes grupos, interesses e opiniões facilita a inclusão de subalternos nos espaços de tomada de decisão política, não somente fisicamente, mas com um outro olhar para a realidade social. Ao qualificar a intervenção e garantir responsividade às demandas dos representados e, simultaneamente, demonstrar capacidade para desempenhar funções de poder e liderança, a representação descritiva seletiva será o meio mais apropriado para a participação de grupos subalternizados.

### **2.3 Reconhecimento e redistribuição na reprodução das desigualdades**

Todo o esforço dos mais diversos grupos sociais, com especial atenção para aqueles em posição histórica de subordinação – visto que muitos grupos são orgânicos aos setores dominantes da sociedade – é mobilizado para a busca da restituição daquilo que lhe foi suprimido. Trata-se em última instância, a nosso modo de ver, de uma busca por reconhecimento e redistribuição, a qual é estruturada sobre o despertar da consciência de si e do outro constituindo-se assim como sujeito social e político.

Nas palavras de Mbembe (2018):

Para construir este mundo que nos é comum, será preciso restituir àqueles e àquelas que foram submetidos a processos de abstração e de coisificação na história a parte da humanidade que lhes foi roubada. Nessa perspectiva, o conceito de reparação, além de categoria econômica, remete ao processo de recompensação das partes que foram amputadas, a reparação dos laços que foram rompidos, o reinício do jogo de reciprocidade sem o qual não pode haver elevação em humanidade (Mbembe, 2018, p. 313-314).

Taylor (2000), mentor da teoria do reconhecimento e um dos percursores da chamada política do multiculturalismo, afirma que a busca por reconhecimento é a pauta principal dos grupos subalternos nestes tempos globalizados. Segundo este autor a nossa identidade sofre influência direta, do reconhecimento ou da ausência deste<sup>7</sup>. Esta ausência, além de perpetuar a

---

<sup>7</sup>TAYLOR, C. A política do reconhecimento. In: TAYLOR, C. *Argumentos filosóficos*. São Paulo: Edições Loyola, 2000, p. 241-274.

subordinação intergrupala, provoca prejuízos incalculáveis à construção identitária das pessoas que integram estes grupos. Segundo este autor: “[...] o devido reconhecimento não é uma mera cortesia que devemos conceder às pessoas. É uma necessidade humana vital” (Taylor, 2000, p. 241-242).

Outro aspecto importante colocado por Taylor (2000) é a noção de dignidade vinculada à ideia universalista de direitos. Sua interface seria a política de diferença resultante da ideia de identidade, pois a conciliação do universal com o particular só seria viável através do reconhecimento das especificidades, no caso, de uma identidade.

A teoria do reconhecimento foi ampliada com a agregação do conceito de redistribuição na contribuição de outros dois autores: Fraser (2022) e Honneth (2021). Ambos reconhecem a importância da redistribuição de bens materiais neste contexto, porém Honneth (2021) entende que esta é uma categoria derivada do reconhecimento. Já Fraser (2022) propõe uma análise dualista onde tanto o reconhecimento quanto a redistribuição são dimensões que interagem na luta por justiça social<sup>8</sup>. Em termos políticos, seria acionar medidas institucionais que integrassem a política de redistribuição com a política da diferença, considerando que problemas destas duas dimensões impactam sobre a vida das pessoas pertencentes aos grupos subordinados.

Outra proposição interessante para o trabalho em tela, trata de estratégias através das reformas não reformistas sugeridas por Fraser (2022), as quais, simultaneamente, afirmaria as identidades dentro das estruturas existentes e acionaria gatilhos para novas e mais radicais transformações em momentos posteriores. Este processo pode ser exemplificado recorrendo a participação histórica dos movimentos sociais – e, mais especificamente, do movimento social negro, como veremos no próximo capítulo – na luta pela redemocratização no Brasil a partir da década de 1980, os quais trouxeram para o embate democrático, outras pautas, identidades e sujeitos sociais. Como nos lembra Silva Filho (2005) se referindo aos novos movimentos sociais que tomaram corpo no Brasil e na América Latina após os anos 1970:

Os sujeitos participantes desses movimentos não mais são vistos apenas como sujeitos participantes do processo produtivo, ou integrantes da classe social, mas sim como sujeitos que se definem por uma identidade que não guarda relação direta e necessária com este papel produtivo (mulheres, ambientalistas, negros, índios, moradores, aposentados). A afirmação desta identidade refletiu-se, inclusive, na própria forma de organização e atuação, muito diferente da estrutura hierárquica e institucional dos partidos e dos sindicatos, pois estimulava relações comunitárias e horizontais entre os que participavam nesses movimentos (Silva Filho, 2005, p. 6).

Cabe ressaltar, por demais, que a ação cultural destes novos movimentos não exclui as

---

<sup>8</sup> AMADEO, J. (2017).

suas reivindicações no campo da redistribuição visando promover melhorias na qualidade de vida e a redução das desigualdades socioeconômicas dos seus representados. Uma diferença em relação aos segmentos mais tradicionais da luta dos trabalhadores, tal é o caso do movimento sindical, é que suas demandas são direcionadas para as autoridades políticas governamentais e não para os dirigentes empresariais. Um outro aspecto que dialoga com a busca por reconhecimento é que as diferenças passam a ser tratadas de forma positiva visto que pertencentes a uma perspectiva social similar como frisado anteriormente caracterizada por uma visão multicultural da sociedade. Em suma, seja através de políticas de presença ou pelo partilhamento de perspectivas particulares, a inclusão desses grupos subalternizados nos espaços decisórios de poder político, além de torná-los mais legítimos e atentos às demandas dos diversos grupos sociais, rebate no fortalecimento e propagação da cultura democrática para além do círculo elitista em voga no país.

Porém, cabe ressaltar, seguindo o pensamento de Fraser (2022), que no percurso deste caminho rumo a democracia e a justiça social é fundamental não cair na armadilha da separação entre as políticas de presença e reconhecimento das políticas de redistribuição. Antes o contrário de acordo com sua abordagem crítica onde distingue as reivindicações por reconhecimento que fortalecem a luta dos grupos identitários daquelas que atrasam ou fragilizam esta luta. Nas palavras da autora:

Aqui, meu objetivo é questionar a perspectiva que opõe a ‘política social’, entendida como política de classe, à ‘política de identidade’, entendida como a política dos movimentos feminista, antirracista e de libertação lésbica e gay. Essa perspectiva reduz esses movimentos às correntes que se orientam pela identidade e, com isso, invisibiliza correntes alternativas que se dedicam a retificar formas de injustiça econômica específica em relação a gênero, raça e sexo que foram ignoradas pelos movimentos de classe tradicionais. Ademais, essa perspectiva perde de vista a maneira como mesmo as correntes orientadas pela identidade se preocupam com questões de justiça, ainda que de um tipo diferente (Fraser, 2022, p. 20).

Esta visão é importante quando ao focarmos nos limites das atuais democracias na sua busca pela redução das desigualdades sociais, especialmente àquelas hierarquizadas pelas relações de gênero, classe e raça. É impossível vislumbrar qualquer solução sem entabular um diálogo entre essas dimensões que não sendo as únicas, são consideradas estruturantes no processo histórico de dominação social e política em qualquer sociedade globalizada. Significa afirmar que a exploração capitalista junto com o patriarcado, o machismo e o racismo atinge de forma diferenciada os(as) trabalhadores(as), as mulheres e a população negra. Ou seja, essas clivagens não podem ser tratadas individualmente sob pena de não atingir o objetivo maior de reduzir as desigualdades, ampliar a participação popular e fortalecer a democracia.

## 2.4 Os caminhos da redemocratização no Brasil

É fato que o processo democrático vigente no Brasil, após 1988, vem se mostrando resiliente no sentido de garantir os avanços sociais previstos na Carta Magna da nação. Ocorreram 02 (dois) *impeachment* presidenciais; grandes denúncias de corrupção a exemplo do mensalão e da lava-jato, a prisão de um ex-presidente da república e 08 (oito) disputas eleitorais, dentre outras características importantes deste período da vida pública brasileira. Nobre (2013) nos ajuda a delinear a conjuntura que se abriu para a sociedade brasileira na segunda metade da década de 1980 quando afirma:

Configurou-se um novo modelo de sociedade, internamente vinculado à democracia. Ainda que reprimida por décadas de ditadura e por uma cultura política autoritária, a população pobre e miserável não deixaria de usar o poder da sua mobilização e do seu voto para combater desigualdades de todos os tipos. Por outro lado, do ponto de vista da elite no poder, passou a ser essencial pelo menos o controle da velocidade e da amplitude de diminuição das desigualdades, especialmente, em um primeiro momento, das desigualdades de renda e poder (Nobre, 2013, p. 10).

E continua afirmando: “[...] o ‘progressismo’ continuou a representar a ideologia oficial de uma transição morna para a democracia, controlada pelo regime ditatorial em crise e pactuada de cima por um sistema político elitista” (Nobre, 2013, p. 11).

Este controle a que se refere Nobre (2013) é decorrente da criação do chamado Centrão – uma junção de partidos de centro que tinham como função precípua, barrar os avanços sociais e administrar a velocidade das mudanças como dito acima. Esta engenharia política será denominada de pemedebismo e se diferenciará do presidencialismo de coalizão citado por Abranches por este último deixar subentendido que o sistema usufrui de uma cultura política mais democrática do que se apresenta na realidade. Sem escaramuças, a lógica do pemedebismo “se constitui num complexo sistema de travas à mudança” (Nobre, 2013, p. 17).

Importante notar, ainda seguindo o pensamento deste autor, que Lula à frente dos primeiros governos petistas (2003 a 2010) conseguiu administrar esses vetos e implantar um conjunto de políticas sociais de grande impacto junto a população até os dias de hoje, a exemplo dos programas de transferência de renda e aumento do salário mínimo, gerando o que o autor denomina social-desenvolvimentismo ou o que Singer (2016) preferiu chamar de ensaio desenvolvimentista caracterizado por forte tendência redistributiva, pela redução das desigualdades e pelo fortalecimento do mercado interno via industrialização do país.

Com a crise econômica mundial de 2008, tanto o meio acadêmico quanto o político passou a refletir se o modelo liberal de democracia estava sob ameaça ou experimentando grave processo de fragilização institucional. O sintoma mais visível desta mudança de rumos na

política mundial foi a ascensão de forças vinculadas a ideários de direita chegando ao poder através de processos democráticos, mas incorporando posturas autocráticas ao assumir a máquina governamental nos países onde obtiveram sucesso eleitoral.

Apesar das muitas similaridades com o contexto internacional acima descrito, os desafios que afrontaram o processo democrático, após 2013, traz aspectos específicos da realidade política brasileira. Avritzer (2016) vai apontar cinco elementos que na sua opinião influenciaram nos desdobramentos ora experienciados por nosso modelo político, quais sejam: a) a crise no presidencialismo de coalizão vigente desde a redemocratização e mais efetivamente após 1994 com a chegada de Fernando Henrique Cardoso (FHC) ao governo federal; b) os limites da participação popular, inclusive após os 14 anos de governo petista quando ocorreu intensivo processo de discussão das políticas públicas com a sociedade; c) a persistência e o combate a corrupção que impacta e fragiliza a classe política; d) a perda de *status* das classes médias decorrentes das políticas de inclusão do governo petista; e, por fim, e) o novo papel do poder judiciário, inflado com a performance da Operação Lava-Jato.

Demier (2017) na sua obra “Depois do Golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil”, traz este conceito para caracterizar o regime implantado no Brasil desde a Constituição Federal (CF) de 1988 e acatado por todos os governos deste período de redemocratização. O termo blindado é utilizado para demonstrar como a democracia liberal brasileira se enquadrou ao projeto neoliberal vigente no país a partir dos anos 1990 e agraciado com a adesão do Partido dos Trabalhadores (PT) nos anos 2000. Para este autor, as manifestações havidas a partir de 2013, inicialmente, visavam contestar justamente este modelo de democracia levado a cabo por nossos governantes no período da redemocratização, as quais desembocaram tanto na ocupação das ruas por forças de direita quanto na deposição, dentro da ordem liberal, do governo legitimamente eleito de Dilma Roussef. Demier (2017) vai concluir que o afã dominante e excludente desta democracia blindada instigará nas classes subalternas a reação para restabelecer um processo democrático mais afinado com as aspirações populares.

Por fim, Abranches (2019), no texto “Polarização radicalizada e ruptura eleitoral *in* Democracia em Risco?” traz a ocorrência das eleições gerais de 2018 e a polarização na sociedade decorrente desta campanha como as grandes ameaças à democracia no Brasil. No caso das eleições, ficou explícita a fragmentação partidária que sustentava o presidencialismo de coalizão até aquela altura dos acontecimentos. Por outro lado, sai vitorioso do pleito uma candidatura *outsider* de um partido inexpressivo, revelando uma grande rejeição dos eleitores aos partidos mais tradicionais. Segundo Abranches (2019), “*Jair Bolsonaro é um político nítida e assumidamente de direita, com uma proposta econômica liberal ortodoxa de adoção recente,*

*uma pauta de valores ultraconservadora, apoiado em um partido que só existe por força do efeito de arraste da sua candidatura.*” No entanto, cabe ressaltar que este posicionamento explícito num determinado campo ideológico contribui para uma definição mais precisa dos valores que orientam cada agremiação partidária.

Este autor também chama atenção para o fato desta campanha de 2018, por ser digital, disruptiva e extremamente radicalizada, ter desembocado num movimento identitário que *“alimenta uma visão do outro fortemente estereotipada, preconceituosa e belicosa.”* Como resultante, a disputa não mais ocorre por divergência de ideias e programas e sim entre o meu grupo e o do outro, sendo que o meu é moralmente superior ao outro em decorrência da minha referência cultural ou social. Daí escolho meu representante de acordo com quem ele é e não de acordo com o projeto que defende. Por fim, minha identificação faz com que me recuse a ver o que está errado no meu grupo, mesmo que meu representante cometa um erro que critico no outro.

Este quadro de polarização exigiu solidez das instituições que avalizam o processo democrático e lideranças que constroem um pacto em torno da manutenção de relações políticas civilizadas e plurais evitando a quebra nas regras do jogo e o retrocesso no próprio desenvolvimento do país.

Esta ascensão do candidato à época Jair Bolsonaro ao poder central do país teve no descontentamento de diversas forças sociais e econômicas com o chamado ensaio desenvolvimentista o seu princípio norteador. Claro que agregado principalmente aos setores de mercado, a mídia, os militares, a direita cristã reforçaram na sociedade o antipetismo e o antiesquerdismo no intuito de extrair o Partido dos Trabalhadores e partidos aliados do palco nacional da política. Singer (2016, p. 45-50) vai identificar alguns fatores que justificaram a mudança de posição de grupos até então parceiros do governo federal no seu projeto de desenvolvimento. Podemos citar os conflitos entre a financeirização e o capitalismo industrial em plena crise econômica mundial; a intervenção estatal aumentando os postos de trabalho formal e o custo da força de trabalho no país; a disputa por mercados entre os Estados Unidos e a China provocando cizanias tanto no mercado quanto nos condutores da política econômica; e, por fim, o fracasso da política industrial e o baixo crescimento econômico havido no início da década passada e que ficaram na conta do governo de Dilma Rousseff sem esquecer das suas preocupações com as parcerias público-privadas e a implantação da modicidade tarifária, na verdade, um real controle de preços a ser obedecido pelo mercado. Na visão de Singer (2016):

A variedade de fatores contrários ao êxito do experimento desenvolvimentista mostra que Dilma precisaria ter escolhido uma frente prioritária de luta, adiando as demais a

fim de manter os flancos protegidos. A presidenta, ao contrário, abriu diversos focos simultâneos de conflito. Em segundo lugar, deveria ter mobilizado as camadas populares para apoiar as iniciativas que tomara, se desejava ganhar politicamente a batalha que iniciou. Mas a cronologia do período 2011-2014 revela a ocorrência de uma guerra oculta, à qual a classe trabalhadora permaneceu alheia (Singer, 2016, p. 54).

Alguns fatores estruturantes que desembocaram na eleição de Bolsonaro já foram citados anteriormente, tal é o caso da crise do presidencialismo de coalizão (ou a democracia blindada na palavra de Demier) com seus casos de corrupção, sua fragmentação partidária aliado à crise econômica dos governos Dilma e Temer. Subsidiariamente, uma nova direita jovem e liberal foi para as ruas na carona das mobilizações de junho de 2013 ampliando as vozes do antipetismo e contra o conjunto de políticas sociais que promoveu algumas melhorias na capacidade de consumo da população de baixa renda, mas, solapou alguns privilégios que as classes médias usufruíam e já não podiam arcar. Além disto, o assassinato de Marielle Franco e a prisão do ex-presidente Lula, em 2018, dentre outros fatos, geram um clima de apreensão e insegurança na população.

Soma-se neste contexto, apoiadores dos juízes da operação lava-jato, setores conservadores nos costumes, evangélicos, pensionistas das forças armadas, integrantes das forças de segurança pública e privada e setores ortodoxos do mercado mais o agronegócio, dentre outros saudosos da ditadura militar. Estes segmentos mobilizaram uma forte base de apoio fornecendo o respaldo político e avalizando a resolução da crise ao consecutar a vitória de Jair Bolsonaro nas urnas. Já no governo, o novo presidente, devido a crise pandêmica e a decorrente ameaça de *impeachment* e outros reveses, concerta uma aliança com o antes execrado Centrão salvando-se do expurgo político no Congresso Nacional (CN). Por fim, manteve estreita relação com a Polícia Militar, inicialmente no Rio de Janeiro (RJ), mas, ampliando em seguida para os diversos estados brasileiros. No âmbito desta corporação, se extrai os quadros do que foi reconhecido publicamente como milícias. A interface desta base de apoio político foram os 56% de eleitores que, receosos com o destino do país pós-crise de 2013, assinaram a autorização nas urnas para o novo mandatário da república.

Ainda durante o seu governo, Bolsonaro junto com o seu 'Posto Ipiranga', o economista e ministro da economia, Paulo Guedes, implantaram diversas medidas de políticas públicas sociais e econômicas que impactaram diretamente no cotidiano da população brasileira com consequências ainda não mensuradas no longo prazo. A reforma da previdência, a PEC dos gastos públicos, as privatizações, a repressão aos movimentos sociais no campo e nas cidades, a ferrenha oposição às forças de esquerda, a guerra cultural com fortes marcadores de gênero e raça, o fomento às políticas neoliberais sem nenhuma compensação social, o retorno do

desemprego, da fome e da miséria e a violência policial contra a população negra, indígena e pobre são dados de realidade que precisaram ser enfrentados pela sociedade sob pena de esgarçar as bases deste processo de redemocratização do Brasil.

## 2.5 Movimentos sociais e a participação política no Brasil

A realização da Assembleia Nacional Constituinte em 01 de fevereiro de 1987 possibilitou o carreamento para o Congresso Nacional das diversas reivindicações dos chamados movimentos sociais que vinham se reestruturando na sociedade civil brasileira desde o fim dos governos militares. Em todos os setores da sociedade – sindical, partidário, comunitário, direitos humanos, terra, relações étnico-raciais e de gênero, moradia, etc. – surgiam experiências de organização social que, inclusive, justificaram o termo utilizado por Ulisses Guimarães para a nova Carta Magna da nação: uma Constituição Cidadã.

Como era de se esperar, a relação entre Estado e sociedade num período de efervescência política como estes últimos 40 anos se caracterizou por conflitos próprios de sociedades democráticas. Por um lado, as forças sociais operando na ampliação de direitos e do bem-estar social e, por outro, as forças contrárias, oriundas dos governos militares blindando os avanços previstos na nova constituição. São exemplos desta peleja tanto a aprovação de direitos sociais que encontrou forte oposição do Centrão e do pemedebismo, nas palavras de Nobre (2013), quanto os *impeachment* de Collor e Dilma, cada qual com sua realidade posicional específica. A partir do governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1994, ocorre uma tendência à institucionalização dos movimentos sociais em vez do embate nas ruas como se deu nesta primeira fase da redemocratização. O foco agora seria o acesso, monitoramento e avaliação das políticas públicas governamentais. Parte da experiência de atuação neste novo campo de batalha, foi acumulada durante os debates em torno dos chamados orçamentos participativos implantados nas primeiras gestões municipais do Partido dos Trabalhadores.

Após a chegada deste Partido ao poder central, primeiro com o Lula e depois com a Dilma, este modelo de participação institucionalizada atinge seu auge. De acordo com Avritzer (2016):

A partir de então, o governo federal passou a adotar uma orientação genericamente participativa que implicou uma expansão dos conselhos nacionais e das conferências nacionais. A realização de um conjunto de conferências – prática que já existia antes de 2003, mas estava limitada a algumas áreas de políticas participativas, entre as quais a saúde e a assistência social – constituiu uma das marcas registradas do governo Lula – e em alguma medida do governo Dilma Rousseff (Avritzer, 2016, p. 50).

Simultaneamente, Avritzer (2016) chama a atenção para o fato de, mesmo em processos

nacionais da amplitude que vimos durante os governos petistas, alguns segmentos sociais não foram incorporados de forma integral ou ao menos parcial e que foi inexistente a participação social em áreas vinculadas a obras e infraestrutura gerando conflitos tal o exemplo da construção da usina hidroelétrica de Belo Monte (Pará).

Como consequência, abre-se um campo de participação social progressista, mas não vinculado ao Partido dos Trabalhadores, parte das ruas volta a ser ocupada por forças conservadoras como acontecia antes e durante a ditadura militar, e entra em crise o presidencialismo de coalizão enquanto engenharia política que sustentou os governos democráticos até aquele momento. Adveio daí as manifestações iniciadas em 2013 e que desembocaram na chegada de Jair Bolsonaro ao poder se colocando como o candidato antissistema, não corrupto, contra tudo e contra todos.

Entre 2013, sobre a eleição de Jair Bolsonaro, Demier (2017, p. 68-81) ressalta três medidas táticas que garantiram o sucesso das forças conservadoras nestes conflitos iniciado pelo Movimento Passe Livre e que se estendeu por toda a sociedade brasileira. A primeira delas foi, com o auxílio luxuoso da mídia, tratar as manifestações de rua pela melhoria dos serviços públicos como atos cívicos pela ordem e contra a corrupção tanto que um possível questionamento do sistema capitalista foi traduzido como um problema do sistema político corrupto comandado pelo Partido dos Trabalhadores. A segunda foi estimular uma ideologia anti-partido político atingindo não somente o Partido dos Trabalhadores, mas todo o campo da esquerda individualizando e despersonalizando a participação dos setores subalternizados nas manifestações. Por fim, a imprensa começou a propagar e distinguir os participantes entre pacíficos e vândalos tendo como objetivo ampliar a repressão às manifestações e, em última instância, encerrá-las quando não atendessem os propósitos dos grupos mais conservadores. O resultado foi a vitória da direita nas eleições de 2018 e o fortalecimento da blindagem ou das travas que caracterizam o pemedebismo na política brasileira, sempre contra os avanços sociais e a melhoria de vida da população excluída.

Estas ocorrências, entretanto, não significaram uma desistência da luta por parte dos movimentos sociais mais alinhado com o projeto democrático popular. As conquistas auferidas nas últimas décadas geraram aprendizados e o conhecimento de que é sim, possível, construir algo diferente em termos políticos e econômicos no intuito de reduzir as desigualdades sociais no país, a partir do estímulo ao engajamento político nos diversos movimentos sociais. A participação tem caráter plural e multicultural, e atua via os sujeitos coletivos de cada grupo em movimento. Incorpora funções de cidadania e abre frentes de luta nos mais diversos espaços de interação social e política, inclusive disputando políticas no âmbito do próprio aparelho estatal

sem perder seu caráter civil e não governamental.

Afinal de contas, Nobre (2013) nos lembra:

Uma democracia demonstra vitalidade quando a cultura política que a sustenta vai além de suas instituições formais, penetra na vida cotidiana de maneira que a linguagem estritamente jurídica não é capaz de traduzir nos termos do sistema político. Característica da democracia como forma de vida é que suas potencialidades excedem cada uma de suas configurações institucionais determinadas (Nobre, 2013, p. 147).

O caráter plural e multifuncional da democracia destaca sua capacidade de ser inclusiva, adaptável e receptiva à diversidade de opiniões e formas de participação. Essa abordagem enriquece a democracia ao reconhecer e incorporar a complexidade inerente a uma sociedade diversificada.

### 3 LIMITES E DESAFIOS DO MOVIMENTO NEGRO CONTEMPORÂNEO

#### 3.1 Revisitando a questão racial brasileira

Apesar das expectativas de toda a sociedade brasileira com a abertura democrática que se avizinhava após 20 anos de ditadura militar no Brasil, a militância negra da época mantinha profunda desconfiança em relação a possíveis mudanças nas relações raciais no país. O modelo econômico vigente durante este agravou o quadro social sob o qual sobrevivia a população negra e o processo de distensão política estava sendo operado por uma classe política aliada das forças ditatoriais até então no poder.

Em 1977, no Festival de Culturas Negras, ocorrido na Nigéria, Nascimento (2000) afirmava haver um projeto oficial de extermínio da população no Brasil. Seria um exagero se já não tivéssemos passado pela proposição de medidas eugênicas e se não houvesse um culto explícito à invisibilidade do negro no Brasil como forma de negar a questão racial como um problema existente. Mesmo Pelé, declarado mundialmente o rei do futebol e com a imagem utilizada descaradamente pelo governo Médici como “um país que vai pra frente”, tinha a sua condição racial invisibilizada pela mídia oficial. Gonzalez (2020) detectou bem esta realidade que ocorre em relação a vários símbolos da cultura negra brasileira:

Temos que nos defrontar com essas questões porque, na hora da apropriação da cultura negra, da produção cultural, todos se apropriam ‘numa boa’ e estão ganhando grana em cima das religiões afro-brasileiras. Está para quem quiser ver. Vão lá no Rio de Janeiro, no dia 31 de dezembro, que vão ver assim de turista na praia pra ver neguinho receber santo. Vejamos nossas instituições, tipo gafieira, estão lá os brancos, e nas nossas escolas de samba, etc. Essas criações, essa produção cultural negra é apropriada pelo branco, no sentido de branco, macho mesmo, evidentemente, que tem a ver com o capitalismo (Gonzalez, 2020, p. 237).

Outro intelectual negro da década de 1970, Cardoso (1991) também constatou o fácil acesso que a população branca – inclusive integrantes de forças de esquerda, teoricamente progressistas – tinham a espaço historicamente circunscrito à cultura e manifestações culturais negras. De acordo com ele: “*O samba, não podemos esquecer, é uma das armas de afirmação da identidade cultural negra, e serviu como porta de entrada de homens e mulheres brancos de esquerda no imaginário cultural popular*” (Cardoso, 1991, p. 5).

E continua:

A juventude branca consome reggae sem compactuar com o significado claramente anti-racista de suas composições; sem se importar com a interiorização estética e comportamental de um jeito de ser negro com positividade. Frequentam-se os candomblés como adeptos ou como pesquisadores, sem dimensioná-lo culturalmente como um campo de significações simbólicas que expressam e

reelaboram os padrões culturais das populações negras nas suas lutas contínuas e cotidianas contra a dominação e subordinação propiciadas pela hegemonia cultural branca que, ao ingressar nos candomblés com outras tradições e modos de ser, impõe limites à expressividade negra de experiências na sua cultura e na sua condição determinada de discriminado racial (Cardoso, 1991, p. 7).

Em seguida, conclui:

Os brancos ingressaram efetivamente no universo cultural negro. E isto pode até ser positivo, já que vivemos numa sociedade pluriétnica. O problema é que a contrapartida não se efetiva: é difícil ou quase impossível um negro ingressar no universo branco, sem se sujeitar à imposição daquilo que nós chamamos de 'estatuto da branquitude', descaracterizando-o como negro (Cardoso, 1991, p. 7).

Estas observações sobre a invisibilidade da realidade sob a qual sobrevive a população negra no Brasil impacta no papel da parcela branca do povo brasileiro e, em especial, na postura e visão das elites brancas sobre as relações raciais incluindo, neste bojo, toda intelectualidade branca dominante no meio acadêmico do país. Grosso modo, da mesma forma que não podemos confundir a história da população negra brasileira com a de outros países que passaram por processo similar de dominação no continente africano ou de escravização na diáspora atlântica, a população branca não deveria se autoidentificar como quase europeus reproduzindo a todo tempo o complexo de vira-latas, negando o conjunto de hábitos e padrões culturais construídos pelos próprios enquanto representantes e condutores da identidade nacional.

Reside no processo migratório de europeus iniciado na segunda metade do século XIX e concluído na primeira metade do século XX este culto à invisibilidade da situação da população negra no Brasil. Os imigrantes ocuparam os espaços mais qualificados no mercado de trabalho e estabeleceram residência nas regiões polos de desenvolvimento econômico. Somente pelos idos de 1930, com o incremento a industrialização do país e uma reserva de mercado para o trabalhador brasileiro, o povo negro começa a entrar nos estratos mais baixos do mercado de trabalho e ocupar as periferias dos grandes centros urbanos.

Esta atitude de naturalização da realidade racial e de apropriação cultural aceita pela população brasileira seja ela branca ou negra foi forjada na primeira metade do século passado no que se convencionou denominar democracia racial diferenciando o Brasil de países onde as relações raciais eram mais tensas e conflituosas, a exemplo dos Estados Unidos e da África do Sul. Seus idealizadores preconizavam que a nação foi constituída pelas três raças (o índio, o negro e o branco) de forma pacífica e sem ressaltar diferenças biológicas, políticas, econômicas ou culturais e tendo como modelo de sucesso a mestiçagem que caracterizava o povo brasileiro.

De fato, este mito fundador da nacionalidade impediu a europeização cultural, forneceu uma identidade nacional para a população e a fez acreditar numa suposta igualdade racial no

Brasil. Contudo, não impediu o crescimento das desigualdades sociais, do preconceito e da discriminação em paralelo ao desenvolvimento econômico estruturado inicialmente sob a égide da substituição de importações e industrialização da economia e, após o golpe militar, via o processo de modernização conservadora com alto grau de concentração de renda e perda da qualidade de vida no meio popular, majoritariamente negro. Gonzalez (2020) nos lembra como o mito da democracia racial vai encobrir a dura realidade vivenciada pela população negra no Brasil quando afirma:

Na medida em que somos todos iguais perante a lei, que o negro é ‘um cidadão igual aos outros’ graças à Lei Áurea, nosso país é o grande exemplo de harmonia inter-racial a ser seguido por aqueles em que a discriminação racial é declarada. Com isso, o grupo racial dominante justifica sua indiferença e sua ignorância em relação ao grupo negro. Se o negro não ascendeu socialmente e se não participa com maior efetividade nos processos políticos, sociais, econômicos e culturais, o único culpado é ele próprio. Dadas as suas características de ‘preguiça’, ‘irresponsabilidade’, ‘alcoolismo’ etc., ele só pode desempenhar, naturalmente, os papéis sociais mais inferiores (Gonzalez, 2020, p. 187).

O sociólogo Guimarães (2001) traz um outro olhar sobre a ideologia da democracia racial diferente deste colocado pela intelectual militante Gonzalez (2020) quando afirma:

Meu entendimento é que devemos ver na ‘democracia racial’ um compromisso político e social do moderno estado republicano brasileiro, que vigeu, alternando força e convencimento, do Estado Novo de Vargas até o final da ditadura militar. Tal compromisso consistiu na incorporação da população negra brasileira ao mercado de trabalho, na ampliação da educação formal, enfim na criação das condições infra-estruturais de uma sociedade de classes que desfizesse os estigmas criados pela escravidão. A imagem do negro enquanto povo e o banimento, no pensamento social brasileiro, do conceito de ‘raça’, substituído pelos de ‘cultura’ e ‘classe social’, são as expressões maiores desse compromisso (Guimarães, 2001, p. 137).

Seria bom se fosse fácil, mas havia várias pedras neste caminho tais como o aprofundamento das desigualdades raciais, especialmente no mercado de trabalho e no sistema educacional; o aumento da conscientização da população negra sobre essas desigualdades, sobre o preconceito e a discriminação que caracterizava as relações raciais no Brasil, especialmente quando parcelas deste contingente galgou ou tentou acessar os espaços destinados à população branca; a falência do projeto de construção de um Brasil branco baseado na opressão, meritocracia e reserva de mercado para segmentos privilegiados pela cor da pele em detrimento de outros igualmente capazes, mas marcados socialmente por sua condição de classe, sexo, gênero e raça. Ressalvamos que a falência supracitada não significa uma alteração radical deste quadro, visto que o movimento conservador, racista, machista e excludente ocupa espaços sociais formadores de opinião e de tomada de decisão política e econômica, mas que a realidade esta às escancaras demonstrando que um projeto de nação não se consolida sobre este

quadro de desigualdades.

O movimento negro vem fazendo sua parte desde o final da década de 1970 quando foi lançado em 07 de julho de 1987, nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, o Movimento Unificado contra a Discriminação Racial. Em termos gerais, sua agência seguiu os caminhos da sociedade civil brasileira durante a redemocratização iniciando pela mobilização contra o regime militar, participando da política nacional, especialmente na assembleia constituinte, auferindo importantes vitórias no campo institucional e reagindo às ameaças de um retrocesso político oriundas do bolsonarismo, enfim, encorpando o projeto democrático brasileiro ao exigir a incorporação tratamento para as hierarquias de gênero, raça e classe como requisito para consolidação e legitimidade.

### **3.2 Os dilemas da luta antirracista no Brasil**

A chamada militância ou o ativismo negro como é colocado em várias rodas de conversa, num país como o Brasil impregnado pela ideologia da democracia racial sem que tenhamos vivenciado esta democracia nestes 520 anos de organização política, é eivada de erros, acertos, avanços concretos, recuos que em seu conjunto incorporam funções de aprendizagem sobre como superar obstáculos e alterar o lugar da população na sociedade brasileira.

Mais do que buscar soluções, os dilemas abaixo requerem reflexões, encaminhamentos e realizações aproximando as tratativas teóricas embutidas em cada um deles em ação prática voltada para o combate ao racismo.

Iniciemos pelo papel da ação cultural na luta contra o racismo. Ela, reconhecidamente, afirma a identidade racial, mobiliza as massas, amplia a capilaridade da questão racial na sociedade, mas nem sempre transforma este potencial em força política. Diferentemente de outros países onde o padrão de relação racial experimentaram conflitos mais explícitos, no Brasil é consenso dentre a militância que qualquer tentativa de aglutinação da população visando a luta contra o racismo terá seu percurso facilitado se a abordagem for efetuada a partir de algum recurso cultural. Entretanto, não custa lembrar que esta força à disposição da comunidade negra tem a sua cadeia produtiva extremamente controlada pelas classes dominantes, fato este que reduz bastante o impacto político junto a quem seria destinada sua produção. Tanto Gonzalez (2001) quanto Cardoso (1991) perceberam as contradições inerentes ao potencial da cultura negra e como este não desestrutura o padrão de violência racial presente no cotidiano deste contingente populacional.

Segundo Gonzalez (2001):

A gente sabe que Carnaval é festa cristã que ocorre num espaço cristão, mas aquilo que chamamos de Carnaval Brasileiro possui, na sua especificidade, um aspecto de subversão, de ultrapassagem de limites permitidos pelo discurso dominante, pela ordem da consciência. Essa subversão, na especificidade, só tem a ver com o negro. Não é por acaso que nesse momento a gente sai das colunas policiais e é promovida a capa de revista, a principal focalizada pela TV, pelo cinema e por aí fora. De repente, a gente deixa de ser marginal pra se transformar no símbolo da alegria, da descontração, do encanto especial do povo desta terra chamada Brasil (Gonzalez, 2001, p. 91).

Cardoso (1991, p. 6-7) assevera que: “Junto com o samba, percebe-se, mais recentemente, uma valorização crescente das manifestações da cultura negra como o candomblé, o reggae e a recente música afro-baiana”. Contudo, o autor adverte que é crucial ressaltar que, mesmo que de forma velada, a expressão cultural reflete a perpetuação da falta de compreensão da singularidade das questões raciais, tanto no Brasil quanto em escala global. Noutro texto (1987), ressalta a importância da música negra norte-americana e como esta influenciou a nossa juventude, especialmente aquela parcela que residia em São Paulo e estados do sul maravilha, que afirma:

A elite comeu gato por lebre; já era impossível o sonho branco da cultura pura; já ocorrera nos Estados Unidos a primeira revolução negra. O soul, apesar de todo o desdém que mereceu por parte dos intelectuais brancos brasileiros, ‘com a cabeça na Europa e o estômago no Brasil’, acabou sendo a ponta através da qual a juventude proletária e filha dos novos proletários negros, assim como o *rock*, dos proletários e proletarizados brancos, romperam o isolamento racial imposto ao branco brasileiro. Os jovens brancos brasileiros, e agora toda a elite, por sua vez tiveram o segundo reencontro com o rei. E ele novamente era despossuído, novamente estava pelado e, como determinou a marcha inexorável da história, novamente era preto. O Rei, novamente, era o escravo (Cardoso, 1987, p. 92).

Através, então, da ação cultural se vislumbra a possibilidade de não somente agregar a massa negra em torno de um projeto político, mas envolver também setores da população branca explorada pelas classes dominantes a partir da articulação das dimensões de raça e classe.

Trabalhar as hierarquias sociais é um outro desafio do movimento social negro e de todas as forças políticas envolvidas na construção de um mundo melhor. Até o início da chamada terceira república com a redemocratização do país, havia muita resistência de setores progressistas em construir o processo de transformação social colocando no mesmo patamar de importância as relações de gênero, raça e classe, porém não é possível analisar a dinâmica das sociedades democráticas e multiculturais onde persistem as desigualdades sociais sem levar em conta a interação entre essas três dimensões.

Nascimento e Gonzalez (2021) foram pioneiras em analisar como opera a hierarquização do sistema econômico, alocando as pessoas de acordo com critérios de gênero, raça e sexo. Nascimento (2021) nos diz:

O critério racial constitui um desses mecanismos de seleção, fazendo com que as pessoas negras sejam relegadas aos lugares mais baixos da hierarquia, através da discriminação. O efeito continuado da discriminação praticada pelo branco tem também como consequência a internalização, pelo grupo negro, dos lugares inferiores que lhe são atribuídos. Assim, os negros ocupam aqueles lugares na hierarquia social, desobrigando-se de penetrar os espaços que estão designados para os grupos de cor mais clara, dialeticamente perpetuando o processo de domínio social e privilégio racial (Nascimento, 2021, p. 57).

Mais adiante complementa ressaltando o lugar da mulher negra neste processo de hierarquizado: “A mulher negra, elemento no qual se cristaliza mais a estrutura de dominação, como negra e como mulher, se vê, deste modo, ocupando os espaços e os papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão. A ‘herança escravocrata’ sofre uma continuidade no que diz respeito à mulher negra. Seu papel como trabalhadora, grosso modo, não muda muito (Nascimento, 2021, p. 58).

Com base nas suas análises de rendimentos, oportunidades educacionais, ocupação no mercado de trabalho no Censo de 1980 e os dados de renda familiar do Pnad 1976, Gonzalez (2001, p. 97-99) vai constatar a hierarquização da divisão racial do trabalho própria das formações socioeconômicas capitalistas e multirraciais contemporâneas onde seu equilíbrio é sustentado por uma pirâmide onde no topo está o homem branco, em seguida a mulher branca, depois o homem negro e, por fim, na base desta pirâmide, a mulher negra. Esta realidade impulsionou a organização das mulheres negras com autonomia, mas, em parceria com o movimento de mulheres e, principalmente, com o movimento negro mais geral que não fazia o debate de gênero separado da pauta racial.

Um outro aspecto que vale a pena apontarmos neste trabalho se refere a tática mais apropriada para a militância por em curso o combate ao racismo a partir da sua relação com o Estado. Boa parte do sucesso das políticas em prol da população negra neste período de redemocratização foram alcançados pela via institucional a exemplo da garantia de terras para as comunidades quilombolas, a inserção do ensino da cultura negra no currículo escolar, o estatuto da igualdade racial e a política de cotas.

Em contraposição, são constantes as críticas às pessoas negras que ocupam espaços de poder, tidos como espaços privilegiados da elite branca, pelos limites que o sistema impõe a qualquer mudança ‘por cima’ e não pela base. Paralelo a isto, se questiona os espaços específicos no âmbito governamental voltados para resolução das questões de interesse para a população negra confinando a indicação de quadros técnicos negros(as) a estes setores quando nada impediria que os mesmos assumissem tarefas nas áreas mais tradicionais e universais das políticas públicas, tais como na educação, saúde, desenvolvimento econômico e/ou social, conforme chama atenção Oliveira (2016):

A ocupação desses espaços institucionais de ‘promoção’ da igualdade racial por pessoas ligadas ao movimento social de negros, ao mesmo tempo que deu visibilidade a temática do racismo, criou uma armadilha: guetificar as políticas específicas e deixar sob a responsabilidade dos próprios atingidos pela violência racial estruturante o gerenciamento de mecanismos de uma eventual superação (Oliveira, 2016, p. 32).

Mesmo reconhecendo estas limitações, entendemos que a presença nestas instâncias específicas são importantes para acumular experiência em torno do funcionamento da máquina pública e de todos os organismos integrantes do sistema político a exemplo de partidos, sindicatos, conselhos paritários, etc.. Queira-se ou não, o novo que virá exigirá maturidade democrática, muita organização e capacidade de gestão.

### 3.3 Atuação do movimento negro durante a redemocratização

Na sequência lógica dos argumentos apresentados até esta altura do texto, constatamos diversos filtros que travam o acesso da população negra aos espaços de poder em conjunção visceral com um modelo de dominação estruturalmente racista e racializado, carregado de práticas iniciadas na colonialidade a exemplo do patrimonialismo, do clientelismo e do autoritarismo, vislumbrando paralelamente a consolidação do processo da, ainda jovem, democracia brasileira. Nos deteremos na contribuição que o chamado movimento social negro pode ofertar levando em conta sua capilaridade na sociedade, sua história de luta e resistência; mas, por outro lado, seus limites e os desafios acima apontados para alcançar este intento.

Para o objetivo deste texto, entendemos movimento negro como um conjunto de iniciativas organizacionais da população negra constituídas para lutar pelo reconhecimento da sua cidadania, combater e denunciar o racismo, valorizar sua identidade e sua base cultural, e reposicionar seus representados na estrutura social e política do Brasil. Já nos informava Cardoso (1991) refletindo sobre o problema racial brasileiro como pauta *sine qua non* do movimento negro:

Não se pode mais admitir, seja no campo da prática política ou no campo das discussões acadêmicas, o pecado da omissão ou o reacionarismo da indiferença. Não se pode mais pensar o Brasil em termos de uma estrutura dicotômica onde só existam capital e trabalho, ou capitalistas e trabalhadores. Felizmente os estudos no setor de humanidades tem proposto uma renovação e aberto novas perspectivas que nos possibilitam uma maior compreensão do processo histórico brasileiro, desde a Colonia até os dias atuais (Cardoso, 1991, p. 5).

E segue:

Penetra-se fundo nas questões de poder subjacentes às relações entre os homens; nas relações entre as classes; nas relações entre os sexos – mas não se para para refletir na violência da imposição do ‘estatuto da branquitude’ daqueles que se pensam

descendentes de europeus, sobre as bases da edificação cultural das populações não-brancas, e, no caso brasileiro, principalmente as de origem africana (Cardoso, 1991, p. 5).

Apesar de perseguir um caminho histórico de luta política no âmbito da república brasileira que inicia com a Frente Negra Brasileira (FNB), passando pelo Teatro Experimental do Negro (TEN) e chegando ao Movimento Negro Unificado (MNU) em finais da década de 1970, é mister reconhecer a presença de outros vários modelos operando em paralelo a estas grandes organizações tais como as centenárias casas de Matriz Africana, os Clubes Negros ou o próprio Afoxé Filhos de Ghandi.

Com a redemocratização do país a partir da década de 1980, aflora imensas e diversificadas experiências organizacionais estruturadas sobre a identidade étnico-racial negra que provocará grande impacto na sociedade e no próprio Estado brasileiro.

Para citar parte deste processo, o MNU vai se nacionalizar instalando-se em diversos estados e regiões do Brasil; será criada a Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN) também em várias unidades da federação; surgem várias organizações de mulheres negras, tais como Crioula (RJ), Geledes (SP), Fala Preta (SP), Nzinga (RJ), Mãe Andresa (MA); a União de Negros pela Igualdade (Unegro); a Coordenação Nacional de Associações Quilombolas (CONAQ); várias organizações vinculadas à Matriz Africana como o Instituto Nacional da Tradição e Cultura Afro-Brasileira (INTECAB), o Coletivo de Entidades Negras (CEN), o Centro Nacional de Africanidade e Resistência Afro-Brasileira (CENARAB); a multiplicação de grupos culturais inspirados no Olodum e no ILÊ AYE, tais como o AKOMABU (MA), Quilombo (SE), Coisa de Negro (PI), Orummila (RJ); o nascimento Hip Hop; a Associação Nacional de Pesquisadores Negros(as); a Coalizão Negra e a EDUCAFRO, dentre tantas outras. Contribuindo com estas articulações nacionais diversas organizações não-governamentais como o CEAP (RJ), o NEN (SC), o CEERT (SP), a SACI (SE), o Niger OKAN (BA), o CEDENPA (PA), o CCN (MA), o UNA (AP), etc. Esta profusão de organizações específicas de mulheres negras foi bem explicada por Gonzalez (2021), inclusive relacionando-a com o movimento negro tradicional (masculinizado) e o movimento feminista (embranquecido). Conforme ressalta a autora:

Desnecessário dizer que o movimento negro não deixava (e nem deixou ainda) de reproduzir certas práticas originárias da ideologia dominante, sobretudo no que diz respeito ao sexismo, como já dissemos. Todavia, como nós, mulheres e homens negros, nos conhecemos muito bem, nossas relações, apesar de todos os ‘pegas’, desenvolvem-se num plano mais igualitário cujas raízes, como dissemos acima, provém de um mesmo solo: a experiência histórico-cultural comum (Gonzalez, 2021, p. 104).

Em seguida, retoma Gonzalez (2021):

Enquanto isso, nossas experiências com o movimento de mulheres se caracterizavam como bastante contraditórias em nossas participações em seus encontros ou congressos, muitas vezes éramos consideradas ‘agressivas’ ou ‘não feministas’ porque sempre insistimos que o racismo e suas práticas devem ser levados em conta nas lutas feministas, exatamente porque, como o sexismo, constituem formas estruturais de opressão e exploração em sociedades como a nossa (Gonzalez, 2021, p. 105).

E conclui:

Por essas e outras é que se entende porque os grupos de mulheres negras se organizaram e se organizam a partir do movimento negro e não do movimento de mulheres. Aliás, as pouquíssimas negras que militam apenas no movimento de mulheres têm muita dificuldade no sentido de se aprofundar no que diz respeito a questão racial (Gonzalez, 2021, p. 106).

Com suas visões e concepções, identidades e projetos, este cipoal de experiências organizacionais trouxe a questão racial para a ordem do dia do Estado brasileiro devido a sua luta, mas também em decorrência de três grandes acontecimentos no curto espaço de 12 anos: o Centenário da Abolição, em 1988; o Tricentenário de Zumbi dos Palmares, em 1995; e a Conferência Mundial de Durban contra o Racismo e todas as Formas de Intolerância, em 2000. Especialmente em relação ao reconhecimento de Zumbi dos Palmares, vale a pena ressaltar a importância deste fato para a luta antirracista no Brasil de acordo com a reflexão de Cardoso (1986):

Zumbi, herói, é a recuperação de um símbolo a ser esmiuçado, trabalhado e detalhado. É algo concreto em que se sustentar. Daí pode nascer a ação política. Em síntese, com o reconhecimento do herói e com o tombamento da Serra da Barriga, encerra-se a fase em que os negros lutavam apenas para legitimar as lutas antirracistas no Brasil (Cardoso, 1986, p. 63).

Mais adiante:

Com um símbolo nas mãos, um herói na cabeça e o reconhecimento de que sua luta é um direito, torna-se mais fácil para os movimentos negros ampliarem a dimensão de suas reivindicações. De certa forma, ganham o direito à opção na sociedade, tornando-se sujeitos históricos, ou seja, interlocutores válidos diante dos brancos. Afinal, não é por acaso que um povo conquista um símbolo e transforma seus mortos em heróis. Custam caro (Cardoso, 1986, p. 63).

Assim, Cardoso (1986) resume:

A nova fase em que penetra o movimento negro, com a ressurreição de Zumbi, necessariamente traz todos esses conteúdos. E aponta para novas contradições a serem ainda reveladas. De um lado, já não há mais matas onde se refugiar para organizar quilombos; acabaram-se os guetos onde resistir. De outro, apesar de as cidades crescerem, não acabaram as desigualdades sociais. O que há de novo, e isso é essencial, é que acabaram as proibições para lutar por alguma razão. E isso é liberdade; reflete conquistas democráticas (Cardoso, 1986, p. 64).

Este caráter democrático embutido na constituição de um herói negro no Brasil,

conforme destacou Cardoso (1986), tem a ver com o modelo político, econômico e espacial sobre a qual funcionava o Quilombo de Palmares; à integração de negros, indígenas e brancos; a presença de mulheres na liderança da República Palmarina a exemplo de Dandara e Acotirene e tantos outros fatores que subsidiam a prática e o discurso do movimento social negro até os dias atuais.

Por outro lado, se o incremento na relação com o Estado brasileiro trouxe avanços na luta contra o racismo no país, novos desafios foram colocados a teste para o movimento negro, desta feita, no campo institucional. Na transição da Nova Republicação para Redemocratização em 1988 e dali por diante, o Governo Sarney cria a Fundação Cultural Palmares (FCP), a nova Carta Constitucional tipifica o racismo como crime inafiançável, o governo Fernando Henrique reconhece oficialmente a existência do racismo no Brasil e o governo Lula, além de alterar a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação com a Lei nº10.639/03 tornando obrigatório o ensino de História da África e da cultura africana e afro-brasileira, cria a Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), vinculada à Presidência da República com *status* de ministério. No campo legislativo, o século XXI inicia com a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial e da Lei de Cotas, além do direito às terras quilombolas e a livre expressão dos rituais de matriz africana. Nesta sequência, diversos entes Estaduais e Municipais criaram conselhos paritários para tratar da questão racial junto com a sociedade civil dentro das suas fronteiras.

Se analisar estes resultados considerando que foram alcançados sem o suporte de uma bancada parlamentar no congresso, mas fruto da estratégia do movimento de pressionar diretamente o poder executivo, conclui-se que já rendeu alguns frutos. Porém, não esqueçamos, o racismo estrutura e hierarquiza as relações sociais em países multiculturais com o Brasil e, neste sentido, expõe os limites dos avanços institucionais supracitados. De acordo com Oliveira (2021):

A ausência desta reflexão estrutural é que tem interditado avanços mais profundos no enfrentamento ao racismo brasileiro, mesmo no contexto de avanços das políticas públicas. Isso por causa de três questões. A primeira e mais importante delas é a redução ou a perda de uma visão crítica do Estado brasileiro em sua dimensão institucional e histórica, como um aparelho construído e edificado para a manutenção de um capitalismo singularizado pela forma de dependência externa, concentração de riqueza e racismo estrutural. A segunda questão, decorrente da primeira, é o afastamento do debate ideológico no campo da sociedade civil. Finalmente, a terceira consequência é o afastamento do debate do combate ao racismo das questões mais estruturais do capitalismo brasileiro (Oliveira, 2021, p. 29).

O racismo atua como um sistema que não apenas permeia, mas também estrutura e hierarquiza as relações sociais em países multiculturais, como é o caso do Brasil. Embora haja avanços institucionais e políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade racial, o

racismo persistente cria limitações significativas para a eficácia dessas iniciativas. Estruturas históricas e culturais profundamente enraizadas muitas vezes resistem à mudança, impedindo a completa superação das disparidades raciais.

### **3.4 Um olhar sobre o movimento negro em Sergipe**

Embasado nas categorias acima colocadas vamos traçar o percurso realizado pelo movimento negro em Sergipe desde a transição democrática até os dias atuais. Certamente, encontraremos limites nas informações aqui colocadas devido ao foco do esforço intelectual que está estruturado sobre alguns trabalhos acadêmicos (Dantas, 2003; Neves, 2000, 2005, 2006; Silva, 2016; Souza, 2012), textos produzidos pelas próprias organizações negras e, o mais importante, a partir de minha visão pessoal como protagonista desta experiência sociopolítica na condução, num primeiro momento, da União dos Negros de Aracaju (UNA); num segundo momento, à frente da Sociedade Afrosergipana de Estudos e Cidadania (SACI) e, finalmente, no momento posterior, como gestor da Secretaria Especial de Políticas de Igualdade Racial da Presidência da República de 2003 a 2008.

Decidimos sequenciar a exposição por fases temporais tanto para facilitar a compreensão do leitor quanto para podermos dialogar com as análises realizadas sobre a temática no plano nacional, seja referente a sociedade civil, seja no tocante a agência nacional do movimento social negro. Simultaneamente, tentaremos resgatar alguns pontos-chave para interagir com a sistematização temporal aproximando a reflexão da realidade em apreço, quais sejam: a) perfil e ajustes organizacionais; b) estratégias de luta e mobilização; c) limites e avanços encontrados; e, d) dilemas que pautaram o combate ao racismo em Sergipe.

Antes, porém, cabe ressaltar que mesmo frente às suas fragilidades organizacionais este período contemporâneo é estimado como o mais propício para luta de combate ao racismo no Brasil, em especial em Sergipe. A partir daqui, deste pequeno Estado, tornarmos irreversível a expansão e nacionalização desta pauta na sociedade brasileira. Faz-se necessário lembrar que diferente de outros estados brasileiros onde o conflito racial é mais explícito, em Sergipe foi preciso desmontar a visão de que não havia conflitos raciais. Neves (2018) constatou esta visão na própria administração pública. Segundo ele, “os discursos oficiais no Estado (*dos órgãos públicos governamentais, grifo nosso*) construíam uma imagem do Estado como sendo um lugar sem discriminações raciais, em razão do tipo de escravidão que ali existiu” (Neves, 2018, p. 243).

Preferimos, acerca deste tema, a explicação de Ramos (1995), segundo o qual,

referindo-se à população branca do norte e nordeste afirma:

Esta patologia consiste em que, no Brasil, principalmente naquelas regiões **norte e nordeste**, as pessoas de pigmentação mais clara tendem a manifestar, em sua autoavaliação estética, em protesto contra si próprias, contra a sua condição étnica objetiva” (Ramos, 1995, p. 222, grifo nosso).

E mais adiante, retoma: “Estes resultados estão a indicar que, no Brasil, o negro é mais negro nas regiões onde os brancos são maioria e é o mais claro nas regiões onde os brancos são minorias” (Ramos, 1995, p. 225).

Mesmo diante desta realidade, o movimento social negro vem conseguindo promover algumas mudanças neste modelo dominante como tentamos demonstrar em nossa análise. Não custa lembrar que do lugar do poder público municipal e, posteriormente, no estadual, em finais dos anos 1970 e no início da década de 1980, o projeto político e econômico de modernização conservadora foi tocado por um negro, João Alves Filho, que sabia utilizar da sua identidade racial de forma positiva junto à população, um pouco na linha da integração sublinhada pelo Fernandes, mas não nos deteremos neste ponto agora.

#### 3.4.1 Da Nova República aos primeiros passos da redemocratização

O marco da entrada do movimento negro sergipano na luta nacional contra o racismo de forma mais ampliada, foi a realização do VI Encontro de Negros do Norte e Nordeste, em Aracaju, no ano de 1986. Na condução local deste evento estávamos num encontro presencial e contamos com a participação do Severo D’acelino, a Professora da Universidade Federal de Sergipe Maria Nely, Carlos Alberto de Paula e eu, Carlos Trindade. Por questões outras na reta final da organização, tanto Severo quanto a professora Maria Nely se afastaram e ficamos eu e o Carlos A. de Paula tocando a atividade até o final. Ainda no primeiro dia do evento, houve aquela que foi considerada a primeira passeata em Sergipe com uma pauta racial. Claro que a maioria dos participantes foram as pessoas oriundas de outros estados que vieram para participar do evento.

É importante enfatizar que esta cizania tinha um caráter político muito forte por Severo ter grandes resistências ao discurso radicalizado e politizado do Movimento Negro Unificado (MNU), organização que tinha grande influência sobre a construção, orientação e realização desses encontros regionais. Ao fim e ao cabo, em vez de criarmos neste momento o MNU-SE, investimos em outra linha com uma organização própria similar ao Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN) e ao Centro de Defesa do Negro do Pará (CEDENPA).

Até então, excetuando o trabalho da Casa de Cultura Severo D’Acelino, as experiências

de aglutinação da população negra eram raras e espaçadas geograficamente, sem nenhuma visibilidade pública. A criação da União dos Negros de Aracaju (UNA) viria cobrir esta lacuna ao oferecer para a juventude negra um espaço de reflexão e organização em torno da pauta racial e de uma forma mais abrangente e menos personalista do que a encontrada na Casa da Cultura. É importante recuperar a fala do ativista Nobre (2007) sobre esta conjuntura quando entrevistado por Pereira (2007):

Em geral, todo mundo do movimento negro passou por esta entidade (a Casa de Cultura, grifo nosso). Era como se fosse a primeira formação. Foi uma figura de referência para o pessoal que veio depois (estava se referindo a Severo D’Acelino, grifo nosso). Mas a gente tinha algumas diferenças políticas e ideológicas então passava por lá e ia embora fazer o movimento. Ele tinha uma visão mais conservadora da questão, era mais à direita, e a gente era mais à esquerda na compressão do processo de luta (Alberti; Verena; Pereira, 2007, p. 236-237).

Havia concordância entre o meu pensamento e o de Nobre (2007), nesta época, em relação à condução política do movimento. Na minha visão:

O Movimento Negro é parte integrante e importante do movimento popular de reivindicação geral por melhores níveis de vida e justiça social. É um movimento que se soma ao movimento das mulheres, dos sem-terra, dos sem Teto (PMA, 1990, p. 19).

No entanto, tínhamos alguma divergência em relação ao papel da cultura. Segundo Nobre (2007) quando entrevistado por Pereira (2007):

Ele (*Severo D’Acelino, grifo nosso*) trabalhava a questão cultural como forma de atrair as pessoas para discutir a questão racial, e a gente trabalhava com a questão política, porque a questão racial é uma questão política dentro dessa sociedade. A gente tem que quebrar pelo político, dentro dessa sociedade. A gente tem que quebrar pelo político, e não pelo cultural (Alberti; Verena; Pereira, 2007, p. 237).

Segui por outro caminho e afirmava:

[...] não vamos nos enclausurar, mas em todo o Brasil, é muito mais fácil você reunir uma quantidade considerável de negros para tratar de qualquer questão cultural do que você mobilizar uma parcela mínima de negros para discutir uma proposta política (PMA, 1990, p. 18).

Na verdade, nesta segunda metade da década de 1980 a ânsia de participação era grande tanto que além do VI Encontro, realizamos o I Encontro de Negros(as) de Sergipe, em 1987, na cidade de Laranjeiras, contribuímos efetivamente para o Encontro Cultural de Laranjeiras, em 1988, no Centenário da Abolição; realizamos o II Encontro de Negros(as) de Sergipe em Aracaju, em 1989, e levamos uma delegação do Estado para os demais Encontros Regionais Norte/Nordeste ocorridos naquela década. Diferente da passeata que aconteceu na abertura do VI Encontro, em 1986, em maio de 1988 realizamos a primeira passeata contra o racismo em

Sergipe com quase 2000 negros(as) sergipanos(as).

No final dos anos 1980, havia se multiplicado o número de organizações negras, especialmente os grupos afro-culturais influenciados pelo sucesso dos pares baianos, a militância negra estava nas ruas e nos bairros a ponto do prefeito Jackson Barreto ter criado um setor na Cultura Municipal para tratar da área racial, antecipando um processo que viria a ocorrer nas próximas décadas e se assemelhando a instalação do Conselho do Negro no Estado de São Paulo<sup>9</sup>.

Alguns fatores fomentaram mudanças significativas no movimento negro na passagem da década de 1980 para os anos 1990. O governo federal reagiu à mobilização em torno do centenário da abolição criando a Fundação Palmares, a partir do Encontro Regional de Negros(as) do Norte e Nordeste, de 1989, em Recife (PE) se plantou a semente das articulações nacionais de entidades – semente da criação da Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN) e não de pessoas – e avaliei que o modelo de organização do UNA não daria conta dos desafios que viriam na próxima década.

Minha experiência pessoal à frente do Centro Sergipano de Educação Popular (CESEP), a apropriação pessoal do método de planejamento estratégico e de construção coletiva do conhecimento na Escola Quilombo dos Palmares (EQUIP) e, por fim, diálogo com organizações do eixo Rio-São Paulo, a exemplo do CEAP e GELEDES na área racial assim como CESE, FASE e OXFAM no campo da cooperação internacional, deu régua e compasso para rediscutir a composição de um outro projeto organizacional em Sergipe, a futura Ong denominada SACI.

### 3.4.2 A relação com o Estado no presidencialismo de coalizão do governo FHC

Este período vai ser caracterizado pelo que Gohn (2019) denominou de participação institucionalizada<sup>10</sup>. Com a aprovação da Constituição democrática em 1988, o movimento social muda as suas estratégias visando estreitar relação com o Estado via políticas públicas. Nobre (2004) fala que: “[...] a conquista de novos espaços de participação e de deliberação teve, como contrapartida, antes de mais nada, a tradução das reivindicações em formas concretas de institucionalização”<sup>11</sup>.

A ordem do dia é a implementação de políticas públicas enquanto direito conquistado e

---

<sup>9</sup> SANTOS, I. (2001).

<sup>10</sup> GOHN, 2019, p. 10.

<sup>11</sup> NOBRE, M. Participação e deliberação na Teoria democrática: uma introdução. In: SCHATTAN, V.; COELHO, P.E.; NOBRE, M. (Org.). *Participação e deliberação – teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: ed. 34, 2004, p. 21-40.

agora normatizado constitucionalmente. Com a ampliação e consolidação da sociedade civil, surge o espaço público não estatal onde interagem via fóruns, conselhos e todos os tipos de articulação, representantes da sociedade civil e do poder público governamental.

Tratando especificamente da agência das organizações negras neste período, concordamos com a diferenciação de Gohn (2019) acerca da mudança ocorrida em várias oportunidades relativa a passagem de movimento para outro perfil organizacional, tal como ocorrido na passagem do UNA para a SACI. Segundo esta autora: “[...] a crescente necessidade de institucionalização e representação dos movimentos junto a sociedade política foi o principal motivo das organizações dos mesmos em associações, resultado posteriormente em ONGs” (Gohn, 1977, p. 49)<sup>12</sup>.

De qualquer forma, diferente de outros setores onde o papel das organizações de assessoria é muito bem definido, as Ongs voltadas especificamente para atuação política na área racial possuiu estratégias de ação semelhante ao movimento social negro originário<sup>13</sup>.

Um aspecto importante nesta década de 1990 é o reconhecimento por parte do Estado brasileiro no governo Fernando Henrique de que o país era racista, pondo por água abaixo, ao menos normativamente, o mito da democracia racial. Em paralelo a ação do governo, testemunhava a grande mobilização do movimento negro para o Tricentenário de Zumbi e as pautas de reivindicações operadas e encaminhadas até a realização das conferências regionais e mundial contra o racismo, respectivamente Santiago (Chile) e em Durban (África do Sul).

Em Sergipe, apesar da hegemonia da SACI na condução da pauta racial no Estado, vimos a instalação do Movimento Negro Unificado (MNU) 12 anos após a realização do VI Encontro em Aracaju, a organização do movimento de *hip hop*, de um pré-vestibular para pessoas negras, de uma organização feminista, a Maria do Egito, além da aproximação com as chamadas articulações nacionais como a Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN) e o Centro Nacional de Africanidade e Resistência Afro-Brasileira (CENARAB).

Contrapondo a visão de pessoas que traziam como dilemas do combate ao racismo em Sergipe a divisão entre ação cultural e ação política ou entre atuar pela base ou na via institucional ou, enfim, que as Ongs beneficiaram um universo pequeno de pessoas frente ao contingente populacional negro em Sergipe ou no Brasil, a SACI implantou projetos com várias vertentes da questão racial, alguns com desdobramentos pessoais e coletivos até os dias de hoje

---

<sup>12</sup> GOHN, M.G. Movimentos, Ongs e lutas sociais no Brasil dos anos 90 *in*: Os sem terra, Ongs e Cidadania, São Paulo. Cortez.

<sup>13</sup> HERINGER, R. *In*: A agenda anti-racista das Ongs brasileiras nos anos 90. *In*. GUIMARÃES, A.S.A. *Tirando a máscara*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 343-356.

na vida dos envolvidos.

Voltado para o público externo foi executada na área cultural o projeto OWE que oferecia oficinas de música, dança, culinária, capoeira, canto, confecção; na área jurídica o atendimento a pessoas vítimas de racismo, na área de comunidades, ações de desenvolvimento e geração de renda, além de ter montado um espaço cultural no intuito de gerar recursos financeiros para a entidade, o Espaço Cultural II e OKAIA.

Além dos projetos executivos, aglutinávamos as entidades no Fórum de Entidades Negras e os ativistas que tinham militância partidária, na Secretaria Estadual de Combate ao Racismo do Partido dos Trabalhadores. Para ao público interno, além dos cursos na área racial da educação popular, implantamos uma oficina denominada corpo africano com o psicólogo pernambucano Lepê Correia visando fortalecer o *psique* dos quadros técnicos da entidade. Enfim, a SACI implantou uma cultura organizacional que perdurou nas organizações que surgiram em decorrência de sua intervenção militante na realidade social de Sergipe, a exemplo do Grupo Cultural Abao e do Instituto Braços de Direitos Humanos.

Já o conjunto das entidades de caráter cultural, especialmente os blocos afro sofreram bastante para manter o seu trabalho, não em decorrência de uma disputa ou dilema entre o caminho a seguir na luta de combate ao racismo, se pela via cultural ou política. Na verdade, a maior parte do apoio que recebiam era oriunda das apresentações durante o carnaval. Com a organização da prévia carnavalesca chamada de Pré-Caju, tanto o governo municipal de Aracaju quanto o governo estadual a cada ano, desestimulou e reduziu o apoio financeiro dado aos grupos locais até extinguir qualquer indício da folia momesca na capital.

Neste sentido, discordamos da avaliação de Neves (2018), acerca da atuação do movimento negro em Sergipe durante a década de 1990, pois para ele:

Ao contrário do que se passava em outras cidades brasileiras com forte proporção de não negros na população, não havia em Aracaju uma visibilidade das discussões sobre o racismo ou o preconceito; ademais, os militantes relataram uma grande dificuldade em ampliar o público de suas denúncias ou em mobilizar os ‘negros’ para participar de suas ações. Muitos reclamavam mesmo de ser Sergipe ‘uma terra de morenos’, sendo pouco os que se autodeclaravam negros, mesmo os que tinham a tez mais escuro (Neves, 2018, p. 242).

Em termos gerais, mesmo correndo o risco de alguma parcialidade da minha avaliação do lugar de sociedade civil sergipana, a década de 1990 teve uma visibilidade extraordinária em torno da questão racial. Afirmamos isto, comparando-a com os anos 1980 e não com outra localidade, como no caso de Salvador (BA) cuja história é completamente diferente da nossa, apesar da proximidade geográfica. Paralelamente, no tocante a mobilização da população negra local, até pelos projetos desenvolvidos no SACI, pela organização de novas entidades, pela

diversificação da ação cultural via o *hip hop*, sem falar que neste período foi tomada a primeira luta pela titulação de áreas quilombolas em Sergipe – me refiro a comunidade de Mocambo, no município de Porto da Folha – reafirmamos com segurança que traçamos um caminho inverso ao delineado por Neves (2018).

### 3.4.3 Inicia o período do Lulismo

Poderíamos identificar este período como o mais feminista no âmbito do movimento social negro em Sergipe. No caminho percorrido pela organização Maria do Egito, ainda na primeira metade desta década, se estabelece uma representação do Fórum Nacional de Mulheres Negras e foi criada a Rosa Negras – saúde e combate à violência contra mulheres – e o Instituto Omolaye. A mentora da Maria do Egito, Joseanes Lima (2007), nos dá um quadro motivador da organização das mulheres negras, a parte o conjunto das Entidades que compunham este movimento social. Quando entrevistada por Pereira (2007) disse:

O movimento negro sempre teve um comportamento machista com relação às mulheres negras, do ponto de vista de não aceitar que essas mulheres fizessem um trabalho de protagonismo político. Eu percebia também que a relação que os homens negros tinham com as mulheres que estavam no movimento não era uma relação do ponto de vista político. Eu avaliei que não tinham respeito político pela presença daquelas mulheres. Tinha mulheres no movimento negro quando eu cheguei; agora, essas mulheres não se firmavam, não disputavam espaço político com aquelas pessoas que estavam a frente do movimento. Aí nós organizamos, com essas mulheres que estavam dentro do movimento negro, o Fórum de Mulheres Negras de Sergipe, que era um referencial político da organização de mulheres negras, e participamos da construção do II Encontro Nacional de Mulheres Negras, em Salvador, em 1990. Depois, em 1993, nós organizamos o I Seminário de Mulheres Negras, Mestiças e Pobres do Estado de Sergipe quer dizer, ainda tinha uma confusão sobre o que nós éramos, porque hoje, nós não organizaríamos um seminário de mulheres negras, mestiças e pobre (Alberti; Pereira, 2007, p. 303).

Do lugar da relação entre Estado e a sociedade, a chegada do PT à Presidência da República aprofundou os processos de participação social, porém dentro dos limites estabelecidos pela modernização neoliberal em curso. Segundo Gohn (2019) “as novas diretrizes” colaborativas entre a sociedade e o Estado com atitudes de parcerias e não de enfrentamento, advém também de planos internacionais de desenvolvimento humano, elaborados pela Organização das Nações Unidas (ONU), inseridos no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) desde 1990. Os objetivos de desenvolvimento do milênio se transformaram na grande agenda social do governo.

No bojo desta agenda, o governo Lula cria áreas específicas na administração pública federal para tratar da pauta dos novos movimentos sociais impactando, conseqüentemente, no

desenho das administrações públicas estaduais e municipais. Na área racial, este órgão foi a Secretaria Especial de Políticas de Igualdade Racial (SEPPIR)<sup>14</sup> vinculada diretamente à Presidência da República. Este formato, mais do que uma imposição partidária, foi fruto de uma determinação pessoal do Presidente, já que no governo da Dilma, também eleita pelo Partido dos Trabalhadores, este órgão sofreu mudanças e perda de *status* institucional, ou seja, o compromisso do representante com a causa é imprescindível para a sua consolidação enquanto política pública de natureza afirmativa.

Isto nos remete a uma outra reflexão sobre o *status* do órgão que é criado para tratar da questão racial ou outras no campo das especificidades. De acordo com Neves (2018):

A avaliação geral que tem sido feita no interior dos movimentos negros sobre essa ascensão política de alguns militantes é de que isso não significou necessariamente uma reconversão do Estado às suas ideias. Segundo depoimentos de alguns militantes que ocuparam cargos estatais, a ‘entrada no Estado’ não se deu pela porta da frente, mas sim pela porta dos fundos. A maioria das experiências de militantes no Estado dá-se em postos sem muita significância e sem recursos disponíveis (Neves, 2018, p. 247).

Está embutido no texto acima vários aspectos que tornam este debate mais complexo do que aparenta ser. Consigo arrolar ao menos quatro questões que mereciam uma reflexão mais detalhada. A primeira diz respeito à força política necessária – e ainda hoje debilitada – que teve movimento social negro para impor um modelo de gestão pública coordenado com seus interesses políticos. Refiro-me à força, neste caso, no sentido eleitoral mesmo. Se não a detivermos parecerá sempre que estão a nos fazer um favor. Lembremos de Abdias Nascimento e Carlos Alberto Caó no governo Brizola no Rio de Janeiro atuando na administração estadual com força política e respaldo majoritário.

Uma segunda questão tem a ver com a representação oferecida pelo movimento para ocupação do espaço público. A gestão pública exige algumas habilidades diferenciadas daquelas que se costuma ser exigida na militância política. O tamanho do órgão também tem a ver – não exclusivamente – com que o gestor da hora se propõe a trabalhar. Uma terceira questão remete às perguntas: Sobre o que queremos do Estado? Qual o modelo institucional que melhor se adequa à nossa pretensão política de gerir uma máquina estatal? O modelo da SEPPIR no governo Lula me pareceu bastante razoável, mas precisou encarar desafios próprios da administração pública como a relação entre programas finalísticos e programas meio e na gestão em si da transversalidade que caracteriza o tratamento burocrático da questão racial e temas afins.

---

<sup>14</sup> Entrei na SEPPIR em maio de 2003 como Diretor de Planejamento; em 2004 assumi a Subsecretaria de Comunidades Tradicionais; em 2007, a Subsecretaria de Planejamento.

De qualquer forma, vejo como positiva a inserção de um corpo técnico formado por pessoas negras no aparato governamental, sendo ou não militante, mas, que ao menos tenha compromisso com as pautas priorizadas pelo movimento negro. Não concordo que a atuação no espaço público e na sociedade civil sejam excludentes. São, na verdade, diferentes e necessárias. Os dois tendem a crescer e se fortalecer numa relação dialógica.

Analiso nestes termos ao tempo que reflito sobre o encerramento das atividades da SACI. Silva (2016, p. 78-82) vai chamar atenção para o fim da SACI ser uma decorrência da entrada da militância na esfera governamental. Na minha opinião, houve uma conjunção de fatores que contribuíram para o encerramento das atividades desta organização, até porque estamos falando de uma estrutura complexa com uma série de deveres, obrigações e responsabilidades internas e externas a si própria. Em primeiro lugar, a ocupação do espaço na administração pública não seria um problema se os demais quadros tivessem condições de tocar o projeto da SACI. O que foi impossível no início da década se viabilizou em 2008 com a criação do Instituto Braços de Direitos Humanos, inspirado na SACI.

Um segundo fator foi a mudança de rumos da cooperação internacional, principal fonte de financiamento das suas atividades, como consequência da chegada do PT ao governo federal. A suposição das agências era que a administração pública federal poderia cumprir o papel que as agências desenvolveram até então para fortalecer a sociedade civil como estratégia de consolidação da retomada democrática no país. Vinculada a esta crise das agências, nos defrontamos com um terceiro fator, qual seja, a necessidade de se apropriar da tecnologia de captação de recursos públicos que operava numa lógica diferente da cooperação internacional. Por fim, cabe observar que as principais lideranças de outras Ongs negras não fizeram este caminho trilhado por mim, à exceção de João Carlos Nogueira do Núcleo de Estudos do Negro (NEN/SE), o qual, continuou seu trabalho com os quadros que ficaram naquela cidade.

De qualquer forma, este período deixou avanços importantes para o combate ao racismo no Brasil. No plano local, veremos em seguida novos desafios que se apresentaram, mas o movimento social negro não baixou a guarda e continuou sua peleja por reconhecimento, redistribuição e participação nos destinos do Estado e do Brasil como um todo.

#### 3.4.4 O governo Dilma Roussef e as manifestações de 2013

Nesta última fase deste primeiro capítulo do nosso trabalho, destacamos três ocorrências marcantes e faremos um recorte temporal no ano de 2018 pelo significado que teve no cenário político brasileiro. Após esse panorama, nos debruçamos sobre a realidade do movimento social

negro durante este período. As ocorrências supracitadas foram as manifestações a partir de 2013; o *impeachment* da Presidente Dilma; e, por fim, o desmonte das políticas públicas com a nomeação de Michel Temer para presidência da república.

De acordo com Gohn (2019):

Junho de 2019 é um marco na vida política e sociocultural brasileira. É quando se inicia um novo ciclo de participação na sociedade brasileira, composto de coletivos e movimentos sociais diversos, com projetos e propostas diferenciados classificados em três grupos distintos, a saber: clássicos (sindicalista, sem-terra, *grifo nosso*), novos (direitos humanos, negro, feminista, *grifo nosso*) e novíssimos (passe livre, vem pra rua, *grifo nosso*) (Gohn, 2019, p. 123-124).

Cabe ressaltar que, no início, as manifestações tinham uma determinada linha de atuação que posteriormente foi desvirtuada pela mídia e em decorrência do retorno das classes médias insatisfeitas com a gestão petista no governo federal<sup>15</sup>. As forças de direita se sentiram confortáveis para criticar todos os tipos de políticas sociais com especial atenção para aquelas que davam alguma guarida para a população negra, tal foi o caso das cotas raciais e dos direitos trabalhistas para as empregadas domésticas. O *impeachment* da presidente Dilma representou uma quebra no presidencialismo de coalizão cujos termos operacionais deram sustentação ao processo de redemocratização durante 30 anos. Segundo Gohn (2019): “[...] *ser contra ou a favor do impeachment era demarcado não apenas pelo rol de demandas, mas também pelo estilo das manifestações, cor das roupas, bandeiras, banners etc.*” (Gohn, 2019, p. 42).

Após a sua efetivação, forças progressistas voltaram às ruas em protesto contra o governo Temer e o desmonte de políticas públicas e direitos que tinham sido conquistados na Constituição de 1988.

Toda a efervescência desta conjuntura encontrou-se, em 2018, com acontecimentos impactantes sobre a sociedade brasileira. O assassinato de Marielle Franco, vereadora do Rio de Janeiro, a prisão do ex-presidente Lula e o conseqüente indeferimento da sua candidatura, a greve dos caminhoneiros que paralisou o país e causou enormes prejuízos econômicos e, por fim, a eleição de Jair Bolsonaro para a Presidência da República e de uma das piores e mais retrógrada legislatura no Congresso Nacional constituída pelas bancadas da bala, da bíblia e do boi, sem falar na sobreposição desta com a bancada dos empresários.

Em Sergipe, a morte precoce do governador petista Marcelo Deda, provocou uma baixa intensidade nas políticas sociais como um todo, mas sem que seus substitutos as desmontasse completamente.

O respaldo institucional que a política de cotas raciais obteve no Supremo Tribunal

---

<sup>15</sup> Anritzer (2016) sobre participação social nos governos Lula e Dilma.

Federal impactou paulatinamente na população e no movimento social negro. Importante frisar a mobilização da juventude de todos os gêneros presentes nos movimentos de valorização estética como o ‘Crespos e Cacheados’ ou dentro da Universidade Federal de Sergipe (UFS) como o ‘Coletivo Beatriz Nascimento’ e uma nova entidade feminista, a organização Rejane Maria, os quais deram sinais da vitalidade deste movimento.

Um dado importante é o fato de, após mais de uma década, o conjunto de organizações resolveram retomar o funcionamento do Fórum de Organizações Negras, o qual vem realizando tanto atividades formativas quanto ações diretas de protesto contra a realidade da população negra em Sergipe, com especial atenção para a violência policial contra a juventude negra. Em torno de 20 entidades negras estão mobilizadas pelo Fórum.

Outra importante iniciativa é oriunda do Fórum de Matriz Africana. Trata-se da realização anual, desde 2014, da Marcha para Oxalá contra a intolerância religiosa. Tanto esta pauta quanto a da violência contra a juventude negra foram bastante incrementadas com a chegada de Jair Bolsonaro no poder. Daí a importância destas duas iniciativas de combate ao racismo.

Por fim, foram criadas algumas atividades culturais reforçadoras da identidade negra nas suas interações de gênero, classe, religião etc., como a ExpoAfro, a Feira do Mangaio, a Feira da Gambiarra e a Mostra de Cinema Egbé, para citarmos algumas. São momentos de aglutinação, busca de reconhecimento, de melhor condição de vida e, principalmente, momento de expor para a sociedade sergipana e brasileira que “Se poder é bom também queremos poder”, um mote contemporâneo bastante propagado pelo MNU.

Resumidamente, Em síntese, procurou-se destacar algumas características do movimento social negro nas últimas quatro décadas, evidenciando sua robustez civil, habilidade em se revitalizar diante de consideráveis obstáculos organizacionais, materiais e institucionais. Além disso, foi ressaltada a diversidade intrínseca, abrangendo uma significativa pluralidade de identidades dedicadas à luta contra o racismo e as desigualdades raciais que impactam a comunidade negra em Sergipe (Quadro 1).

**Quadro 1** – Configuração do Movimento Social Negro em Sergipe por ano de criação (década de 1980 a década de 2010).

Período	Organização	Ano de Criação	Área Principal de Atuação
<b>DÉCADA DE 1980</b>	LAVAGEM DA CATEDRAL	1982	Matriz africana
	GRUPO CRILIBER	1982	Criança e adolescente
	GRUPO DE CAPOEIRA QUILOMBO	1983	Capoeira angola

(Continuação do quadro 1).

	GRUPO CULTURAL QUILOMBO	1986	Bloco afro
	UNIÃO DOS NEGROS DE ARACAJU (UNA)	1986	Ações diversas contra o racismo*
	GRUPO BANTOS NAÇÃO	1988	Bloco afro
	GRUPO AXE KIZOMBA	1989	Bloco afro
(Continuação do quadro 1).	CENTRO DE DEFESA DO NEGRO (CEDEN)	1989	Ações diversas contra o racismo
	ASSOCIAÇÃO HIP HOP	1990	Cultura de rua
	GRUPO VOZES D'AFRICA	1990	Ações contra o racismo
<b>DÉCADA DE 1990</b>	SOCIEDADE AFRO SERGIPANA DE ESTUDOS E CIDADANIA (SACI)	1991	AÇÕES DIVERSAS CONTRA O RACISMO
	CIA DANC'ART	1991	DANÇA AFRO
	GRUPO CULTURAL ABAO	1994	CAPOEIRA ANGOLA
	GRUPO OXALUFA	1994	BLOCO AFRO
	MOVIMENTO NEGRO INDEPENDENTE (MNI)	1994	AÇÕES DIVERSAS CONTRA O RACISMO
	COORDENAÇÃO NACIONAL QUILOMBOLA (CONAQ)	1996	COMUNIDADE QUILOMBOLA
	CENTRO NACIONAL DE AFRICANIDADE E RESISTÊNCIA AFRO-BRASILEIRA (CENARAB)	1996	MATRIZ AFRICANA
	MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO (MNU)	1998	AÇÕES DIVERSAS CONTRA O RACISMO
	ORGANIZAÇÃO MARIA DOEGITO	1999	FEMINISTA
	<b>DÉCADA DE 2000</b>	ALIADOS PELO VERSO	2000
FÓRUM DE MULHERES NEGRAS		2004	FEMINISTA
GRUPO CULTURAL HAUSSAS		2004	BLOCO AFRO
INSTITUTO OMOLAYE		2007	MATRIZ AFRICANA
FÓRUM DE MATRIZ AFRICANA		2007	MATRIZ AFRICANA
GRUPO ROSAS NEGRAS		2008	FEMINISMO/SAÚDE/C OMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER
INSTITUTO BRAÇOS		2008	DIREITOS HUMANOS
HISTÓRIA EM CENA COLETIVO DE TEATRO AFRO (HECTA)		2008	TEATRO

(Conclusão do quadro 1).

	UNIÃO DOS NEGROS PELA IGUALDADE (UNEGRO)	2009	AÇÕES DIVERSAS CONTRA O RACISMO
<b>DÉCADA 2010</b>	COORDENAÇÃO ESTADUAL QUILOMBOLA	2012	QUILOMBOLA
	GRUPO GINKA	2014	DANÇA AFRO
	ORGANIZAÇÃO REJANE MARIA	2014	FEMINISTA
	MOVIMENTO CRESPAS E CACHEADAS	2014	ESTÉTICA AFRO
	MARCHA PARA OXALÁ	2014	MATRIZ AFRICANA
	EGBÉ SERGIPANO	2015	MATRIZ AFRICANA
	FEIRA DO MANGAIO	2016	AFRO- EMPREENDEDORISMO
	FÓRUM DE ORGANIZAÇÕES NEGRAS	2016	AÇÕES DIVERSAS CONTRA O RACISMO
	CASA DAS ÁFRICAS	2017	AFRO- EMPREENDEDORISMO
	COLETIVO BEATRIZ NASCIMENTO	2018	MEIO ACADÊMICO
	GRUPO DE ESTUDOS SOBRETALHO ESRAVO CONTEMPORÂNEO (GETEC/UFS)	2018	MEIO ACADÊMICO
	CASAMAR	2019	MATRIZ AFRICANA

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Destaca-se a incompletude do presente quadro no que concerne à citação de todas as organizações que constituem este movimento, cujo levantamento demandaria uma pesquisa mais abrangente e detalhada, ultrapassando os limites do escopo deste texto. O propósito deste trabalho é fornecer uma visão do dinamismo desse segmento social, indicando o período de estabelecimento das iniciativas organizacionais que o compõe, abrangendo o intervalo de tempo de 1980 a 2010.

Conforme observado no quadro acima, a nomenclatura atribuída às atividades dessas organizações foi preferencialmente definida como "ações diversas contra o racismo", baseada na compreensão de que todos os segmentos desempenham uma função política. Nesse contexto, evitou-se rotular essas organizações como entidades políticas.

## **4 INTERAÇÕES ENTRE A QUESTÃO RACIAL E A POLÍTICA ELEITORAL**

### **4.1 A sub-representação e outros desafios da inserção de negros(as) nos espaços de poder**

Inobstante ser um tema ainda pouco estudado pela sociologia, política e outras disciplinas que integram o chamado campo das ciências humanas, alguns trabalhos vêm referenciando as análises sobre os fatores que contribuem para a permanência de uma sub-representação de negros(as) nos espaços de poder. Sem ter a pretensão de esgarçar todas as possibilidades, vamos trazer à tona aqueles que entendemos como mais apropriados para os objetivos desta dissertação.

Mesmo admitindo ser este fenômeno uma realidade da formação racista e excludente da sociedade brasileira e, conseqüentemente, do modelo político que a reproduz, compactuamos da visão que o posiciona como um dos grandes desafios para os regimes democráticos nas sociedades contemporâneas não somente pelas justas reivindicações das múltiplas identidades culturais vigentes no palco da sociedade, mas por embargar o enriquecimento do debate público ao restringir as decisões políticas que induzem a sociedade a uma visão parcial de mundo oriundo de um determinado grupo social, geralmente composto por homens brancos de classe média e alta, heterossexuais e integrantes de religiões cristãs, os quais detêm ampla maioria nos espaços de poder.

No caso brasileiro, algumas tímidas medidas vêm sendo tomadas, tanto no intuito de conhecer melhor esta realidade quanto no de favorecer a participação e eleição de candidaturas negras a cada processo político eleitoral, tais como a inclusão do item raça/cor na base de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o estabelecimento de um valor específico do Fundo Eleitoral para essas mesmas candidaturas visto ser o financiamento das campanhas um dos maiores gargalos para o sucesso eleitoral.

Sem estabelecer uma ordem de importância, pois os fatores estão imbricados na formação social brasileira, selecionou-se cinco deles que contribuem para a reflexão ora colocada nesta dissertação, quais sejam:

- O quadro de desigualdades sobre o qual vive a população negra no Brasil;
- O recrutamento partidário;
- O financiamento de campanha;
- O perfil sociopolítico da candidatura;
- Problematizando o voto racial.

Os fatores mencionados serão abordados de maneira individual, visando uma compreensão mais aprofundada sobre a relevância e os elementos que circundam os desafios relacionados à inserção dos negros no espaço de poder.

Em relação ao panorama de desigualdades enfrentado pela população negra no Brasil, identifica-se um modelo de identidade nacional construído no país para conciliar a complexidade das três raças presentes. No entanto, esse modelo não foi capaz de oferecer uma solução efetiva para a persistente desigualdade que remonta ao fim da monarquia, ancorada no trabalho do escravizado negro africano, e que perdura desde o início do período republicano até os dias atuais.

A política imigratória de finais do século XIX até meados do século XX com fins de branquear o país, foi preponderante para a exclusão da população negra do mercado de trabalho livre e para promover um *apartheid* espacial, expulsando-a das localidades mais próximas aos centros urbanos e ao parque fabril, conseqüentemente dificultando o acesso deste contingente às políticas públicas de saúde, educação e assistência social o que rebata na falta de oportunidades para a sua mobilidade social.

A maneira como o racismo se estruturou na sociedade brasileira, fortalecendo as desigualdades, o preconceito e a discriminação racial, impacta significativamente nas oportunidades de sucesso de uma candidatura negra em uma empreitada eleitoral, especialmente quando confrontada com indivíduos privilegiados do ponto de vista racial, social e econômico. Por fim, este modelo também vai incidir na própria qualidade do regime democrático visto que essas pessoas privilegiadas vão decidir sobre a vida de quem não tem privilégio nenhum a partir de valores próprios da sua condição de classe e raça, conforme apresentado por Machado e Campos (2020).

Em primeiro lugar, parece haver uma perniciosa interação entre as dinâmicas sociológicas da discriminação racial no Brasil e o funcionamento próprio do nosso sistema eleitoral. Do ponto de vista sociológico, nossos dados parecem corroborar a ideia de que preto(a)s e pardo(a)s enfrentam dificuldades maiores de ascensão à medida que se acirra a competitividade por recursos socialmente valiosos. Algo similar parece ocorrer na política: a discriminação racial não apenas permanece operando em diferentes contextos competitivos, mas o aumento dessa competição parece aumentar a marginalização dos negros (Machado; Campos, 2020, p. 148).

O recrutamento partidário é um fator tem várias nuances que merecem ser destacadas, mas um dado se sobrepõe em todas as pesquisas realizadas até o momento, qual seja, o número de candidaturas negras lançadas pela totalidade dos partidos se assemelha à proporção populacional deste contingente em cada unidade federativa, porém, fica muito abaixo quando comparado ao número daqueles que obtiveram o sucesso eleitoral. No ano de 2020, inclusive,

pela primeira vez, o número de candidaturas negras superou a de pessoas brancas no Brasil. É neste filtro entre a campanha e o resultado final da eleição que a influência do partido é determinante. Em termos gerais, como nos lembra Machado e Campos (2020):

Vale lembrar que, no Brasil e em grande parte das democracias representativas ao redor do mundo, partidos políticos monopolizam o direito de lançar postulantes a cargos eletivos. E, mesmo nos países onde candidaturas independentes são permitidas, os partidos permanecem sendo espaços privilegiados de profissionalização de seus membros e potencialização de suas chances eleitorais (Machado; Campos, 2020, p. 65).

Este filtro partidário em relação às candidaturas ofertadas pelos partidos no mercado eleitoral ocorre porque há sempre mais candidatos do que vagas a serem ocupadas no pleito. Sabendo disto, a direção partidária acaba favorecendo determinadas candidaturas em detrimento de outras cuja possibilidade de vitória é irrisória. Entretanto, cabe ressaltar que não há um desestímulo por parte dos dirigentes para que candidaturas sem grandes chances eleitorais desistam de concorrer, antes o contrário, visto que a condição precípua para ser eleito é atingir o coeficiente eleitoral, ou seja, os vencedores precisam somar seus votos aos dos demais correligionários para alcançarem a votação mínima exigida para assumir um mandato legislativo. Geralmente, são as candidaturas negras que, por terem menos recursos de campanha, servem de degrau para os eleitos priorizados pelo partido alcançarem seus objetivos.

Isto permite uma outra reflexão acerca de quem são os quadros preferidos pela direção partidária. As candidaturas da chamada militância de base têm bem menos chance de irem para o topo da lista do partido em comparação com aquelas que detêm alguma função nesta organização em decorrência das vantagens oferecidas pela sua profissionalização visto que fazem política em tempo integral e contam com toda a estrutura do partido para execução destas tarefas. Portanto, ocupar um cargo no partido favorece a candidatura no momento da sua alocação na lista partidária.

Por fim, vários estudos ressaltam a influência da posição do partido no sistema político observando com aqueles que detêm maior sucesso eleitoral, são mais impermeáveis ao acesso e apoio a candidaturas negras. Por outro lado, os partidos menores que buscam ampliar seu espaço, facilitam o acesso para essas candidaturas visando atingir o coeficiente eleitoral imposto pelas regras do jogo. Porém, cabe ressaltar, este acesso não significa ir para o topo da lista partidária e, mais das vezes, transformam-se em “laranjas” para aqueles que, de fato, querem eleger. Ainda de acordo com Machado e Campos (2020):

É quando olhamos os partidos individualmente que percebemos desigualdades mais relevantes. Da perspectiva racial, partidos maiores e consolidados tendem a lançar menos candidatos(as) pretos(as) e pardos(as), do mesmo modo que a cota para

mulheres nem sempre inclui com intensidade equivalente mulheres negras. Tudo isto mostra que políticas de cotas nas nominatas têm o papel de uniformizar a distribuição de grupos sociais em desvantagem do que em garantir uma oferta total minimamente diversa de candidaturas (Machado; Campos, 2020, p. 83).

Ainda concluem os autores:

Na ausência de cotas nas nominatas como já ocorre para homens e mulheres, alguns partidos maiores e mais tradicionais tendem a dar mais espaço para as elites brancas. Do outro lado, partidos políticos menores e marginais na disputa tendem a ter um maior equilíbrio racial dentre seus indicados, sem que isso se traduza em equalização das chances eleitorais. Ao contrário, embora pretos(as) e pardos(as) se concentrem em partidos menores, suas chances eleitorais nestes são sensivelmente inferiores àquelas dos(as) poucos(as) pretos(as) e pardos(as) que penetram legendas de maior projeção política (Machado; Campos, 2020, p. 147).

No campo partidário, outros fatores também influenciam a posição de determinado candidato na sua nominata. O primeiro deles refere-se ao apoio direto do candidato majoritário a campanha do candidato proporcional da sua preferência interferindo decisivamente no resultado positivo que este alcançara. O segundo exemplo onde uma candidatura sai com vantagens políticas em relação às demais ocorre quando o nome indicado já trabalha no mandato de algum político que o lidere e possibilite que a população o veja sempre ao lado daquele que já vem, através de um mandato, trazendo algum benefício material para um determinado grupo de eleitores, pois a candidatura torna-se correia de transmissão do mesmo projeto em andamento e com diversos *cases* de sucesso. Por fim, experimenta vantagens na concorrência política àquelas candidaturas cujo representante foi escolhido pelo partido para ocupar determinada função pública e, a partir desta, tem maior visibilidade pública e maior presença social antes do período restrito de campanha.

Afora os cargos em órgãos específicos onde são operadas as políticas de promoção da igualdade racial são raros ocupados por pessoas negras nos exemplos acima indicados.

Esta linha de pensamento nos remete para a necessidade dos partidos mais fortes, eleitoralmente falando, serem desafiados a alterar outros dois fatores que contribuem para a manutenção desta sub-representação racial e que veremos a seguir, quais sejam o financiamento de campanha e o perfil das candidaturas priorizadas, quase sempre compostas por homens brancos.

Quanto ao financiamento de campanha, tendo-se em mente que uma campanha envolve um volume extraordinário de recursos financeiros, não é difícil constatar as dificuldades que uma candidatura negra vai encontrar numa determinada disputa eleitoral, mesmo após o Supremo Tribunal Federal (STF) ter aprovado uma cota do Fundo Partidário de forma proporcional para este público. São gastos de diversas ordens que um candidato precisa realizar

para fazer sua mensagem chegar até o eleitor. Como os recursos são limitados, a direção acaba selecionando as candidaturas mais viáveis como destino da maior parte dos recursos disponíveis. A outra alternativa que é o autofinanciamento fica restrito às pessoas mais aquinhoadas e oriundas das classes alta e média alta, qual seja, o candidato branco.

Um dado interessante trazido pelo estudo “Desigualdade Racial nas Eleições Brasileiras” dos economistas (Firpo; França; Portela; Tavares, 2022) do Núcleo de Estudos Raciais do INSPER, além de apontar a forte relação entre financiamento de campanha e voto, e a concentração dos recursos embutidos em poucos candidatos, mostra que esta concentração é maior entre candidaturas negras do que entre as brancas, ou seja, se constata a existência de várias candidaturas negras com recursos escassos e poucas com maiores parcelas desses recursos, enquanto que dentre os brancos esta concentração é bem inferior, ou seja, existem mais candidaturas brancas que receberam valores razoáveis para bancar a sua campanha.

Segundo Machado e Campos (2020):

A concentração de recursos de campanha é central para o sucesso de uma campanha eleitoral. Sem dispor de recursos financeiros, a possibilidade de se destacar frente a imensa quantidade de concorrentes é uma vã ilusão. Por maior que seja a dedicação investida, uma campanha bem financiada terá larga vantagem. No entanto, algumas particularidades de cada eleição devem ser destacadas. É justamente em 2016, quando o financiamento empresarial ainda era permitido, que encontramos as maiores desigualdades. A doação de dinheiro para candidaturas com maiores chances de vitória, promovida, portanto, a partir de estruturas de privilégio e preconceito existentes no mercado, tinha impactos nas desigualdades raciais. Seria importante investigar essa dinâmica em eleições anteriores, o que não é viável devido a ausência da declaração racial antes de 2014. Mas não é desprezível identificar esta como uma das possíveis causas da dificuldade de ganhos eleitorais por não brancos (Machado; Campos, 2020, p. 103).

De fato, dentre o universo de 20% a 30% de candidaturas eleitoralmente viáveis e para onde, conseqüentemente, são destinados a maior parte dos recursos financeiros mobilizados numa campanha, a presença negra é irrisória. De acordo com os mais diversos estudos, esta realidade está correlacionada ao perfil e aos recursos pessoais valiosos que dispõe cada pessoa integrante do pleito eleitoral, como veremos a seguir.

Ao examinar o perfil sociopolítico da candidatura durante a análise conduzida por este trabalho, observa-se que tanto os partidos políticos quanto os recursos financeiros utilizados na condução da campanha não seguem uma distribuição equitativa na lista de candidatos de cada organização. Em vez disso, recorrem a critérios diversos na alocação de recursos e na definição de prioridades, influenciados pela formação cultural e social específica da sociedade brasileira.

No mapa de características pessoais mais viáveis eleitoralmente algumas situações explicitam os motivos de perdurar a sub-representação racial da população negra nos espaços

de poder em contraposição ao que ocorre com o indivíduo branco do sexo masculino. Amora (2008) traçou as linhas gerais deste processo na sua tese de doutorado, recorrendo a contribuição de Foucault e Bourdieu (1989), que afirma:

Neste sentido, podemos interpretar o processo de exclusão no campo político do seguinte modo, de um lado temos uma baixa capilaridade do sistema político diante do modo como ele se estrutura econômica, política e socialmente, o que significa compreender o sistema de financiamento de campanhas, o modelo de estruturação das candidaturas nos partidos políticos, o horário eleitoral gratuito e a base social das candidaturas. Entretanto, além disso, existe um fator fundamental, as regras informais e os processos simbólicos do campo político. Se de um lado é possível explicar as barreiras formais do campo político a partir daquelas categorias econômicas políticas e sociais, será possível buscar compreender também os processos de violência simbólica que excluem negros e negras dentro e fora da esfera política institucional. Este processo de socialização do campo político está marcado por mecanismos de aceitação de um habitus político, ou seja, disposições inscritas na estrutura do campo que vão ser confrontadas, em um conflito político não declarado, com as disposições e o habitus prévio daquele que postula se inserir neste campo (Amora, 2008, p. 61).

E continua:

É possível perceber também no campo político que as disposições também são compartilhadas e adaptadas no contexto familiar, o que ocorre por meio da hereditariedade ou pela ideia de vocação, privilegiando uns em detrimento de outros, que passam a ser vistos como pessoas que não nasceram para exercer determinada atividade (Amora, 2008, p. 61).

Diante disso, é interessante sublinhar a forma como este autor vai traduzir o conceito de violência simbólica embutido na exclusão de grupos sociais dos espaços de poder:

A violência simbólica é o processo que inscreve no corpo dos dominados as suas regras de dominação, ou seja, faz com que as pessoas acreditem que os traços da dominação são natos a sua personalidade ou as suas características físicas, por exemplo: atribuir a determinados grupos a ideia de que são preguiçosos, feios ou incapazes (e os modos mais sutis que fazer transparecer estas mesmas conclusões) é fazer com que as pessoas inseridas em uma determinada sociedade passem a acreditar nestas ideias em virtude do seu processo de socialização, o que faz com que o seu gosto, suas opiniões, sua repulsa e sua abjeção também sejam refêns destes modelos inscritos nos corpos, ou seja, modos que as pessoas acreditem lhe serem natos, ou definidos biologicamente (Amora, 2008, p. 62).

É próprio das democracias liberais e nestas dos partidos em disputa pelos espaços de poder, buscarem conquistar estes espaços através da eleição dos seus candidatos, os quais são escolhidos a partir tanto de critérios objetivos quanto subjetivos. Ao fim e ao cabo, para a representação política nas esferas de poder, vão indicar e eleger as pessoas mais preparadas para representar os seus interesses. Dentre estes critérios encontram-se o grau de instrução, a classe social, a colocação profissional, o patrimônio, hereditariedade, o gênero e a chamada participação cívica, ou seja, o envolvimento da pessoa em coletivos que são verdadeiras escolas de representação de interesses.

Geralmente, o impacto destes critérios sobre a votação de um candidato não ocorre de forma isolada. Comumente, o sucesso eleitoral se concretiza pela agregação dos mesmos num determinado candidato performando, por um lado, uma aristocracia política de privilegiados brancos e do sexo masculino; e, por outro, mantendo e solidificando a sub-representação da população negra e de mulheres no sistema político. Exemplificando, candidatos com formação de nível superior – tanto pela especialidade profissional quanto pela rede de relações construídas durante a vida universitária – oriundos de classes médias e altas e com algum patrimônio serão mais valorizados eleitoralmente do que aqueles que não detém essas mesmas condições. Esta mesma lógica cabe para os candidatos que exercem profissões mais valorizadas no mercado político permitindo a estes um maior acesso ao financiamento e demais recursos de campanha.

Não obstante estes filtros socioeconômicos que embargam o acesso de pessoas negras nas esferas do poder político, parte daquelas que não se enquadram nestes critérios formais conseguem ser prioridade partidária como resultante da sua participação cívica, seja nos chamados movimentos sociais, seja em associações comunitárias, seja em grupos de igreja. Enquanto os partidos situados mais à esquerda da matriz ideológica tendem a recrutar quadros nestes movimentos sociais que lutam por direitos ou pela cultura e pautas afins, os partidos de centro ou de direita recrutam quadros mais vinculados à religião ou associações de caráter conservador.

No caso específico da questão racial no Brasil, essa participação cívica vai se operar via o chamado movimento social negro. Não há consenso, porém, sobre a capacidade das organizações que o compõe influenciar decisivamente no processo eleitoral e mesmo noutros espaços de interação racial. Hasenbalg (2005) aponta tanto a cooptação de lideranças, a manipulação ideológica e a repressão às manifestações de caráter racial com empecilhos a uma ação mais contundente destes movimentos na sociedade, assim como ocorreu nos Estados Unidos, onde o trabalho das organizações de defesa da população negra norte-americana, possibilitou a este contingente ocupar um lugar nas esferas de poder. Por outro lado, há consensos sobre o fato da impermeabilização do sistema político brasileiro não ter impedido este movimento de obter importantes avanços na luta antirracista no país, a exemplo da política de ação afirmativa com foco em cotas raciais ou o próprio aumento da autoidentificação racial por parte da população negra brasileira.

De um lado ou do outro da matriz ideológica, mesmo pessoas oriundas das classes mais baixas ou pertencentes ao contingente não branco da sociedade, podem ocupar espaço político a partir do aprendizado incorporado na sua vida cívica social, mas continuarão sendo exceção à

regra acima imposta pelo padrão de relações raciais presentes no país. De acordo com as conclusões de Machado e Campos (2020):

Em primeiro lugar, parece haver uma perniciosa interação entre as dinâmicas sociológicas da discriminação racial no Brasil e o funcionamento próprio do nosso sistema eleitoral. Do ponto de vista sociológico, nossos dados parecem corroborar a ideia de que pretos(as) e pardos(as) enfrentam dificuldades maiores de ascensão à medida que se acirra a competitividade por recursos socialmente valiosos. Algo similar parece ocorrer na política: a discriminação racial não apenas permanece operando em diferentes contextos competitivos, mas o aumento dessa competição parece aumentar a marginalização dos negros (Machado; Campos, 2020, p. 148).

Noutras palavras, mesmo as candidaturas da população negra tendo superado a de brancos neste processo eleitoral em 2020, nos estratos onde as candidaturas mais viáveis e com mais recursos eleitoralmente válidos estão colocadas, a presença negra é extremamente minoritária. Ainda de acordo com os autores acima:

Por conta desse elemento aristocrático das democracias representativas, as chances de sucesso eleitoral estão condicionadas à capacidade de acesso de um dado grupo social a uma elite de candidaturas competitivas. Daí a necessidade de medidas específicas que mitiguem os componentes aristocráticos da democracia representativa. Não basta apenas que uma parte considerável das candidaturas seja de pretos(as) e pardos(as), pois os eleitos permanecem sendo aqueles que estão no topo tanto em termos da distribuição de recursos de campanha como nos últimos estratos de votação. Noutros termos, não basta apenas ter maior acesso médio a recursos e votos para se eleger, é preciso ter acesso ao seletivo grupo com mais recursos do que todos os demais (Machado; Campos, 2020, p. 149).

A Problematizando o voto racial levanta um debate acima acerca dos perfis sociais que são melhores avaliados pela população no momento da escolha do seu voto, contribui para abrirmos uma outra discussão sobre o comportamento eleitoral dos negros(as) brasileiros(as).

De uma forma geral, analisando pesquisas de vários pleitos eleitorais, nacionais ou municipais, percebe-se uma tendência da população negra delegar seu voto a candidaturas majoritárias populistas ou posicionados mais à esquerda do espectro ideológico vide os casos dos desenvolvimentistas (Getúlio Vargas, Juscelino Kubichevsky, João Goulart, Lula da Silva, Leonel Brizola no caso do Rio de Janeiro em 1982, para citar alguns exemplos).

Esta postura, entretanto, ainda não se traduz numa ampliação significativa da votação de candidaturas negras proporcionais. Mitchell (2009), em artigo sobre “Identidade coletiva negra e escolha eleitoral no Brasil”, resalta alguns estudos sobre esta realidade, a exemplo do fato de que mais do que um voto étnico o que ocorre é alguns partidos políticos recorrerem a esta pauta na sua campanha; ou a não familiaridade ou desinteresse do eleitor seja com as candidaturas negras e suas afiliações raciais; ou a própria postura dos poucos eleitos em não pautar a questão racial no seu mandato; ou a relação ou pertencimento de classe contribuindo

para a eleição de candidaturas negras; ou, por fim, a forma como a mídia retrata a questão racial no Brasil.

Na pesquisa que esta cientista realizou comparando o voto negro em Salvador (BA) e São Paulo (SP), fornece aspectos importantes a serem ressaltados neste contexto. Um primeiro seria que há uma influência etária na incidência de votos às candidaturas negras, ou seja, afro-brasileiros acima de 40 anos de idade são mais propensos a praticarem o voto racial do que outros mais jovens. Uma segunda observação trata que afro-brasileiros residentes em áreas empobrecidas e de baixa renda tendem a votar menos em candidaturas negras do que outros que residem em bairros de classe média e têm um nível de renda melhor.

Decorrente os dados acima elencados, coloca ainda que à medida que aumenta o *status* socioeconômico, aumenta também a propensão ao voto em candidatos negros (Mitchell, 2009, p. 293). Em seguida, ressalta a questão da identidade demonstrando que “um afro-brasileiro que se identifica como negro (seja preto ou negro) é mais do que uma vez e meia propenso a votar em candidatos negros do que afro-brasileiros que se identificam como brancos” (Mitchell, 2009, p. 294). Isto ocorre por saberem que o seu cotidiano de preconceito e discriminação não persiste até os dias atuais somente em decorrência de uma situação de classe, mas, principalmente, por sua condição racial.

De acordo com Bueno (2012):

A interpretação, ainda que preliminar e cautelosa, da maioria dos analistas brasileiros é que raça tem algum efeito devido a experiências de discriminação e preconceitos sofrida por grupos raciais marginalizados – mesmo que essas experiências não signifiquem habilidades específicas e tampouco consciência racial politizada. A discriminação é, provavelmente, apontada com o principal fator suspeito de causar o ‘efeito da raça’ porque é um mecanismo que, simultaneamente, independe da posição de classe do indivíduo e não é contingente a consciência coletiva de raça ou racismo publicamente institucionalizado. Ou seja, se há algum efeito associado à raça, ele passa por percepções e experiências do pertencimento a grupo racial, como a discriminação e o preconceito (Bueno, 2012, p. 205).

Por fim, vale a pena trazer as importantes reflexões de Castro (1993) sobre raça e comportamento político a partir de *survey* em quatro cidades brasileiras durante as eleições de 1989. Interessavam essas importantes reflexões frente às desigualdades econômicas e educacionais entre brancos e não brancos, haveria expressões diferenciadas de comportamento por parte destes grupos sociais e se esta realidade implicaria na constituição de uma identidade étnica que impactaria de alguma forma em opções eleitorais e partidárias específicas. De antemão, Castro (1993) concorda que o fator raça ou o problema racial brasileiro, interfere na decisão de voto do seu eleitorado seja ele branco ou não branco.

Num primeiro momento, nos revela:

Os estudos anteriores mostraram que pretos e pardos tendiam a fazer opção eleitoral mais radical, segundo a interpretação de alguns analistas, ou a estarem mais expostos à mobilização de tipo populista, segundo outros. É possível argumentar no sentido de mostrar que no Brasil, talvez de forma semelhante a outros países onde os níveis de desigualdade social são também grandes, os fenômenos acima aparecem estreitamente relacionados, fazendo parte da mesma síndrome: o inconformismo político da massa do eleitorado popular, especialmente nas grandes cidades brasileiras, muitas vezes tem se manifestado no apoio a líderes de tipo carismático, que mobilizam o eleitorado com um discurso populista; o oposicionismo destes setores sociais tem se expressado por meio do voto em candidatos que conseguem criar a imagem de representantes privilegiados dos interesses dos pobres, em oposição aos ricos (Castro, 1993, p. 484-485).

Adiante, complementa:

Pode-se constatar, sim, um comportamento mais radical, ou uma tendência maior de negros e pardos a votarem em candidatos classificados como de esquerda, mas mostrou-se principalmente que os não brancos são aqueles que mais se alienam em relação ao processo eleitoral. A situação de vida precária, as desvantagens sociais maiores dos pretos e pardos e a discriminação racial parecem implicar, para esses grupos, dificuldades e falta de interesse maiores na participação eleitoral: eles declaram a intenção de votar em branco ou anular o voto, mostram-se indecisos, talvez também se abstenham mais do processo eleitoral. Tudo indica que há um patamar, dado pela situação talvez um pouco mais vantajosa em outros aspectos como escolaridade, interesse por política ou contexto socioeconômicos, considerando somente os aqui analisados, a partir do qual é mais provável a manifestação de inconformismo dos não-brancos, expresso na escolha eleitoral radical, esquerdista e, numa visão talvez simplificada, mais coerente com os seus interesses (Castro, 1993, p. 485).

E avança demonstrando como as dimensões de raça e classe interagem junto à população no âmbito de um processo eleitoral:

Pertencer a um grupo racial pode, por exemplo, intensificar, em alguns casos, ou impedir, em outros, a manifestação de tendências dadas pela posição social. Assim, se os grupos de posição mais baixa na estrutura social são aqueles que tendem a se alienar mais no processo eleitoral, os pretos ou os pardos pobres tenderiam a se alienar mais ainda. De outro lado, se maior grau de escolaridade implica, para o eleitorado em geral, escolha de candidatos mais moderados, de centro, os pretos e pardos nessa posição, diferentemente dos brancos, optariam mais pela esquerda ou se alienariam no processo eleitoral. Os dois fatores, considerados em interação complexa, parecem importantes para explicar a opção eleitoral e não um deles com exclusão do outro (Castro, 1993, p. 486).

Dessa maneira, Castro (1993) explicita as dificuldades que o movimento social negro enfrenta para fazer com que sua mensagem em prol da mudança da realidade da população negra seja ouvida por este contingente de pessoas e, em decorrência, tenha essa oitiva transformada em votos nas urnas a cada pleito eleitoral, quando afirma:

As constatações feitas neste artigo ajudam a entender algumas dificuldades dos movimentos negros no Brasil. Tudo indica que a maior parte dos não brancos encontra-se em situação de vida tão precária que se torna muito difícil esperar que se mobilizem e se organizem para a manifestação eficaz de suas reivindicações. A liderança, supostamente mais radical, dos movimentos negros, parece estar em

situação não só objetiva, quanto subjetivamente muito diferente da massa de pretos e pardos, na maioria desinteressada e pouco envolvida na política, tendente a se alienar do processo eleitoral (Castro, 1993, p. 486).

As considerações abordadas no corpus desta subseção proporcionam uma perspectiva abrangente sobre a sub-representação e diversos desafios relacionados à inserção de indivíduos negros nos espaços de poder. A análise minuciosa revela nuances complexas que permeiam essa questão, indo além da mera escassez quantitativa de representação.

A sub-representação, evidenciada nas diversas esferas de poder, reflete não apenas a ausência numérica, mas também a presença de barreiras estruturais e sistêmicas que dificultam o pleno acesso e reconhecimento desses indivíduos. Além disso, as discussões lançam luz sobre as interconexões entre questões raciais, sociais e econômicas, destacando como a construção histórica e cultural da sociedade brasileira contribui para a perpetuação dessas disparidades.

Nesse contexto, emerge a necessidade de abordagens integradas que busquem não apenas aumentar a representatividade, mas também desmantelar as estruturas que perpetuam a subalternização dos negros, promovendo, assim, uma verdadeira equidade nos espaços de poder. Essa visão ampliada ressalta a importância de uma abordagem holística para lidar com os desafios enfrentados pelos negros na esfera política, reconhecendo a complexidade e inter-relação dos fatores que contribuem para a sub-representação e propondo soluções que vão além de meras correções numéricas.

#### **4.2 Casos emblemáticos de ocupação de espaços de poder por ativistas negros(as)**

Alguns exemplos históricos, baseados nos estudos da Flávia Rios (2014/2020), Abdias Nascimento e Elisa Larkin Nascimento (2000), Assunção de Maria Souza e Silva (2022), na base de dados do Congresso Nacional e, enfim, na biografia pessoal de cada pessoa aqui citada, podem ilustrar bem os caminhos percorridos por ativistas do movimento social negro no intuito de ocupar espaços nas esferas de poder brasileiro. Como não são extensos os nomes que se enquadram neste perfil de ativistas que toparam realizar uma empreitada político-eleitoral, ressaltamos alguns fatores que influenciam no sucesso ou no aprendizado já que entendemos que a participação política incorpora mais esta função do que propriamente o sentimento de derrota. Resgatamos as experiências de Abdias do Nascimento, Benedita da Silva, Francisca Trindade, Luiz Alberto, Lélia Gonzalez e Hélio Santos para demonstrar como o apoio do candidato majoritário; a participação cívica e a realidade de exclusão social e baixa participação e consciência política da população negra influenciam, de fato, no processo eleitoral.

O primeiro exemplo demonstra como o apoio de um candidato majoritário pode ser decisivo para um ativista negro obter sucesso eleitoral e assumir um mandato parlamentar. O maior exemplo deste fator foi a relação entre Leonel Brizola e Abdias Nascimento no Rio de Janeiro (RJ), tanto nas eleições de 1982 quanto na seguinte, de 1986. Somente pelos votos conquistados nas urnas, o Abdias nunca ocuparia um mandato parlamentar, pois obteve 15.010 votos em 1982 disputando uma vaga para deputado federal e apenas 7.645 votos em 1986, na disputa para senador constituinte. O governador Leonel Brizola estava convencido da importância de ter um quadro com a capacidade e compromisso do Abdias tanto na Câmara quanto no Senado Federal e montou toda uma operação, trazendo os primeiros eleitos para o poder executivo, abrindo a vaga para que este último sentasse na cadeira e pudesse contribuir com a ampliação do debate em torno da questão racial no Congresso Nacional (CN).

No segundo exemplo trazemos três casos bem interessantes, os quais constataam a força que a participação cívica proporciona para quem pretende entrar no campo da disputa eleitoral. Nos casos em tela, a participação não está restrita ao movimento social negro. A força dos quadros ora citados reside justamente na diversificação da sua participação social para além da questão racial, mas sem abrirem mão da luta antirracista. O primeiro caso é o da Benedita da Silva, por sinal, o mais longo caso de uma mulher negra presente num espaço hegemônico por homens brancos. Há mais de quarenta anos, a Benedita vem atuando no executivo e no legislativo municipal, estadual e federal em prol da população negra carioca e brasileira. Ela conseguiu pensar ao seu histórico de luta contra o racismo e contra o machismo, a questão comunitária através da Federação das Associações de Moradores do Rio de Janeiro e a sua formação religiosa edificando os alicerces do seu famoso mote de campanha: mulher, negra e favelada. Na sua carreira política exemplar, a Benedita foi Deputada Federal em 1986 com 27.460 votos; em 2010 com 71.036 votos; em 2014 com 48.163 votos; em 2018 com 44.804 votos; e, em 2022, com 113.831 votos. Foi a Senadora mais votada no Rio de Janeiro em 1994 com 2.249.861 votos. No poder executivo, foi Governadora do Estado do Rio de Janeiro de 1999 a 2002; Ministra do Desenvolvimento Social de 2003 a 2007 e Secretária de Assistência Social do Rio de Janeiro de 2007 a 2010.

O segundo caso é de uma liderança pouco conhecida nacionalmente, mas de grande referência política no seu Estado natal, o Piauí (PI). Trata-se de Francisca das Chagas Trindade fundadora do Partido dos Trabalhadores naquele Estado tendo sido vereadora de 1995 a 1998, deputada estadual eleita com 26.088 votos de 1999 a 2003 e, em 2002, foi eleita a deputada federal mais votada do Piauí com significativos 165.190 votos. Além do movimento comunitário semelhante ao que fazia Benedita, Francisca Trindade integrava as comunidades

eclesiais de base e foi fundadora da principal entidade do movimento negro piauiense, o Grupo Coisa de Negro. Infelizmente esta liderança veio a óbito em 2003, ainda no início do seu mandato na Câmara Federal, mas deixou um belo legado para todos que lutam por justiça social.

O terceiro caso vem da Bahia (BA) com o trabalho realizado por Luiz Alberto. Além de fundador e militante negro do Movimento Negro Unificado (MNU/BA), mantinha vínculo profissional e político com o movimento sindical por ser trabalhador da Petrobrás na Bahia. Esta militância baseada e estruturada sobre o lema de raça e classe possibilitou que conquistasse quatro mandatos para a Câmara Federal. Em 1988 obteve 29.900 votos; em 2002 obteve 62.322 votos; em 2006 chegou a 60.950; e, por fim, em 2010, alcançou sua maior votação com 63.686 votos.

O terceiro exemplo merece análise mais acurada sobre os seus resultados por se tratar de iniciativas intrínsecas ao movimento social negro, recaindo na conclusão apontada acima por Castro (1993) sobre certa distância entre os intelectuais orgânicos deste movimento e a base populacional que defendem. Resgatamos a experiência eleitoral de Lélia Gonzalez (no Rio de Janeiro) e de Hélio Santos (em São Paulo), ambos nos anos de 1982 e 1986. Lélia conquistou 14.909 votos em 1982 como candidata a deputada federal pelo Partido dos Trabalhadores e 8.286 votos em 1986 como candidata a deputada estadual pelo PDT. Como uma intelectual do calibre da Lélia, professora universitária, feminista, de classe média detendo vários recursos eleitoralmente valiosos, não conseguiu obter um mandato legislativo nestas duas oportunidades, é algo que precisa ainda ser estudado.

Fato semelhante ocorreu com o Prof. Hélio Santos, um dos quadros mais preparados do movimento social negro brasileiro. Na época era muito próximo a Franco Montoro, ex-governador de São Paulo e foi, junto com Ivair Santos, os idealizadores do Conselho Estadual de Participação da Comunidade Negra. Além disto, tinha um currículo que também se enquadrava nos requisitos eleitorais e sua eleição seria de grande valia para a inserção da pauta racial no Congresso Nacional. Hélio obteve 27.462 votos em 1982 e 25.683 votos em 1986. Questionando-o pessoalmente sobre esta realidade experimentada por ele e por Lélia, afirmou que em 1982 viu a recepção a suas proposições de campanha como bastante positiva, comprovando que havia pessoas antirracistas dispostas a eleger candidaturas negras e que, em 1986, dada a acirrada disputa para a Constituinte, mesmo com a campanha estruturada, não havia como concorrer com os pesos pesados do seu Partido, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Podemos inferir que excetuando o enquadramento dos perfis destas duas lideranças negras, outros fatores foram determinantes para que não alcançassem a votação almejada, especialmente, o lugar na nominata partidária e a disponibilidade de recursos

financeiros, similar ao volume captado por seus pares e correligionários. Claro, também, que nenhuma destas campanhas chegaram a interagir com a parcela mais empobrecida da população negra, não por descaso ou falta de vontade dos candidatos, mas basicamente por limites na estrutura de campanha.

Em suma, alguns fatores são decisivos para o sucesso eleitoral de ativistas negros(as) como podemos ver a partir dos exemplos históricos acima lembrados: a relação política e pessoal com o majoritário; a inserção partidária; a ampliação da participação cívica para além do movimento social negro – levando em conta as múltiplas identidades que qualquer pessoa pode agregar, tais como racial, educacional, profissional, religiosa, política, econômica, etc. – mas sem abrir mão do desenvolvimento institucional e organizacional das organizações que integram este segmento com vistas a aproximá-lo cada vez mais do seu contingente populacional mais empobrecido visando alterar a sua realidade cotidiana.

#### **4.3 Os antecedentes históricos da participação eleitoral de ativistas negros(as) em Sergipe: um depoimento pessoal**

Complementando a recuperação histórica de algumas experiências de candidaturas de ativistas negros(as) no Brasil, iremos nos concentrar nos antecedentes locais ocorridos em Sergipe e, posteriormente, em Aracaju, no período de 1996 a 2016. A campanha de 2020 será tratada com maiores detalhes no último capítulo desta dissertação. Não obstante o foco deste trabalho ser as eleições municipais, trouxe à baila uma avaliação pessoal da minha candidatura a deputado federal pelo PT em 2002. De certa forma, acredito que esteja contribuindo para compor futuras análises das dificuldades enfrentadas pelas candidaturas negras aqui em Sergipe, onde as relações raciais impregnam toda a sociedade com seus preconceitos, discriminação e exclusões de todas as ordens.

O pleito de 2002 tinha dois marcadores políticos bem explícitos: a crise econômica no governo FHC e os ajustes de imagem e posicionamento do PT com vistas a, finalmente, alcançar o governo federal após três derrotas consecutivas. A carta aos brasileiros selou de vez o compromisso do partido com o ‘mercado’ acalmando possíveis oposições ao projeto eleitoral desta organização. Em Sergipe, Marcelo Deda, candidato do PT, tinha sido eleito Prefeito de Aracaju em 2000 e se preparava para apoiar José Eduardo Dutra, ex-senador que concluía com êxito o seu mandato de 1994 a 2002. Tinha um forte concorrente pela frente, o ex-governador João Alves Filho, o qual, acabou saindo vitorioso daquela eleição.

A minha decisão em lançar uma candidatura obedeceu a algumas regras do *habitus* político e desobedeceu a algumas outras. Fui motivado pela conjuntura propícia ao PT naquele momento quando as várias pesquisas de opinião constatava a força da candidatura do Lula para a Presidência da República, pelo trabalho desenvolvido na Sociedade Afrosergipana de Estudos e Cidadania (SACI) durante toda a década de 1990 com rebatimento no Fórum Sergipano de Entidades Negras e na Secretaria Estadual de Combate ao Racismo do PT/SE. Enfim, a entrada na política institucional via um mandato, potencializaria todo o trabalho que havíamos realizado a nível local e nacional. Esta era a expectativa.

Por outro lado, nos confrontávamos com a realidade do campo político. Éramos 11 candidaturas a deputado federal pelo PT, numa chapa composta por duas lideranças sindicais de peso, um representante do movimento rural, o candidato priorizado pela gestão do Deda, um ambientalista e uma liderança da área do direito que acabou sendo o mais votado. Encerrei a campanha na 5ª suplência com 5.821 votos e, dentre estes, 3.717 votos em Aracaju. Esta minha candidatura era mais interessante para o movimento social negro do que para o Partido, no entanto, internamente, na organização partidária todos sabiam que, no máximo, apenas um da chapa seria eleito e não seria eu.

De qualquer forma, a campanha teve muitos aspectos positivos que incorporam funções de aprendizagem neste campo político. Angariamos o apoio de grande parte do movimento social negro sergipano e de partes minoritárias do PT, estabelecemos acordos com outras candidaturas para a assembleia legislativa, mobilizamos amigos e familiares para a campanha. Em paralelo, apresentamos para a população um perfil apropriado, estética e politicamente falando, a um projeto federal. Na lógica das oitivas populares, conseguimos levar a mensagem para um número razoável de eleitores mesmo que não tenhamos transformado toda a audição em votos. Foi a primeira campanha raça e classe de Sergipe.

Na outra ponta, nos defrontamos com limites que embargam o sucesso em qualquer campanha eleitoral. O principal é a falta de recursos financeiros oriundos do partido ou de empresas – neste ano ainda poderia haver financiamento empresarial. Contamos com recursos pessoais e apoio de amigos para deslocamento que foram importantes, mas insuficientes para fazer frente às demais candidaturas. Através das ações desenvolvidas pela SACI também conseguíamos ampliar o público ouvinte da nossa mensagem. Foi uma campanha realizada com algo em torno de 60 mil reais, um valor irrisório para o cargo em disputa. Em termos comparativos, com a aprovação das cotas raciais para o financiamento público de campanha a partir de 2020, uma candidatura de uma pessoa negra, ativista ou não, acessará recursos financeiros no valor médio de 100 mil reais.

Os resultados alcançados nos forneceram algumas lições para candidaturas da mesma natureza que a minha. A primeira é que diferente das constatações de vários estudos, os eleitores não têm ouvidos impermeáveis à pauta racial e esta audição deve aumentar sobremaneira com o avanço tanto da política de ação afirmativa quanto na ampliação do acesso da população negra às políticas universais de saúde, educação, geração de emprego e assistência social. Ainda que não seja um quantitativo relevante, ficou demonstrado que existe um voto racial negro em Sergipe que pode ser disputado em futuras pelepas eleitorais por ativistas da causa desde que vinculem esta pauta a outros fatores que são fundamentais para atuação no campo político. E, finalmente, é imprescindível não somente filiar, mas ser um ator ativo na construção partidária no intuito de galgar postos na nominata eleitoral.

Em conclusão, cabe chamar a atenção para o pós-campanha visto que fazer política exige continuidade e presença constante tanto no partido a que se é filiado quanto junto à base eleitoral conquistada na campanha. No meu caso, com os 3.717 votos obtidos no município de Aracaju (SE), uma candidatura a vereador no próximo pleito municipal em 2004 poderia me colocar entre os nomes com maior potencial eleitoral no partido para conquistar uma cadeira na câmara municipal de Aracaju em 2004. Ao contrário disto, assumi postos na Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, abandonando o projeto político local em nome da construção da nova política nacional voltada para a equidade racial. Foi uma decisão pessoal já que naquele momento não havia ‘viva alma’ para argumentar comigo em favor da construção local, até porque, compreendo isto hoje, geraria uma nova redistribuição de forças dentro do Partido em decorrência da entrada de mais uma liderança com força eleitoral.

#### 4.3.1 Resgatando este processo em Aracaju

Restringindo as análises ao contexto aracajuano e nas disputas para a câmara de vereadores, apenas três ativistas da causa racial colocaram o nome à disposição de partidos políticos para concorrerem a um mandato eletivo: a Professora Angelica Oliveira, Isabel Nunes e Josineide Dantas, mais conhecidas como Gigi Poetisa. Entrevistei essas mulheres entre os dias 11 e 17 de abril de 2023 para levantar as informações ora apresentadas. Todas tinham dificuldades pessoais para atender uma demanda partidária diante da necessidade de cumprirem a cota de gênero exigida pelo Tribunal Superior Eleitoral. A Professora Angelica e Isabel Nunes são militantes do PT e participaram apenas de uma campanha eleitoral. Josineide Dantas, era militante do PT e depois se filiou ao recém-criado PSOL. Ela, aliás, é a grande recordista de

participação de ativistas da causa racial em campanhas eleitorais apresentando-se para a disputa por seis vezes, incluindo a campanha de 2022.

São três mulheres, mães de família – Professora Angelica com um filho e Isabel Nunes com três à época em que foram candidatas e a Gigi com cinco filhos e quatro netos – com certa estabilidade pessoal por serem funcionárias públicas concursadas da área da educação e da saúde. Isabel Nunes, além de professora, também trabalhava na câmara de vereadores de Aracaju como taquígrafa.

Estes compromissos familiares não impediram estas ‘guerreiras’ de atuarem no movimento negro e popular de Sergipe. A professora coordena a Lavagem da Catedral Metropolitana desde a primeira metade da década de 1980, Isabel Nunes atua no meio cultural vinculado ao samba e a Gigi Poetisa faz parte do Fórum de Entidades Negras, da Rede de Mulheres Negras, e no sindicato dos agentes municipais de saúde.

A participação destas três lideranças nas eleições municipais se deu em períodos diferenciados. As professoras Angelica e Isabel foram candidatas para a função de vereadora no pleito de 1996 quando este partido lançou para Prefeito um candidato negro, Ismael Silva. A primeira teve 178 votos e a segunda 72 votos. A candidata Josineide Dantas iniciou sua carreira em 2012 e continuou participando de campanhas até os dias atuais. Em 2012, pelo PT, teve 125 votos; em 2016, pelo PSOL, teve 162; e, em 2020 também pelo PSOL, alcançou 257 votos.

Os resultados acima decorrem da falta de apoio do partido que as mobilizaram para entrar na campanha visando o cumprimento da cota de gênero, porém, não forneceram as condições necessárias para garantir um mínimo de qualidade na abordagem destas mulheres junto aos seus eleitores. Como elas mesmas citaram, os votos foram oriundos de laços familiares, de amizades próximas, vizinhança ou dos integrantes dos grupos sociais que participavam. Mesmo a relação com as candidaturas majoritárias, caracterizavam-se mais por um apoio de mão única sem retorno para estas mulheres e todo esforço para eleger o candidato ao executivo em troca de promessas de ocupação de algum cargo na administração municipal.

Esta lacuna de candidaturas de ativistas negros entre 1996 e 2012 vai ser preenchida pelo conjunto das entidades que compunha o movimento social negro em Sergipe, com o apoio a outras candidaturas negras (pretas e pardas) de partidos de esquerda, porém, sem vínculo orgânico com a questão racial. Foram vários casos de sucesso eleitoral destas pessoas que detinham melhor estrutura de campanha e pessoal, estavam bem colocados nas nominatas dos partidos e contavam com apoios estratégicos de organizações e pessoas para angariar votos.

Francisco Gualberto, anteriormente candidato derrotado a prefeito de Aracaju pelo Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU), regressou ao Partido dos Trabalhadores (PT) com o respaldo do movimento sindical e de uma parcela do movimento negro. Neste ano específico, coincidente com a eleição em que o ex-deputado federal Marcelo Deda conquistou a prefeitura de Aracaju, Gualberto obteve êxito ao se eleger vereador

Conceição Vieira foi candidata a vice-governadora na chapa do ex-senador petista José Eduardo Dutra, em 2002, e conseguiu se eleger vereadora quando Marcelo Deda foi candidato a reeleição. Foi ainda Secretária Municipal de Assistência Social na primeira gestão de Marcelo Déda. Emanuel Nascimento era do grupo político de Jackson Barreto e veio para o PT para se eleger por três mandatos neste início de século. Rosângela Santana era dirigente sindical do corpo docente da Administração Municipal de Aracaju e petista de carteirinha quando se elegeu vereadora em 2008 também com o apoio do movimento social negro.

Sob a mesma perspectiva, Lucimara Passos e o Professor Bitencourt obtiveram os votos da militância que Unegro, organização negra que apoia o PC do B, porém cabe ressaltar que este último (Professor Bitencourt) assumiu a Presidência e é uma pessoa de alta confiança do principal dirigente deste Partido, o atual Prefeito de Aracaju Edvaldo Nogueira, enquanto a Lucimara é irmã do principal gestor do Prefeito Edvaldo na administração municipal. Por fim, Iran Barbosa, dirigente do sindicato estadual dos Professores do Estado de Sergipe e de uma das mais fortes tendências políticas do PT, também obteve grande apoio de grande parte da militância negra sergipana.

O Quadro 2 apresenta a descrição dos vereadores negros que foram apoiados pelo movimento social negro de Sergipe no período de 2000 a 2018.

**Quadro 2** – Vereadores negros (pretos e pardos) apoiados pelo movimento social negro de Sergipe no período de 2000 a 2018

Ano	Nome	Partido	Votação
2000	Francisco Gualberto	PT	4.729
2004	Conceição Vieira	PT	4.463
	Emanuel Nascimento	PT	4.665
2008	Emanuel Nascimento	PT	4.051
	Rosângela Santana	PT	3.689
2012	Emanuel Nascimento	PT	1.296
	Lucimara Dantas Passos	PC do B	1.239
2016	Iran Barbosa	PT	8.809
	Professor Bitencourt	PC do B	2.287

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral. (Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/municipios/2020/2030402020/31054/candidatos>).

Ao analisar os dados apresentados no Quadro 2, observa-se que, mais uma vez, o sucesso dos vereadores negros é justificado pelo posicionamento estratégico dentro do partido

ao qual estão filiados, pela relação estreita com os representantes majoritários, pela inserção efetiva na gestão pública e, conseqüentemente, pela participação cívica ampliada no âmbito da sociedade. Esses fatores, denominados recursos eleitorais valiosos, destacam-se como elementos determinantes que fazem a diferença no momento da disputa pelo acesso aos espaços de poder.

#### 4.3.2. A produção legislativa sobre a questão racial na Câmara de Vereadores de Aracaju

Uma maneira de avaliar a relevância da representação descritiva, conforme defendido por Fraser (2020), é examinar as medidas legislativas específicas relacionadas à pauta racial que foram aprovadas no parlamento durante uma determinada legislatura.

Esse indicador proporciona insights valiosos sobre como a presença de representantes que compartilham experiências e perspectivas com comunidades racialmente diversas pode influenciar positivamente a formulação e aprovação de políticas que abordam as desigualdades raciais. A análise dessas medidas legislativas também oferece uma visão tangível do impacto da representação descritiva na promoção de mudanças substanciais em questões raciais dentro do contexto político.

Neste trabalho, foi realizado um levantamento de medidas desta natureza no período 1988 e 2018, conforme apresentado na figura 1 (p. 79), aprovadas na Câmara de Vereadores de Aracaju permitindo agregar uma análise mais acurada desta realidade. Campos e Machado (2020) corroboram com Monteiro (2020) quando afirmam:

Observar a história do processo legislativo sobre a temática racial e abordar a deliberação sobre uma legislação recente, podem auxiliar a compreender os limites da representação política dados por esse contexto de reduzida representação parlamentar (Campos; Machado, 2020, p. 125).

No caso de Aracaju, nesses 32 (trinta e dois) anos e 8 (oito) mandatos, foram aprovadas: uma lei voltada para criação do conselho de participação; duas homenagens e ação cultural; duas proposições na área educacional, uma voltada para o combate ao racismo e mais duas que preveem acesso e cotas raciais para a população negra. Um número irrisório de proposições apesar da importância de cada uma delas. Por outro lado, assim como ocorreu no parlamento federal, a redemocratização do país possibilitou uma maior discussão da questão racial nos espaços de poder.

Essa influência da conjuntura nacional é bem perceptível em cada momento aqui identificado. Na década de 1980, por exemplo, além das reflexões acerca do centenário da

abolição, da criação da Fundação Palmares no Ministério da Cultura, houvera em São Paulo e na Bahia a criação dos chamados conselhos de participação da comunidade negra. Essa iniciativa foi replicada em várias unidades federativas e cidades por este Brasil afora. E nesse ano se cria o Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, na cidade de Aracaju.

Na década de 1990 houve uma profusão de debates sobre a questão racial decorrente do tricentenário de Zumbi do Palmares, o governo de Fernando Henrique Cardoso reconhece oficialmente o Brasil como um país racista e o próprio movimento social negro experimenta uma inflexão direcionando boa parte da sua energia militante para o debate sobre as políticas públicas. Cabe acrescentar toda a preparação tanto dos governos federais, estaduais e municipais, quanto da sociedade civil brasileira para participar da Conferência Mundial Contra o Racismo e todas as Formas de Intolerância, ocorrida em 2000, na África do Sul. Também em Sergipe, esta foi uma das décadas onde o movimento social negro foi mais atuante conforme registrado no capítulo I. Na câmara de vereadores de Aracaju era aprovada lei que dispunha sobre o combate ao racismo na cidade.

Há um certo vácuo na produção legislativa na primeira década do novo século, justamente quando Aracaju, em 2000, e o Brasil, em 2003, passam a ser governados pelo PT e PC do B, partidos progressistas, de esquerda e comprometidos com os movimentos sociais. Campos e Machado (2020) com a colaboração de Monteiro (2020) ensaiam uma justificativa para este fato comparando inclusive ao período posterior pós-golpe no Governo de Dilma Rousseff. Segundo eles:

Uma explicação possível para essa retração seria o processo de institucionalização dessa agenda através da criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), espaço de interlocução e articulação com os movimentos sociais para além da esfera parlamentar. O período posterior à queda de Rousseff sustenta essa hipótese: nele, a atividade legislativa sobre o tema alcança os maiores patamares desde 1945. Sob a presidência de Michel Temer, a Seppir perde a centralidade e o destaque anterior, esvaziando a interação institucional entre o movimento negro e o governo federal (Campos; Machado, 2020, p. 127).

Marcelo Déda também criou uma instância para tocar a política de igualdade racial tanto no município quanto no governo estadual quando foi eleito em 2006, porém sem a força e o *status* que a Seppir tinha no governo Lula. De qualquer forma, houve uma acomodação das lideranças populares ao fator esquerda no poder o que foi quebrado a partir de 2013 com as diversas manifestações de rua e a volta da direita para a cena política, inclusive com a eleição de Jair Bolsonaro para a Presidência da República em 2018.

No contexto local, o Partido dos Trabalhadores (PT) foi excluído tanto do governo estadual quanto da administração de Aracaju, resultante da reorganização das forças de centro-direita em todo o Estado de Sergipe. Destaca-se que o próprio Prefeito de Aracaju realizou um movimento em direção ao centro, deixando o PC do B para ingressar nas fileiras do PDT, consolidando uma aliança com o Partido Social Democrático (PSD) local. Esse realinhamento político refletiu em mudanças significativas na dinâmica partidária e nas coalizões políticas em nível local.

Diante dessa conjuntura desafiadora, o movimento social negro nacional se viu impelido a reavaliar sua estratégia, intensificando a disputa pela preservação dos espaços institucionais conquistados durante os governos petistas. Além disso, novas frentes organizacionais surgiram, como a Convergência Negra por Direitos, uma articulação de diversas organizações antirracistas de alcance nacional. Em Sergipe, testemunhamos a reestruturação do Fórum de Organizações Negras, cuja luta antirracista culminou na aprovação, em 2018, na Câmara de Vereadores de Aracaju, da lei das cotas raciais para vagas de emprego sob controle do poder público municipal. Essa conquista, juntamente com a aprovação da lei de combate ao racismo, representa as duas grandes medidas de ação afirmativa em prol da população negra aracajuana nas últimas três décadas.

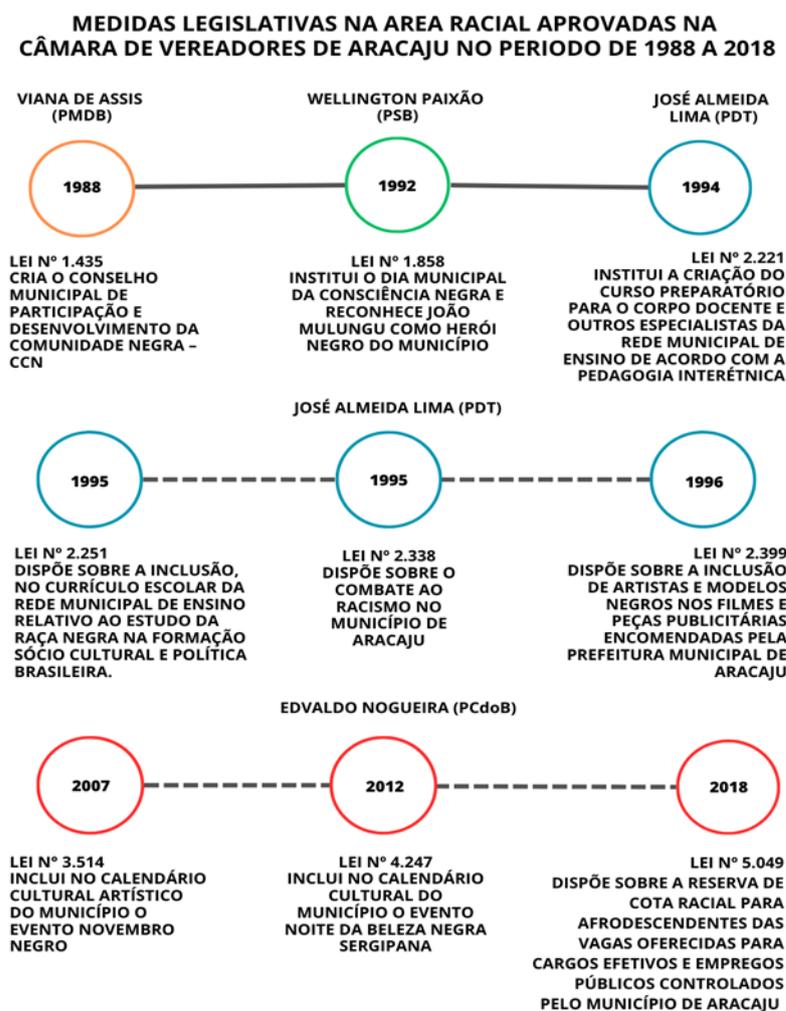
Necessário é observar que, apesar da relevância das medidas legislativas, ocorreu uma significativa perda no campo da gestão pública devido ao quase desaparecimento de órgãos dedicados à questão racial no âmbito governamental. Essa situação agravou as dificuldades da militância negra em elevar a problemática racial a um nível mais avançado de resolução. Conforme apontado pelo raciocínio de Campos e Machado (2020), com a contribuição de Monteiro (2020):

De todo, é patente a marginalidade da questão racial no Legislativo. Isso implica não apenas as dificuldades em institucionalizar politicamente essa pauta, mas também a preponderância de enquadramentos desracializantes no debate de projetos de lei com implicações e consequências específicas para grupos racializados. Portanto, além de observar a marginalidade das proposituras diretamente relacionadas à raça, é preciso considerar como se dão os debates parlamentares em torno de questões ligadas à população negra, mas cujo esforço de desracialização retira dos textos legislativos o termo (Campos; Machado, 2020, p. 134).

Possivelmente, os resultados obtidos pelo parlamento municipal de Aracaju podem enfatizar a importância de uma representação mais descritiva, visando à visibilidade da questão racial dentro desse poder político. Uma representação de natureza substantiva tende a apresentar melhores resultados quando há pressão da sociedade ou uma interação eficaz no pacto

federativo em relação a políticas de promoção da equidade racial, embora nem sempre seja factível alcançar esse cenário (Figura 1).

**Figura 1** – Medidas legislativas na área racial aprovadas na Câmara de Vereadores de Aracaju no período de 1988 a 2018



Fonte: Base de dados da Câmara de Vereadores de Aracaju (SE), 2023. Dados pesquisados pelo autor.

## **5 ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DE ATIVISTAS NEGROS(AS) NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020 DE ARACAJU**

A conjuntura política eleitoral nos municípios brasileiros em 2020 apresentou particularidades que demandam análises e reflexões sobre o perfil de candidaturas e dos eleitos para as Câmaras de Vereadores. Flávia Rios e Huri Paz (2021) num importante trabalho sobre esse momento, nos oferece uma radiografia das eleições municipais sob a ótica de grupos subalternizados e sub-representados nas esferas de poder a partir das clivagens de gênero, raça e etnicidade. Nesse sentido, este capítulo se baseia em estudos acadêmicos sobre o tema e utiliza como direcionador dois estudos: “Desigualdades de gênero e raça na política brasileira”, do Instituto Alziras em parceria da Oxfam Brasil; e a tese da Dra. Verônica Toste Daflon: “Tão longe, tão perto: pretos e pardos e o enigma racial brasileiro”.

O objetivo é apresentar o quadro geral das candidaturas eleitas para as Câmaras de Vereadores em 2020, por região do Brasil, e analisar o perfil de pessoas eleitas para Câmara Municipal de Aracaju, na capital de Sergipe. Além disso, serão apresentados dados financeiros sobre os candidatos eleitos com recorte de raça do portal do TSE.

Num segundo momento, objetiva-se detalhar a participação de ativistas negros(as) nesta campanha eleitoral ressaltando os resultados alcançados, seu perfil social e a campanha em si no intuito de dimensionarmos os pontos positivos do esforço empreendido, mas, basicamente, as dificuldades encontradas para superar a sub-representação e obter uma vitória na disputa pelo voto da população.

De acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), as eleições municipais de 2020 registraram 526.624 candidaturas deferidas para as câmaras de vereadores em todo o país. Desse total, em torno de 48,24% se declaravam brancos e 49,88% se autodeclaravam pardos ou pretos (TSE, 2020).

Em relação à distribuição regional, as regiões Sul e Sudeste apresentaram a maior proporção de candidatos brancos, sendo 82,11% e 57,08%, respectivamente. Entre as autodeclarações como negros (pretos e pardos), 16,97% sulistas e 41,27% sudestinos se autodeclararam negros. Já a região Norte apresentou a maior proporção de candidaturas de pessoas negras e pardas, com 77,42%, enquanto a região Nordeste apresentou 70,88% do total. O centro-oeste é a única região que apresenta uma proporção quase equivalente entre as autodeclarações de brancos e negros, pois são respectivamente 40,83% e 56,89% (TSE, 2020).

No entanto, é importante destacar que as disparidades de raça na política brasileira são um problema estrutural. De acordo com o estudo do Instituto Alziras e da Oxfam Brasil, assim

como as mulheres são sub-representadas na política brasileira em todos os níveis de governo, as pessoas negras e indígenas são ainda mais marginalizadas (Alzirias; Oxfam Brasil, 2020). A combinação gênero e raça pode ser ainda pior para as candidatas negras: nas eleições municipais de 2020, as mulheres negras foram 84.418 candidatas à vereança, mas só 3.634 foram eleitas, representando 6% nas novas câmaras municipais (TSE, 2020).

De acordo com este estudo, as eleições municipais de 2020 apresentaram um aumento de candidaturas femininas em relação às eleições de 2016, mas ainda é necessário avançar no que diz respeito à representação das mulheres na política. O estudo aponta que, em relação à raça, os candidatos masculinos autodeclarados negros também estão sub-representados na política brasileira, sendo que em 2020 o índice geral estava em torno de 30%, mesmos patamares de 2016, quando candidatos se autodeclararam dessa forma. Ou seja, não houve uma melhora nos indicadores com mais candidatos pretos e pardos, mesmo com as mudanças das legislações eleitorais.

Apesar desses avanços, os dados também indicam que as respostas produzidas até o momento ainda têm sido insuficientes para endereçar devidamente o problema histórico da sub-representação política, principalmente no caso das mulheres negras. É importante destacar que essa presença negra mais expressiva nas eleições municipais de 2020 se dá principalmente entre as pessoas do gênero masculino. Os homens negros que eram 33,6% dos candidatos em 2016 passaram a ser 34,4% do total, enquanto as mulheres negras eram 15% e tornaram-se 17,1% das candidaturas. Entre os eleitos, os homens negros eram 37,1% e passaram a ser 38,8% dos vereadores, um crescimento de 1,7 pontos percentuais entre 2016 e 2020. Já as mulheres negras passaram a ocupar de 5% para 6,3% dos assentos nas câmaras municipais, um aumento de 1,3 pontos percentuais no período analisado. Nota-se, portanto, a manutenção de um cenário de hegemonia masculina, porém com maior diversidade racial no caso das eleições para as câmaras municipais (Alzirias; Oxfam Brasil, 2020, p. 39).

Em Sergipe, foram eleitos 805 vereadores nas eleições municipais de 2020. Desses, apenas 133 eram mulheres, o que representa 20,2% do total de eleitos. Além disso, 26,32% se declaravam brancas, 60,9% pardas e apenas 7,52% pretas (TSE, 2020). Entre os candidatos masculinos, 18,30% se autodeclararam-se brancos, 70,39% pardos e 9,82% pretos.

Esses dados evidenciam a continuidade das desigualdades de gênero e raça na política brasileira, especialmente em um Estado com alta concentração de pessoas negras e pardas, como Sergipe. É importante destacar que a falta de representatividade de mulheres e pessoas negras e indígenas na política contribui para a perpetuação das desigualdades sociais e a exclusão desses grupos do processo decisório (Alzirias; Oxfam Brasil, 2020).

Os dados gerais do país destoam das microrregiões analisadas, como o caso de Sergipe, no sentido de que o número de candidaturas negras em disputa x candidaturas negras eleitas demonstram que mais pessoas eleitas se autodeclararam negras (número elevado de pardos) com as mudanças da

legislação, o que pode apresentar uma leitura distorcida quanto aos avanços das candidaturas e consequente eleição.

As informações do TSE também revelam que, dos 75 municípios do Estado de Sergipe, em apenas 16 municípios as mulheres eleitas para a câmara de vereadores ultrapassaram a cota mínima de 30% de candidaturas femininas. Já em relação à raça, em apenas 04 municípios de Sergipe os vereadores eleitos se autodeclararam em sua maioria negros (pardos ou pretos): Estância, Lagarto, Nossa Senhora do Socorro e Tobias Barreto.

Sendo objeto deste estudo a capital Aracaju, computamos o número de pardos e pretos autodeclarados para cargo de vereança em 12 parlamentares, metade dos eleitos. Diante dessa informação, analisaremos nos próximos tópicos o perfil destas candidaturas e os impactos objetivos das decisões do STF sobre a distribuição dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e a determinação da imediata aplicação de outra decisão do TSE em favor das candidaturas negras já nas eleições de 2020, conforme ADPF nº738.

### **5.1 Conjuntura político-eleitoral em 2020**

A conjuntura político-eleitoral de 2020 foi marcada por uma série de transformações e desafios. Dentre os principais temas discutidos, destacam-se as candidaturas coletivas e compartilhadas, as burocracias partidárias, a renovação do Congresso, as cotas para candidatos negros, a desigualdade na urna, a proibição de coligações partidárias para vereadores e o aumento da participação de mulheres e negros no pleito.

No que se refere às candidaturas coletivas e compartilhadas, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) aponta que houve um aumento significativo em relação às eleições anteriores. Segundo levantamento divulgado no site G1, foram registradas 327 candidaturas coletivas em 2020, contra 72 em 2016 (Grandin, 2020). Essa modalidade de candidatura busca superar a lógica individualista que permeia a política tradicional, dando voz a grupos e coletivos que compartilham valores e objetivos em comum.

No entanto, Silva (2020), em texto publicado no site IREE, argumenta que as burocracias partidárias vão na direção inversa das ruas. Segundo ele, as candidaturas coletivas e outras inovações políticas são frequentemente vistas com desconfiança e resistência pelas lideranças partidárias (Silva, 2020). Isso demonstra a dificuldade de se estabelecer mudanças significativas no sistema político a partir da base.

Outra questão importante foi a renovação do Congresso. Paula (2020), também no site IREE, afirma que as eleições municipais de 2020 foram um teste para os novos partidos e lideranças emergentes, que tentam romper com a lógica tradicional do “toma lá, dá cá” (Paula,

2020). A autora argumenta que a eleição de novos quadros pode ser uma forma de fortalecer a democracia e renovar as práticas políticas.

As cotas para candidatos negros também foram novidades em 2020. A Folha de S. Paulo destacou a união dos núcleos afros de diversos partidos políticos contra a presença de “falsos negros” que tentam se aproveitar da nova política de cotas (Folha de S. Paulo, 2020) à medida que busca ampliar a representatividade da população negra nas instituições políticas, que historicamente tem sido sub-representada.

No entanto, a desigualdade na urna ainda é uma realidade no Brasil. O jornal O Globo publicou matéria destacando que os brancos têm duas vezes mais chances de serem eleitos vereadores do que os negros (O Globo, 2020). Isso demonstra que ainda há muito a ser feito para garantir a igualdade de oportunidades na política brasileira.

Outra mudança significativa em 2020 foi a proibição de coligações partidárias para vereadores. Segundo matéria do G1, a medida visa coibir práticas que distorcem a representação política, como a criação de partidos de aluguel e a utilização das coligações como forma de burlar a cláusula de barreira (G1, 2020). A proibição, entretanto, pode ter consequências negativas para partidos menores e novos, que podem ter dificuldade para se eleger em razão da fragmentação das candidaturas.

Por fim, a participação de mulheres e negros nas eleições de 2020 foi um aspecto positivo. Azedo (2020) destaca em texto publicado no Correio Brasiliense que houve um aumento significativo na participação de mulheres e negros em cargos eletivos, o que pode contribuir para a diversidade e a representatividade na política brasileira (Azedo, 2020).

Apesar dos avanços e desafios apresentados nas eleições de 2020, Almeida (2020), em texto publicado na Folha de S. Paulo, alerta para a necessidade de se questionar as estruturas políticas que perpetuam a exclusão e a desigualdade. O autor utiliza o exemplo fictício do Reino de Wakanda para ilustrar como a representação política pode ser distorcida em razão de estruturas sociais injustas (Almeida, 2020). Assim, é necessário continuar lutando por mudanças profundas e estruturais na política brasileira.

Em síntese, as eleições de 2020 foram palco de significativas transformações e desafios, desde o surgimento de candidaturas coletivas e compartilhadas até a implementação de cotas para candidatos negros, além da proibição de coligações partidárias para vereadores. Essas mudanças refletem a busca por maior diversidade e representatividade no cenário político. Contudo, é imperativo questionar as estruturas políticas que continuam a perpetuar a exclusão e a desigualdade, reforçando a necessidade constante de fortalecer os pilares da democracia e

ampliar a representatividade das diversas camadas da sociedade para construir um ambiente político mais inclusivo e reflexivo.

#### 5.1.1 Apontamentos sobre o quadro político-eleitoral 2020 em Aracaju

No contexto de Aracaju, a conjuntura político-eleitoral de 2020 foi abordada por Lopes (2020) em seu texto opinativo intitulado: Opinião – A “geleia geral” das eleições municipais de 2020 em Aracaju, publicado no portal JL Política, quando apresentou sua principal indagação: “Não dificultam a consolidação da democracia, na medida em que a união entre eles se dá pela mera conveniência eleitoral e não pelo compartilhamento de ideias comuns?”.

Esse questionamento leva a discutir se de fato com as mudanças eleitorais a cidade apresentou uma maior diversidade de candidaturas em relação às eleições anteriores, o que pode ser entendido como um sinal de que a população está buscando representantes mais próximos de sua realidade e de suas demandas. No entanto, o autor destaca que as mudanças mais significativas para os cargos de vereança ocorreram pela interrupção do processo de eleições proporcionais, e que agora os candidatos eleitos poderão ser aqueles com mais identidade e competência para propor leis e fiscalizar o executivo municipal.

No tocante à participação de pessoas fora do padrão vencedor em processos eleitorais: homem, branco, heterossexual no pleito daquele ano, é importante destacar que houve uma mobilização significativa da população em prol dessas candidaturas que representam a luta antirracista e antissexista na cidade. Dentre essas, destaca-se a candidatura de Linda Brasil, ativista LGBTQAI+, a mais bem votada na capital sergipana com 5.773 votos para a Câmara Municipal de Aracaju. Apesar de se autodeclarar amarela na candidatura e ser da religião espírita, a candidata defende projetos em prol da comunidade negra e de grupos de religiões de matriz africana.

Além de Linda Brasil, algumas candidaturas de pessoas negras também se destacaram nas eleições municipais de 2020 em Aracaju, como é o caso da reeleição do Professor Bittencourt (PC do B) em seu terceiro mandato, a primeira eleição de Binho (PMN) e a quarta eleição do Dr. Manuel Marcos (PSD). Os resultados, nos casos acima citados, mantêm a proporção histórica de presença negra na câmara de vereadores de Aracaju, apesar do aumento significativo no número de candidaturas negras, como foi ressaltado, que denota maior interesse da população afrodescendente na busca de maior representatividade e inclusão na política.

Por outro lado, o bolsonarismo teve forte influência na campanha eleitoral de 2020 em Aracaju. A presença deste fenômeno nas eleições municipais do município se deu,

principalmente, por meio do apoio de grupos conservadores e de setores da elite local. Essa presença foi impulsionada também por eventos nacionais, tais como a polarização ideológica que tomou conta do país seguido pela tentativa de emparejar as forças políticas de centro-esquerda com base em *Fake News* e no discurso em prol da segurança pública e pessoal e na luta contra a corrupção.

Os candidatos bolsonaristas aproveitaram esses eventos nacionais para se fortalecerem localmente a exemplo de Rodrigo Valadares, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que se autodeclarou bolsonarista durante a campanha e obteve o terceiro lugar na disputa, vencendo o candidato petista Marcio Macedo. Além disso, a candidata Danielle Garcia, do Cidadania, também recebeu o apoio de setores bolsonaristas no segundo turno, embora tenha tentado se desvincular dessa imagem durante a campanha.

Outro aspecto importante da campanha eleitoral em Aracaju foi a mudança do jogo político local com o candidato Edvaldo Nogueira saindo do PC do B, onde formou seu pensamento e *práxis* política para o PDT no intuito de ampliar sua influência e base eleitoral ao impactar diretamente nas alianças políticas locais. Enquanto os oponentes políticos acusaram Edvaldo de oportunismo político, a sua estratégia acabou se mostrando assertiva, uma vez que o candidato foi reeleito para o cargo de prefeito de Aracaju.

Por fim, a política de cotas raciais no fundo de campanha também foi um tema relevante neste pleito de 2020 em Aracaju. Vários vereadores se assumiram como pardos visando ampliar os recursos disponíveis para suas campanhas. Essa autodeclaração foi adotada por diversos candidatos, já que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) estabeleceu, desde 2014, que a autodeclaração racial é suficiente para a comprovação da cor ou raça do candidato. Esse desvirtuamento de uma medida do poder judiciário brasileiro contra o racismo estrutural que perpetua a sub-representação e impede a ampliação da participação de pessoas negras na política, continuará sendo objeto de aperfeiçoamento por parte das instituições que integram o sistema político brasileiro.

Conforme destacado no estudo "Desigualdades de Gênero e Raça na Política Brasileira", realizado pelo Instituto Alziras em parceria com a Oxfam Brasil, a sub-representação de mulheres e pessoas negras na política está intrinsecamente ligada a diversos fatores. Entre eles, a desigualdade econômica surge como um componente crucial, juntamente com a carência de estímulos para a formação política e as dificuldades de acesso a recursos e apoios financeiros.

Esses elementos complexos e inter-relacionados ressaltam a importância de abordagens abrangentes e políticas afirmativas para superar os obstáculos que perpetuam a sub-representação e promover uma participação mais equitativa e inclusiva na esfera política.

## 5.1.2 Nova composição da Câmara de Vereadores de Aracaju

A Câmara de Vereadores de Aracaju desempenha um papel crucial como órgão legislativo responsável por debater e votar as leis que impactam a cidade e seus habitantes. As responsabilidades dos vereadores abrangem a elaboração de projetos de lei, a fiscalização das ações do executivo e a representação da população perante o poder legislativo. A seguir, serão apresentadas informações detalhadas sobre cada parlamentar eleito, obtidas no site do TSE, abrangendo a autodeclaração racial do candidato, o partido ao qual estão filiados, a quantidade de votos recebidos, o montante líquido de recursos arrecadados e os gastos de campanha (Quadro 3).

**Quadro 3** – Perfil e gastos financeiros por candidato eleito em Aracaju em 2020

<b>Eleitos(as)</b>	<b>Partido</b>	<b>Autodeclaração</b>	<b>Qte. Votos</b>	<b>Total líquido de recursos recebidos</b>	<b>Gastos de campanha</b>
Anderson Santos da Silva (Anderson de Tuca)	PDT	Parda	3026	R\$ 20.022,85	R\$ 17.130,00
Aldeilson Soares dos Santos (Binho)	PMN	Preta	1376	R\$ 15.130,00	R\$ 15.130,00
Breno Viana de Mendonça (Breno Garibalde)	DEM	Branca	3781	R\$ 97.410,00	R\$ 80.260,00
José Cícero de Souza (Cícero da Santa Maria)	PODE	Branca	1470	R\$ 5.822,50	R\$ 4.022,50
Emília Corrêa Santos (Dra. Emília Corrêa)	PATRIOTA	Branca	5025	R\$ 185.835,29	R\$ 180.947,77
Manuel Marcos dos Santos (Dr. Manuel Marcos)	PSD	Preta	3171	R\$ 25.992,57	R\$ 22.472,00
Carlos Eduardo de Araújo Lima (Eduardo Lima)	REPUBLI-CANOS	Branca	3929	R\$ 81.933,32	R\$ 47.381,08
Fabiano Luis de Almeida Oliveira (Fabiano Oliveira)	PP	Branca	2974	R\$ 144.932,71	R\$ 144.932,71

(Continua).

(Continuação do quadro 3).

Fábio Meireles de Oliveira (Fábio Meireles)	PSC	Parda	3461	R\$ 55.897,00	R\$ 39.048,46
Isac de Oliveira Silveira (Isac)	PDT	Parda	3337	R\$ 19.860,86	R\$ 16.485,20
<b>Eleitos(as)</b>	<b>Partido</b>	<b>Autodeclaração</b>	<b>Qte. Votos</b>	<b>Total líquido de recursos recebidos</b>	<b>Gastos de campanha</b>
José Joaquim Santos Nascimento (Joaquim da Janelinha)	PROS	Branca	2829	R\$ 17.150,00	R\$ 9.157,35
Linda Brasil Azevedo Santos (Linda Brasil)	PSOL	Amarela	5773	R\$ 43.624,93	R\$ 37.933,36
Josenito Vitale de Jesus (Nitinho)	PSD	Parda	4720	R\$ 107.152,89	R\$ 99.420,11
Alexsandro da Conceição (Palhaço Soneca)	PSD	Parda	3280	R\$ 38.343,86	R\$ 16.950,00
Vitor Diego Lima Fortunato (Pastor Diego)	PP	Parda	3016	R\$ 48.237,96	R\$ 31.250,00
José Ailton Nascimento (Paquito de Todos)	SOLIDARIEDADE	Branca	1486	R\$13.900,00	R\$11.000,00
Ângela Maria de Melo (Professora Ângela Melo)	PT	Amarela	1882	R\$ 65.534,43	R\$ 45.637,37
Antonio Bittencourt Junior (Professor Bittencourt)	PCdoB	Preta	1969	R\$ 69.620,45	R\$ 54.435,80
José Ricardo Marques dos Santos (Ricardo Marques)	CIDADANIA	Branca	2501	R\$ 28.343,70	R\$ 11.319,70
Ricardo Vasconcelos Silva (Ricardo Vasconcelos)	REDE	Branca	2585	R\$ 15.145,24	R\$ 12.988,49

(Continua).

(Conclusão do quadro 3).

José Sávio Gois Silva (Sávio Neto de Vardo da Lotérica)	PSC	Branca	2409	R\$ 40.691,79	R\$ 26.765,20
Sheyla Galba da Costa Santos (Sheyla Galba)	CIDADANIA	Parda	2929	R\$ 41.624,00	R\$ 41.624,00
<b>Eleitos(as)</b>	<b>Partido</b>	<b>Autodeclaração</b>	<b>Qte. Votos</b>	<b>Total líquido de recursos recebidos</b>	<b>Gastos de campanha</b>
Byron Virgilio dos Santos Silva (Sgt. Byron Estrelas do Mar)	REPUBLI-CANOS	Parda	1743	R\$ 9.701,31	R\$ 6.510,50
Vinicius Porto Menezes	PDT	Branca	3638	R\$ 41.679,86	R\$ 28.692,00

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral. (Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/municipios/2020/2030402020/31054/candidatos>).

A autodeclaração racial dos candidatos abrange diversas categorias, tais como parda, branca, preta e amarela. Essa informação reflete a diversidade racial dos candidatos eleitos, que se tornou mais significativa nas eleições de 2020. Contudo, ainda é notavelmente modesta quando comparada à diversidade racial da população local.

Essa baixa representatividade reflete o cenário nacional, no qual a presença de pessoas negras em cargos políticos ainda é restrita. Ao considerarmos as opções específicas de autodeclaração como pardas e brancas, observa-se um número maior para a segunda categoria, com 11 candidatas brancas em comparação com apenas 9 candidatas negras. Adicionalmente, duas candidatas eleitas declararam-se como amarelas. Dos candidatos negros eleitos, somente um ultrapassou a média de gastos de campanha, destacando-se Professor Bittencourt, que totalizou despesas no valor de R\$ 54.435,80, sendo 92% desses recursos provenientes de doações do Fundo Especial por meio do partido, totalizando R\$ 64.138,45.

O montante líquido de recursos recebidos pelos candidatos está diretamente relacionado à disponibilidade financeira para conduzir suas campanhas eleitorais. Essa informação pode evidenciar a habilidade dos candidatos em angariar recursos para financiar suas campanhas. Os valores apresentam uma notável variação entre os candidatos, oscilando de R\$ 5.822,50 a R\$ 185.835,29. Destaca-se que o candidato preto eleito, Binho, teve o menor valor disponível para despesas, contando apenas com R\$ 15.130,00, provenientes de doação do partido.

Em relação aos gastos de campanha, os valores representam efetivamente gastos pelos candidatos durante a campanha eleitoral. Novamente, há uma variação considerável entre os candidatos, com valores que variam de R\$ 4.022,50 a R\$ 180.947,77.

A quantidade de votos recebidos pelos candidatos é um indicador do apoio popular que eles conquistaram durante a eleição. No quadro, é possível observar que a quantidade de votos varia amplamente entre os candidatos, com valores que vão de 1.376 a 5.773 votos. A média de votos dos eleitos é de 3.079 votos. Entre os três eleitos que autodeclararam pretos, apenas Dr. Manuel Marcos ficou perto da média com 3.171 votos, enquanto os outros dois eleitos ficaram abaixo de 2 mil votos.

## **5.2 Cotas e identidade étnico-racial no processo eleitoral**

No contexto brasileiro, a discussão sobre cotas e identidade étnico-racial no processo eleitoral é complexa e controversa. As políticas de cotas surgiram como uma medida para combater as desigualdades históricas enfrentadas pelas populações negra e parda em diferentes áreas da sociedade, incluindo a política. No entanto, essa discussão ainda é permeada por diversos debates e polêmicas, que serão abordados neste trabalho, com base na tese “Tão longe, tão perto: pretos e pardos e o enigma racial brasileiro” da autora Verônica Toste Daflon (2014) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP).

As políticas de cotas foram criadas com o objetivo de promover a inclusão social e combater as desigualdades históricas enfrentadas pelas populações negra e parda no Brasil. Essas políticas surgiram em diversas áreas, incluindo a educação, o mercado de trabalho e a política. No caso específico da política, as cotas podem ser entendidas como uma medida de combate ao racismo institucional, que impede o acesso das populações negra e parda aos espaços de poder e decisão.

No entanto, a discussão sobre as cotas no processo eleitoral ainda é controversa. Alguns argumentam que a adoção de cotas pode ser prejudicial, pois a identidade étnico-racial pode se tornar o único critério para a escolha dos candidatos, sem levar em conta suas competências e habilidades. Além disso, há também a preocupação de que as cotas possam perpetuar a ideia de que as populações negra e parda sejam incapazes de competir em igualdade de condições com os demais candidatos.

Por outro lado, defensores das cotas argumentam que elas são uma medida necessária para garantir a diversidade étnico-racial na política. Segundo Daflon (2014), “a política não

pode ser um espaço exclusivo de brancos, uma vez que a diversidade étnico-racial é uma característica fundamental da sociedade brasileira”. Além disso, a adoção de cotas pode ajudar a combater o racismo institucional que, muitas vezes, impede o acesso das populações negra e parda aos espaços de poder e decisão.

Em conclusão, a discussão sobre cotas e identidade étnico-racial no processo eleitoral é complexa e controversa. Embora as políticas de cotas tenham sido criadas com o objetivo de promover a inclusão social e combater as desigualdades históricas enfrentadas pelas populações negra e parda no Brasil, ainda há muitos debates em torno de sua efetividade e validade. No entanto, é importante lembrar que a diversidade étnico-racial é uma característica fundamental da sociedade brasileira e que a adoção de cotas pode ajudar a combater o racismo institucional e promover uma maior representatividade das populações negra e parda na política.

### 5.2.1 Heteroidentificação versus autoclassificação no campo político eleitoral: um impasse a ser superado pelo Tribunal Superior Eleitoral

O processo de identificação dos candidatos em eleições é fundamental para garantir a lisura do pleito e a legitimidade dos resultados. No Brasil, esse processo é regulamentado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que estabelece as regras para a identificação dos candidatos e a sua inclusão nas urnas eletrônicas. No entanto, a forma como essa identificação é feita tem sido objeto de debates e controvérsias, principalmente em relação à heteroidentificação e à autoclassificação. Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo discutir o impasse entre a heteroidentificação e a autoclassificação no campo político-eleitoral e a necessidade de superação desse impasse pelo TSE.

A heteroidentificação é o processo em que o candidato é identificado por terceiros, como um mesário ou um funcionário da Justiça Eleitoral, que verificam a identidade do candidato por meio de um documento oficial com foto. Já a autoclassificação é o processo em que o próprio candidato se declara como pertencente a determinada raça ou cor.

A questão da heteroidentificação e autoclassificação tornou-se objeto de discussão no campo político-eleitoral brasileiro após o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidir, em junho de 2020, que as eleições de 2020 teriam a obrigatoriedade de apresentação de autodeclaração racial pelos candidatos. Essa decisão foi tomada a partir de uma consulta feita pelo PSOL, que questionou se os partidos políticos deveriam preencher uma cota mínima de candidatos negros nas eleições.

O impasse entre a heteroidentificação e autoclassificação no campo político-eleitoral está relacionado à questão da representatividade e da inclusão política de minorias étnico-raciais. A adoção da autodeclaração racial pelos candidatos pode ser vista como um avanço na busca por uma maior representatividade dessas minorias na política brasileira. No entanto, a obrigatoriedade da autodeclaração também levanta questões sobre a sua eficácia na promoção da diversidade étnico-racial na política.

O Acórdão e Voto-Vista CTA nº0600306-47.2019.6.00.0000/DF do relator Ministro Luís Roberto Barroso, por sua vez, defende a validade da autodeclaração como forma de inclusão social e combate ao racismo estrutural. O ministro ressalta que a autodeclaração racial é uma ferramenta importante para a inclusão de minorias étnico-raciais, que historicamente foram excluídas do processo político-eleitoral.

A Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental com pedido de concessão de medida cautelar do PSOL para que seja reconhecida a imediata aplicação dos efeitos do julgamento realizado pelo Tribunal Superior Eleitoral na Consulta nº0600306-47.2019.6.00.0000 também defende a importância da autodeclaração como forma de inclusão política. O partido argumenta que a adoção da autodeclaração é uma forma de combater a sub-representação de minorias étnico-raciais na política brasileira, que é um reflexo do racismo estrutural presente na sociedade brasileira.

No entanto, a adoção da autodeclaração racial também tem sido alvo de críticas e questionamentos. Alguns argumentam que a autodeclaração é subjetiva e pode ser utilizada de forma oportunista por candidatos que não têm uma real identificação com a minoria étnico-racial que declaram. Além disso, a autodeclaração pode gerar situações de conflito em relação à identidade racial, já que muitas pessoas têm uma ascendência múltipla e complexa.

Uma das possibilidades seria a adoção de um sistema híbrido, em que a autodeclaração racial seria complementada pela heteroidentificação em casos de dúvida ou suspeita de fraude. Esse sistema poderia ser aplicado de forma similar ao que já é feito com a identificação dos candidatos por meio de documentos oficiais com foto.

Outra possibilidade seria a adoção de um sistema de verificação de autodeclaração, em que os candidatos teriam que comprovar a sua identificação étnico-racial por meio de documentos ou outros meios de prova. Esse sistema poderia ajudar a garantir a transparência e a objetividade do processo de autodeclaração.

O impasse entre a heteroidentificação e a autoclassificação é um desafio que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) precisa enfrentar para garantir a inclusão política das minorias étnico-raciais e a transparência do processo eleitoral. É importante buscar soluções que conciliem a

necessidade de inclusão com a garantia da lisura e transparência do processo eleitoral. O sistema híbrido e o sistema de verificação de autodeclaração são possibilidades que merecem ser exploradas e debatidas pela sociedade brasileira e pelas autoridades eleitorais.

Em termos de aplicação do sistema de heteroidentificação, oferecidas por meio de concursos públicos, também é um tema que tem sido discutido em diversos estudos e artigos, como por exemplo os argumentos que a heteroidentificação é uma ferramenta importante para garantir a efetividade das políticas de ação afirmativa em concursos públicos, já que a autodeclaração pode ser utilizada de forma oportunista por candidatos que não têm uma real identificação com a minoria étnico-racial que declaram.

Essa mesma argumentação pode ser aplicada no contexto político-eleitoral, como abordado nesta pesquisa. Assim como nos concursos públicos, a heteroidentificação pode ser uma ferramenta importante para garantir a efetividade das políticas de inclusão política das minorias étnico-raciais nos poderes constituídos.

Dessa forma, a adoção da heteroidentificação em ambos os contextos pode ser vista como uma medida necessária para garantir a transparência, a objetividade e a efetividade das políticas de inclusão e ação afirmativa. É importante ressaltar que a heteroidentificação não deve ser vista como uma solução isolada, mas, sim, como parte de um conjunto de medidas que visam garantir a inclusão e a diversidade em diferentes esferas da sociedade.

Além disso, o uso da heteroidentificação em concursos públicos já foi reconhecido como constitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento da ADPF nº186, que julgou a constitucionalidade das cotas raciais em universidades públicas. Nesse julgamento, o STF afirmou que a utilização da heteroidentificação é uma medida necessária para garantir a efetividade das cotas raciais, uma vez que a autodeclaração pode ser utilizada de forma oportunista por candidatos que não têm uma real identificação com a minoria étnico-racial que declaram.

É importante destacar que a adoção da heteroidentificação não é uma medida simples, porque existem questões práticas e legais a serem resolvidas, como o treinamento dos fiscais de identificação, a definição dos critérios de identificação e a garantia da privacidade e da integridade dos candidatos identificados. Assim, esses desafios não devem impedir a adoção da heteroidentificação, que pode ser vista como uma medida necessária para garantir a inclusão e a diversidade no contexto político-eleitoral.

Na leitura de diversos estudiosos, essa ferramenta é importante para garantir a efetividade das políticas de ação afirmativa, especialmente quando as autodeclarações podem ser utilizadas de forma oportunista ou desonesta. Vale a pena ler Verônica Daflon (2014), o

voto e o acórdão proferido pelo Ministro Luís Roberto Barroso no Tribunal Superior Eleitoral em 2019 e a Ação Cautelar do Partido Socialismo e Liberdade – PSOL(2020) acerca dessa temática.

A heteroidentificação é uma ferramenta importante para garantir a efetividade das políticas de inclusão e diversidade e seu uso deve ser adotado de forma responsável e transparente, garantindo a privacidade e a integridade dos candidatos identificados. Em suma, a adoção da heteroidentificação como ferramenta de identificação de candidatos étnico-raciais em concursos públicos têm sido objeto de discussões e estudos, assim como sua adoção em eleições. É importante destacar que a heteroidentificação pode ser uma ferramenta importante para garantir a transparência e a efetividade das políticas de inclusão e ação afirmativa, mas deve ser implementada de forma cuidadosa e transparente para garantir a integridade e a privacidade dos candidatos identificados.

### **5.3 Os resultados da participação eleitoral de ativistas negros(as) nas eleições municipais 2020 de Aracaju**

O cipoal de ocorrências políticas citadas anteriormente e que impactaram no cotidiano da população negra, no caso sergipano, provocou reações no ativismo negro, no sentido de colocar o nome de várias lideranças à disposição das organizações partidárias visando disputar uma cadeira nas câmaras de vereadores.

Nos municípios de Barra dos Coqueiros, São Cristóvão e Nossa Senhora do Socorro, na região metropolitana da capital, foram observadas candidaturas com desempenho eleitoral razoável, embora não tenham saído vencedoras. Em Aracaju, pela primeira vez, sete ativistas negros(as) vinculados à questão racial participaram do processo eleitoral, sendo o foco desta análise.

Este recorte metodológico atende à necessidade de aprofundar a compreensão sobre o potencial e as dificuldades enfrentadas por candidaturas dessa natureza. Isso se deve ao fato de que a militância social, enquanto forma de participação cívica do cidadão/cidadã em sociedades democráticas, incorpora funções de aprendizagem essenciais para o campo da política institucional. O questionário utilizado junto às pessoas relacionadas está disponível no Anexo II deste trabalho.

Nesta parte inicial, apresentamos um relato de cada candidatura de acordo com os dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) incluindo algumas comparações só com candidatos pretos que foram eleitos para a câmara de vereadores de Aracaju no intuito de ressaltar alguns aspectos

que interferem no fracasso ou sucesso de uma campanha eleitoral. Posteriormente, analisaremos detalhadamente as respostas obtidas via aplicação do questionário supracitado no qual, os(as) candidatos(as) ativistas do movimento social negro expõem o que foi essa experiência de participação nas eleições municipais de 2020.

Voltando aos dados coletados junto ao TSE, relacionamos as candidaturas objeto desta análise de acordo com a votação obtida por cada uma delas neste pleito eleitoral: o ativista que obteve melhor votação foi Gerffeson Santos Santana, conhecido como Mano Sinho. Obteve 799 votos nesta sua primeira participação. É do sexo masculino, solteiro, tem ensino médio incompleto e filiado à época ao Partido dos Trabalhadores. Nasceu em 1983 e se identifica como preto. Não informou sua ocupação principal e tem sua militância centrada no movimento *hip hop* e no trabalho comunitário com crianças e adolescentes através da prática esportiva do futebol. Recebeu R\$ 8.615,38 para a campanha sendo R\$ 8.000,00 oriundos do Partido e R\$ 615,28 da candidatura majoritária. Não informou ao TSE quanto nem como gastou os valores recebidos.

Na segunda colocação, aparece João Batista Ferreira Mota, conhecido como Joãozinho Popular. Obteve 368 votos nessa sua primeira participação. É do sexo masculino, divorciado, tem o curso superior completo e é filiado à época ao Partido da Mobilização Nacional (PMN). Nasceu em 1971 e se identifica como preto. A sua ocupação principal é servidor público estadual e tem sua militância centrada no movimento cultural através da sua musicalidade. Recebeu R\$ 1.800,00 de pessoas físicas e gastou R\$ 1.799,50 em três itens principais, quais sejam: serviços contábeis, publicidade por adesivos e publicidade em materiais impressos.

A terceira foi Josineide Dantas, conhecida como Gigi Poetisa. Obteve 257 votos nessa que foi a sua terceira participação em eleições municipais. É do sexo feminino, divorciada, mãe de 05 filhos, tem o curso superior incompleto e filiada à época ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Nasceu em 1966 e se identifica como preta. A sua ocupação principal é como agente de saúde e sanitária e tem sua militância centrada no Movimento Negro Unificado (MNU) e na Rede de Mulheres Negras.

Gigi Poetisa foi a candidata que declarou ter recebido a maior quantia de recursos financeiros, conforme informações disponíveis no TSE. Ela registrou o recebimento de R\$ 30.148,60 provenientes do Partido. Este montante foi integralmente utilizado em três categorias principais de despesas: atividades de militância e mobilização de rua, cessão ou locação de veículos, e publicidade por materiais impressos.

Em quarto lugar aparece o Luís Augusto Bonfim dos Santos, conhecido como Tinini. Obteve 202 votos nessa sua primeira participação. É do sexo masculino, solteiro, tem o ensino

médio completo e é filiado ao Partido Republicano (PR). Nasceu em 1970 e se identifica como preto. A sua ocupação principal não foi informada e tem a sua militância concentrada na titulação da comunidade quilombola urbana da Maloca na região central de Aracaju. Recebeu R\$ 8.292,31 sendo R\$ 7.063,88 do Partido e R\$ 1.228,43 da candidatura majoritária apoiada por ele. Gastou R\$ 5.000,00 em serviços próprios prestados por terceiros e na publicidade por materiais impressos.

Em seguida, na quinta colocação, aparece Humberto Douglas Silva da Conceição, mais conhecido como Pai Binho. Obteve 195 votos nessa sua primeira participação. É do sexo masculino, solteiro, tem o ensino médio completo e é filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT). Nasceu em 1974 e se identifica como preto. A sua ocupação principal não foi informada e tem sua militância concentrada na defesa e valorização da matriz religiosa africana atuando como Babalorixá. Recebeu R\$ 20.393,76 sendo R\$ 19.000,00 oriundos do Partido e R\$ 1.393,76 da candidatura majoritária que apoiou. Gastou R\$ 17.000,00 em três itens principais, quais sejam: atividades de militância e mobilização de rua, produção de programas de rádio/TV/vídeo e, serviços de terceiros.

Na sexta colocação, encontra-se Rosemary Cassemiro Hora, mais conhecida como Mãe Mary de Xangô. Ela obteve 55 votos nessa sua primeira participação. É do sexo feminino, casada, mãe, tem o ensino médio completo e era filiada ao Partido Social Cristão (PSC), nesta campanha. Nasceu em 1962 e se identifica como preta. É aposentada e tem sua militância concentrada na defesa e valorização da matriz religiosa africana atuando como Yalorixá. Recebeu R\$ 6.909,83 sendo R\$ 6.553,54 do Partido e R\$ 356,29 do candidato majoritário que apoiou. Seus gastos de campanha giraram em torno de dois principais itens, quais sejam: publicidade por carro de som e serviços contábeis.

Por fim, na sétima colocação, encontra-se Genilma Francisca dos Santos, mais conhecida como Negona Nil. Ela obteve 31 votos nessa sua primeira participação eleitoral. É do sexo feminino, mãe, solteira, tem o ensino fundamental incompleto e era filiada ao Partido Democrático Trabalhista (PDT) nesta campanha. Nasceu em 1972 e se identifica como preta. É aposentada e tem sua militância concentrada na defesa e valorização da matriz religiosa africana. Recebeu R\$ 3.364,15 sendo R\$ 2.692,86 do Partido e R\$ 671,29 do candidato majoritário que apoiou. Seus gastos foram todos controlados pelo Partido.

A estruturação inicial das candidaturas mencionadas acima indica que os recursos de campanha, isoladamente, não exercem um papel determinante no desfecho da disputa, sobretudo no que tange à participação de ativistas negros(as) no processo eleitoral. Esse entendimento é ainda mais relevante ao considerar as limitações inerentes ao escopo tratado.

**Quadro 4** – Valor comparado do Voto de Ativistas e Não Ativistas declarados pretos  
(Os três mais votados)

ATIVISTA			NÃO ATIVISTA		
Candidato (a)	Valor Recebido (R\$)	Valor do Voto (R\$)	Candidato(a)	Valor Recebido (R\$)	Valor do Voto (R\$)
Mano Sinho	8.615,38	10,78	Manoel Marcos	25.992,57	8,19
Joãozinho Popular	1.800,00	4,89	Prof. Bittencourt	69.620,45	35,35
Gigi Poetisa	30.148,40	117,30	Binho	15.130,00	10,99

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Observando-se os dados, o Mano Sinho que obteve a melhor votação dentre as sete pessoas que compõem o universo desta pesquisa, gastou apenas R\$ 10,78 por voto conquistado. Já a Gigi Poetisa que recebeu o maior volume de recursos dentre este mesmo grupo, investiu R\$ 117,30 em cada voto conquistado. Mãe Mary de Xangô chega a perfazer um valor de R\$ 125,63 por voto conquistado, o mais caro dentre os integrantes deste grupo. Por outro lado, Joãozinho Popular foi quem menos gastou com cada voto conquistado perfazendo um total de R\$ 4,89 como seu valor unitário.

Podemos enriquecer a análise ao incluir informações sobre as candidaturas das pessoas pretas que foram eleitas no mesmo pleito, conforme mencionado anteriormente. Essas candidaturas incluem o Professor Antônio Bittencourt, o médico Manoel Marcos e o Professor Binho.

Nas eleições de 2020, o médico Manoel Marcos consolidou sua trajetória política ao conquistar o quinto mandato na Câmara de Vereadores de Aracaju, obtendo expressivos 3.171 votos e destacando-se como o candidato melhor colocado entre os três previamente mencionados. Homem, casado, e filiado ao Partido Social Democrático (PSD), com uma história que inclui afiliação a quatro partidos anteriores, Manoel Marcos possui curso superior completo, se identifica como preto e nasceu em 1949. Sua ocupação principal, fora do ambiente legislativo, é a medicina.

Quanto aos recursos financeiros, Manoel Marcos recebeu um total de R\$ 25.992,57, distribuídos entre R\$ 15.578,57 provenientes do Partido, R\$ 2.914,00 do candidato majoritário e R\$ 7.500,00 de recursos próprios. Em relação aos gastos de campanha, destinou R\$ 22.472,00, priorizando investimentos em publicidade por adesivos, publicidade por materiais impressos e outros itens de campanha. O Professor Antônio Bittencourt conquistou neste pleito o seu terceiro mandato na câmara de vereadores de Aracaju. Obteve 1.969 votos. É do sexo masculino, casado, tem curso superior completo e era do Partido Comunista do Brasil (PC do B) na época da campanha. Nasceu em 1969 e se identifica como preto. Sua ocupação principal é professor universitário. Recebeu R\$ 69.620,45 sendo 64.138,45 do Partido, R\$ 4.482,00 do candidato

majoritário que apoiou e R\$ 1.000,00 de pessoa física. Gastou R\$ 54.435,80 em três itens principais: publicidade de materiais impressos, publicidade por adesivos e serviços prestados por terceiros.

Por fim, Aldeilson Soares dos Santos (Binho) foi finalmente eleito por média após experimentar uma derrota no pleito de 2016. Obteve 1.376 votos. É do sexo masculino, casado, tem curso superior completo e é filiado ao Partido da Mobilização Nacional (PMN). Nasceu em 1982, se identifica como preto e sua ocupação profissional é no exercício da docência como professor do ensino profissional. Recebeu R\$ 15.130,00 do Partido e gastou 15.130,00 em três itens principais, quais sejam: serviços prestados por terceiros, publicidade por materiais impressos, produção de *jingles*, vinhetas e *slogans*.

Dentre esses eleitos, o voto mais caro ficou com o Professor Antônio Bittencourt que investiu R\$ 35,35 por apoio conquistado. O médico Manoel Marcos foi quem menos gastou perfazendo um total de R\$ 8,19 por voto conquistado. Por fim, o Binho ficou colocado um pouco acima, tendo investido apenas R\$ 10,99 por voto. Não será nenhum absurdo supor que à parte o aspecto financeiro de cada campanha, outras realidades também interferiram para que estes alcançassem o resultado político esperado com o lançamento das suas candidaturas.

A condição de médico de Manoel Marcos, que envolve contatos frequentes com a população em situações muitas vezes críticas de vida ou morte, contribuiu para a renovação do seu mandato pela quinta vez. Por outro lado, a inserção partidária de Professor Bittencourt, que na época presidia o Diretório Municipal do PC do B, e a renovação de seu mandato pela terceira vez, foram alavancadas pela sua condição de professor universitário. Da mesma forma, a condição de professor de Binho proporcionou a todos esses candidatos um diálogo constante com a população e uma visibilidade pública mais ampla.

É importante frisar que o aporte de recursos dos Partidos nessas três candidaturas demonstra o quanto elas eram imprescindíveis na nominata apresentada por cada uma das organizações partidárias. Por outro lado, o aporte pessoal do Manoel Marcos explicita uma condição de classe diferenciada da maioria das candidaturas negras e, por fim, o apoio de pessoas físicas à candidatura do Professor Bittencourt denota um compromisso de sua base social com o mandato. São aspectos valiosos numa campanha eleitoral e que não serão encontrados nas campanhas dos ativistas negros(as) aqui analisadas.

De maneira mais elucidativa, o Quadro 5 oferece uma visão detalhada do valor estimado do voto de ativistas negros, constituindo uma plataforma sólida para a discussão dos resultados representativos dessas candidaturas. Esta análise aprofundada contribuirá significativamente para o entendimento mais amplo e a contextualização dos dados no âmbito deste estudo.

**Quadro 5 – Valor Estimado do Voto de Ativistas Negros(as)**

<b>VALOR ESTIMADO DO VOTO DE ATIVISTAS NEGROS(AS)</b>		
<b>Candidato(a)</b>	<b>Valor Recebido (R\$)</b>	<b>Valor do Voto (R\$)</b>
Mano Sinho	8.615,38	10,78
Joãozinho Popular	1.800,00	4,89
Gigi Poetisa	30.148,40	117,30
Pai Binho	20.393,76	104,58
Luiz Bomfim	8.292,31	41,05
Mano Sinho	8.615,38	10,78
Joãozinho Popular	1.800,00	4,89

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

No âmbito restrito das candidaturas destes ativistas negros(as) existem outras nuances que merecem observação mais acurada frente aos resultados alcançados por eles e elas. Por exemplo, quais fatores permitiram a Mano Sinho e Joãozinho Popular obterem a votação supracitada. No primeiro caso, certamente influenciou tanto o trabalho desenvolvido com crianças e adolescentes através do qual essa liderança acessou seus familiares que reconheceram a contribuição deste para com seus filhos. Já no segundo, pode ser consequência do sucesso que o Joãozinho faz no meio cultural com o seu trabalho atingindo, inclusive, parte da população branca.

No caso da Gigi Poetisa, além de atuar profissionalmente numa profissão que tem contato diário com a população, tornou-se conhecida do público por já estar na sua terceira campanha política e muito presente nas atividades de combate ao racismo entabuladas pelo Movimento Negro Unificado. Luís Bomfim, apesar de não ter uma experiência de campanha anterior, desenvolve um trabalho de conscientização e cultura com a juventude da comunidade quilombola urbana da maloca no bairro cirurgia, em Aracaju, e ganhou visibilidade com a bandeira de luta pela titulação desta comunidade.

Os demais casos demandam análises mais detalhadas, considerando, por um lado, a complexidade da matriz religiosa africana imbricada com o racismo religioso, especialmente em um contexto de intensa pressão da comunidade evangélica e carismática sobre os credos de origem afro-brasileira. Por outro lado, destaca-se a questão de gênero, em que um número impressionante de mulheres foi indicado para cumprir a cota partidária, porém, não recebeu o suporte necessário para suas campanhas. Esses aspectos evidenciam desafios específicos que merecem uma análise mais acurada e contextualizada.

Tanto a votação quanto os recursos financeiros de Pai Binho foram maiores do que as Mãe Mary e da Negona Nil, independentemente de estarem em partidos diferentes, isto posto, devido ao fato da divisão de recursos para candidaturas de mulheres e negros(as) serem parte das regras do jogo no atual sistema político brasileiro.

### 5.3.1. Perfil dos participantes

As informações coletadas no questionário vêm reforçar apontamentos já colocados acima que relativizam a importância dos recursos financeiros, *per si*, serem determinantes para o sucesso e/ou o fracasso de uma campanha eleitoral. Outros aspectos concorrem para o alcance ou não dos resultados esperados sem que declinemos de ressaltar a necessidade do dinheiro para garantir a qualidade com que um candidato aparece e coloca suas propostas para o eleitorado.

O dado racial, por si só, não é suficiente para uma compreensão abrangente da dinâmica de uma campanha eleitoral. O racismo estrutural desempenha um papel preponderante na perpetuação do 'pacto narcísico da branquitude' e na sub-representação de pessoas negras nas esferas de poder político. Entretanto, não inviabiliza por completo a presença de representantes eleitos desse contingente populacional ocupando tais espaços.

Conforme discutido no capítulo 3, a exclusão da população negra da política se consolida na interseção entre raça/cor, classe, gênero, grau de instrução, *status* social e renda. No próximo segmento, exploraremos aspectos do perfil pessoal das candidaturas de ativistas negros que podem exercer influência na captação de votos junto ao eleitorado. Os resultados provenientes do questionário aplicado aos ativistas negros(as) revelaram uma equivalência entre os estados civis de casados, divorciados e solteiros, com apenas um respondente declarando-se em união estável.

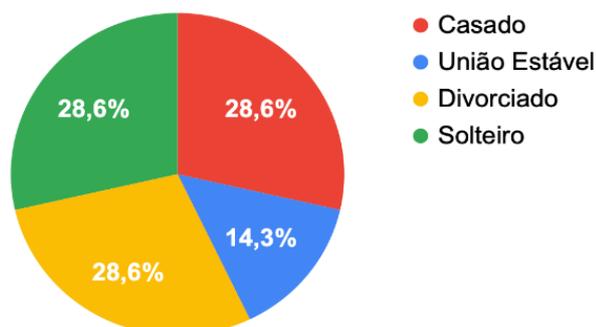
Na elaboração do perfil ideal de um representante político, o estado civil pode servir como critério de apoio, especialmente para uma parcela mais conservadora do eleitorado. No contexto específico de Aracaju, destaca-se o fato de que os três candidatos negros eleitos para a Câmara de Vereadores em 2020 são casados, o que chama atenção para essa característica no cenário político local.

Entretanto, é importante ressaltar que não podemos categorizar o eleitorado aracajuano como exclusivamente conservador. Por outro lado, destaca-se o cenário diversificado, no qual uma mulher trans, que se autodeclara amarela racialmente, alcançou a posição de vereadora com o maior número de votos entre todos os eleitos neste pleito. Ela obteve um apoio expressivo da comunidade LGBTQ1+ e de indivíduos da classe média que seguem a religião espírita, conforme evidenciado no Gráfico 1. Isso ilustra a complexidade e a diversidade do eleitorado, demonstrando que diferentes fatores, além do estado civil, desempenham um papel significativo nas escolhas eleitorais.

Gráfico 1 – Perfil do estado civil dos pesquisados

**Estado Civil**

7 respostas



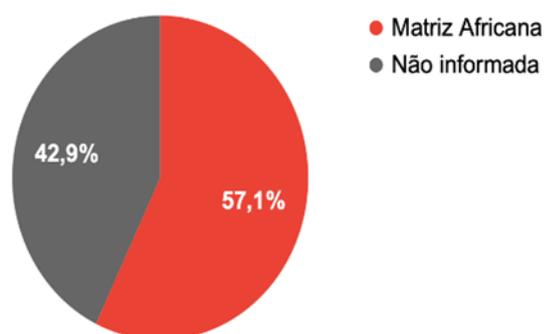
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa (2023).

No caso da religião, cabe ressaltar que este será sempre um espaço importante de afirmação, mobilização e aprendizado sobre as relações humanas, para quem deseja entrar na política. Contudo, os resultados são bastante diferentes de acordo com o credo praticado por cada candidato (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Perfil da religião dos pesquisados

**Religião**

7 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa (2023).

A predominância de adeptos da matriz africana ou sua propagação numa disputa eleitoral não traz retorno imediato em termos de voto, ao contrário do que ocorre com os católicos, evangélicos, judeus e muçulmanos. Concorre para este embargo o racismo religioso praticado pelas religiões cristãs e monoteístas, as condições de vida dos adeptos que votam de acordo com a necessidade e não por um ideal político e o preconceito da sociedade em relação aos seus rituais litúrgicos. As candidaturas de ativistas mais diretamente vinculadas às religiões de matriz africana foram as que obtiveram a menor quantidade de votos, mesmo, como no caso de Pai Binho, sendo o segundo dentre os 07 a auferir o maior volume de recursos.

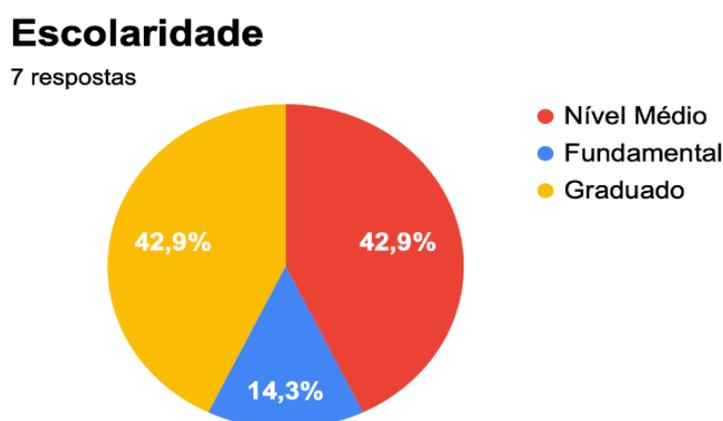
Entretanto, estas dificuldades não devem ser empecilhos para a oferta de candidaturas de pessoas inseridas nesse campo, mas que suas estratégias precisam levar em conta esses fatores como objeto de análise nos ambientes externo e interno no momento de montar seu planejamento de campanha.

Diferente do estado civil, o grau de instrução é reconhecido como um dos principais fatores de influência na base de apoio de uma determinada candidatura. A presença por mais tempo no sistema de ensino, torna a pessoa mais conhecida, além de fortalecer e ampliar a rede de contatos e relacionamentos pessoais, conseqüentemente, sua rede de escuta.

Caso a pessoa, além da sala de aula, tenha pró-atividade para integrar centros acadêmicos dentre outros espaços coletivos presentes no universo escolar, o potencial deste perfil para a atividade política aumenta consideravelmente.

No contexto dos ativistas analisados nesta investigação, apenas dois possuíam ensino superior, sendo que um deles havia concluído apenas o ensino fundamental. Isso contrasta com os candidatos pretos eleitos, todos com formação superior, exercendo profissões vinculadas ao ambiente escolar ou à prestação de serviços de saúde, como é o caso do médico Manoel Marcos. Essa disparidade educacional ressalta uma dimensão importante a ser considerada na avaliação da diversidade de experiências e qualificações dos representantes eleitos.

**Gráfico 3 – Perfil da escolaridade dos pesquisados**

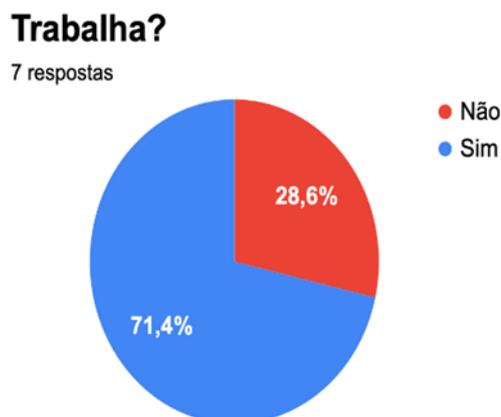


Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa (2023).

Ao analisar a diversidade de ocupações entre os participantes da pesquisa (Quadro 4), reflete-se a amplitude de setores nos quais os ativistas negros estão inseridos. Tal variedade de contextos profissionais proporciona uma visão abrangente das diferentes formas de engajamento desses indivíduos na sociedade. A relação entre o perfil profissional e a atuação política dos participantes constitui um aspecto relevante para compreender como suas

experiências laborais podem influenciar a abordagem e as perspectivas no cenário político e social.

**Gráfico 4** – Perfil de trabalho dos pesquisados



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa (2023).

Indiscutivelmente, o reconhecimento da experiência profissional e da inserção do candidato em determinados setores pode influenciar na confiança depositada pelos eleitores, destacando a relevância não apenas das habilidades individuais, mas também da trajetória profissional na construção da imagem política.

Não ter uma ocupação neste espaço pode repercutir negativamente sob o candidato que estiver nesta condição a não ser que ele(a) tenha contrapartida em termos de participação cívica nalguma atividade voluntária, por exemplo, que compense uma não referência no mercado de trabalho. Nas respostas coletadas pelo questionário desta investigação, vimos que parte dos entrevistados estão no mercado de trabalho em serviço público ou privado, outros com atividades laborais na própria casa ou comunidade e outras duas pessoas são aposentadas.

Cabe destacar que o serviço público oferece oportunidades valiosas de interação com a população, contribuindo para criar referências positivas de atendimento, independentemente da colocação do servidor na estrutura administrativa do governo.

Entretanto, é necessário reconhecer que, dependendo do cargo comissionado e da profissão do servidor, alguns podem ter mais chances de angariar apoio político do que outros. Essa ponderação sublinha a complexidade das interações entre o serviço público, a política e a percepção pública, destacando a influência variável que diferentes posições podem exercer na esfera política local.

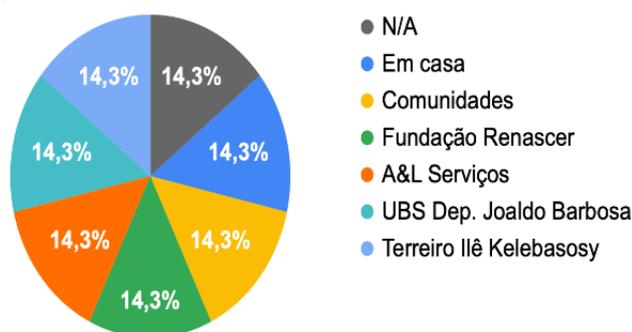
No exemplo mencionado, conforme ilustrado no Gráfico 5, ocupar posições na Unidade Básica de Saúde (UBS) Dep. Joaldo Barbosa ou na Fundação Renascer é relevante. No entanto, é inegável que o médico da UBS ou o Presidente/Diretor da Fundação assumirão papéis de

destaque como referências de atendimento na percepção da população. Essa dinâmica ressalta a importância não apenas da atuação em determinadas instituições, mas também do impacto significativo que certos cargos e funções específicas exercem na visibilidade e reconhecimento perante a comunidade.

**Gráfico 5** – Perfil do local de trabalho dos pesquisados

### Local de Trabalho

7 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa (2023).

Nos demais casos coletados na pesquisa em relação ao local de trabalho, seja em casa, no terreiro (espaço litúrgico das religiões de matriz africana) ou na comunidade, ainda há interação com a população, porém em uma dimensão mais incipiente e menos diversificada se comparada a um órgão público, como uma Unidade Básica de Saúde (UBS). Esse cenário representa mais um fator limitador para a ampliação da escuta pública em candidaturas negras.

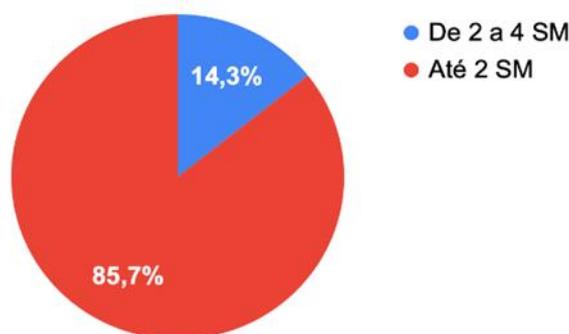
Além dos fatores relacionados ao local de trabalho e ocupação, são grandes as desvantagens de disputar uma campanha eleitoral vivenciando grandes restrições econômicas, materiais e/ou patrimoniais.

A eficácia em comunicar uma mensagem à população demanda não apenas recursos materiais, mas também a disponibilidade pessoal de tempo e o engajamento de multiplicadores que ampliem o alcance dessa mensagem. Instrumentos, equipamentos e serviços desempenham papéis cruciais nesse processo, levando a mensagem a lugares e pessoas que podem estar fora do alcance presencial do candidato. Contudo, essa estratégia implica custos consideráveis.

A viabilidade financeira de uma campanha eleitoral não se restringe apenas aos recursos disponibilizados pelo partido, que muitas vezes são limitados para candidatos sem posições estratégicas na estrutura partidária. Exige, também, que o próprio candidato, juntamente com sua rede de relações, contribua financeiramente para o orçamento de campanha. Nesse contexto, a análise do perfil da renda familiar em salários mínimos dos participantes proporciona uma compreensão mais detalhada das complexidades financeiras enfrentadas pelos candidatos.

**Gráfico 6** – Perfil da renda familiar em salários mínimos dos pesquisados**Renda Familiar em Salários Mínimos (SM)**

7 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa (2023).

Um outro canal de aporte de recursos são as candidaturas majoritárias que doam para as campanhas proporcionais atuarem como cabos eleitorais do projeto maior para o poder executivo. No caso em tela da nossa pesquisa, nenhuma das candidaturas aportou recursos próprios visto que a maioria tem renda familiar de até dois salários-mínimos e apenas um dos entrevistados chegava à faixa de dois a quatro salários-mínimos.

Destaca-se o Joãozinho Popular que fez a campanha com recursos de amigos e parentes sem indicar nenhuma contribuição do seu Partido. Já na outra ponta, o candidato preto mais votado para a câmara de vereadores, o médico Manoel Marcos, aportou valores da sua conta pessoal para a campanha denotando uma situação de classe bastante diferenciada das candidaturas dos ativistas.

### 5.3.2. Inserção partidária das candidaturas

Já vimos anteriormente o quão importante é a inserção partidária para o sucesso eleitoral de qualquer candidatura. O tratamento que o Partido dá para a candidatura reverbera na população, especialmente naquele eleitor que prefere representantes capazes de resolver seus problemas pessoais ou das coletividades que participa. Se o Partido trata a candidatura como degrau ou laranja para outras que ele prioriza, essa postura é analisada pelo eleitor reduzindo o peso político daquelas pessoas que se encontram nesta situação. O debate sobre cotas para mulheres e do financiamento para a população negra gera arranjos nesse sentido onde o principal objetivo da organização não é aumentar o cacife e o sucesso eleitoral deste público identitário, mas não perder os recursos que são destinados a agremiação pelo cumprimento dessas cotizações. O resultado é a persistente sub-representação desses grupos nas esferas de poder.

No caso da investigação em tela, praticamente nenhuma das candidaturas de ativistas negros(as) tinham funções importantes nos seus partidos, sendo que, apenas uma das pessoas mobilizadas, exercia um cargo na estrutura partidária. Os demais atuavam somente como militantes e isto também influenciou na baixa captura de votos junto ao eleitorado. Um exemplo a ilustrar esta afirmação, foi o apoio financeiro do Partido da Mobilização Nacional (PMN) ao candidato Binho – que foi eleito – e nenhum a Joãozinho Popular que acabou contando somente com o apoio de amigos. Outro exemplo foi o aporte de recursos financeiros do PC do B ao Professor Bittencourt, na época, o principal dirigente deste Partido.

Interessante observar que esta realidade perpassa todo o espectro ideológico da estrutura partidária da esquerda à direita como a representação política dos ativistas negros(as) bem o demonstra. São dois candidatos do Partido dos Trabalhadores (PT), uma do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), um do Partido da Mobilização Nacional (PMN), um do Partido Republicano (PR), uma do Partido Social Cristão (PSC) e uma última do Partido Democrático Trabalhista (PDT).

**Quadro 6 – Partido e tempo de filiação**

<b>PARTIDO E TEMPO DE FILIAÇÃO</b>		
<b>Candidato(a)</b>	<b>Partido</b>	<b>Tempo de Filiação</b>
Mano Sinho	PT	16 anos
Joãozinho Popular	PMN	6 meses
Gigi Poetisa	PSOL	28 anos
Pai Binho	PT	1 ano
Luiz Bomfim	Republicanos	10 anos e 5 meses
Mãe Mary de Xangô	PSC	2 anos
Negona Nil	PDT	10 anos

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa (2023).

Além disso, ressalta-se que a experiência política prévia não apenas contribui para o sucesso eleitoral, mas também desempenha um papel crucial na consolidação de uma trajetória política sólida. O histórico de mandatos anteriores, como evidenciado pelos eleitos Manoel Marcos e Prof. Bittencourt, reflete um conhecimento aprofundado das dinâmicas eleitorais, uma compreensão das demandas da população e uma habilidade em se posicionar estrategicamente no cenário político.

A trajetória política de Binho, eleito pela primeira vez em 2020, destaca a relevância da experiência acumulada durante a campanha de 2016 para o fortalecimento de sua posição dentro do partido. Essa experiência prévia não apenas contribuiu para o entendimento das nuances eleitorais, mas também desempenhou um papel crucial na construção de sua credibilidade e reconhecimento dentro do cenário político local. Isso ressalta a importância fundamental da vivência política prévia como um fator determinante no sucesso eleitoral, evidenciando como

o conhecimento adquirido em pleitos anteriores pode ser decisivo para o desenvolvimento e consolidação de uma carreira política.

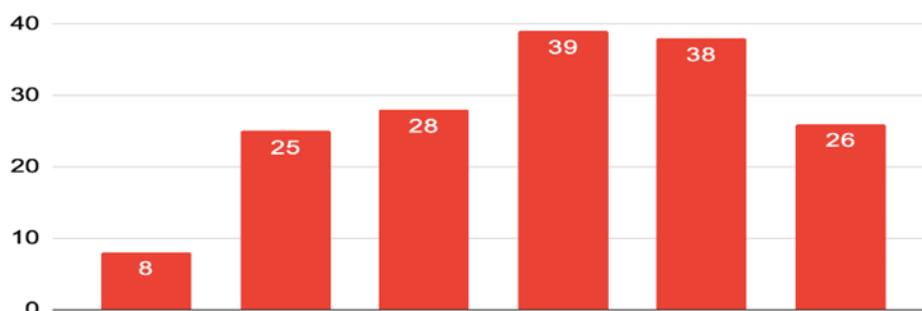
### 5.3.3. Base social das candidaturas

Se há um canal de oxigenação para as candidaturas de ativistas negros(as), ele reside na sua base social e na qualidade do trabalho social desenvolvido por ele. Neste cotidiano junto à sua base social, o(a) candidato(a) aprende sobre organização, acolhimento, solidariedade de raça, gênero e classe e, principalmente, a liderar e a realizar uma leitura da realidade onde está inserido, tanto ele quanto os seus. É possível afirmar que esse foi o diferencial entre aqueles ativistas que obtiveram as melhores votações. Seja através do movimento social negro e comunitário ou através das suas ocupações sociais e profissionais, os resultados foram melhores para quem tinha base social consolidada. No Gráfico 7 é possível identificar o perfil do tempo de militância dos participantes da pesquisa. Essa abordagem estatística forneceu uma base objetiva para compreender a dinâmica temporal do ativismo, contribuindo para uma visão mais completa e embasada das práticas sociais e políticas dos participantes da pesquisa.

Gráfico 7 – Perfil do tempo de militância social (em anos) dos pesquisados

#### Tempo de Militância Social (em Anos)

6 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa (2023).

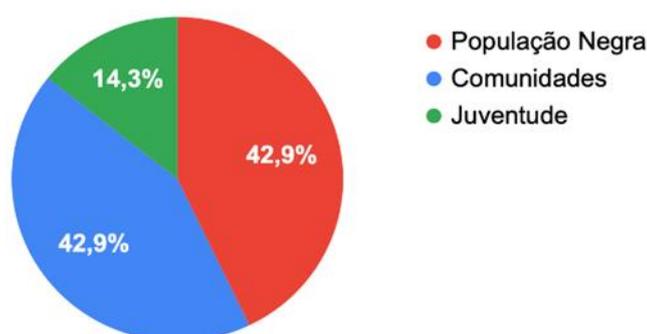
A análise do perfil do público beneficiado contribui para uma abordagem mais direcionada e eficiente nas campanhas eleitorais, uma vez que permite aos candidatos adaptar suas mensagens e propostas de acordo com as necessidades e demandas específicas desse público. Além disso, ao compreender estatisticamente o perfil do público beneficiado, os candidatos podem demonstrar uma abordagem mais sensível às questões sociais, construindo uma conexão mais sólida com os eleitores e evidenciando seu compromisso genuíno com as

causas que defendem. Isso não apenas fortalece a credibilidade dos candidatos, mas também pode influenciar positivamente a decisão do eleitorado durante o processo eleitoral (Gráfico 8).

**Gráfico 8** – Perfil do público beneficiado pela sua militância social dos pesquisados

### **Público Beneficiado pela Sua Militância Social**

7 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa (2023).

Nesse contexto, o participante Mano Sinho com seu trabalho comunitário com crianças e adolescentes através do futebol e no *hip hop*, mesmo numa primeira disputa, alcançou 799 votos, um bom número diante das adversidades supracitadas.

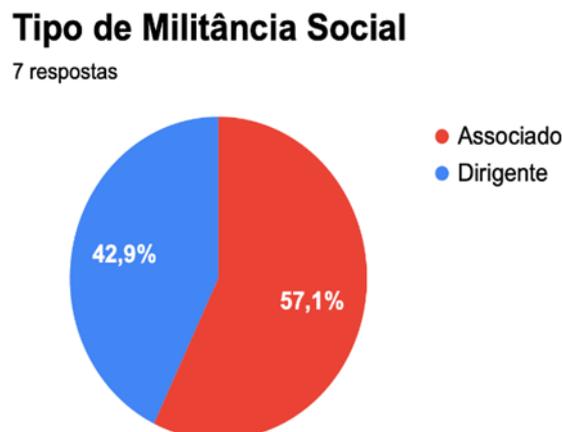
Assim também foi o Joãozinho Popular com sua ação cultural, a Gigi Poetisa com a defesa das mulheres negras e da saúde pública, o Luís Bomfim na representação histórica pela titulação da única comunidade quilombola urbana de Aracaju e, mesmo o Pai Binho que teve a sua campanha lastreada pelo Fórum das Religiões de Matriz Africana de Sergipe, o qual, há vários anos, vem organizando a Marcha de Oxalá e reunindo centenas de adeptos e simpatizantes da religiosidade de matriz africana. O desafio colocado para todos eles é como ampliar para outros segmentos a recepção das suas mensagens e projeto político.

Um último ponto crucial a ser destacado no que diz respeito à base social dos ativistas negros(as) está relacionado ao seu tempo de militância. A análise deste fator não apenas proporciona insights valiosos sobre a dedicação e experiência desses ativistas, mas também contribui para uma compreensão mais abrangente das dinâmicas e evolução do engajamento social ao longo do tempo.

Essa perspectiva temporal oferece uma visão mais completa das trajetórias individuais, permitindo identificar padrões, aprendizados e contribuições específicas que moldam a influência desses ativistas na sociedade.

Com base nas variáveis de ser associado ou dirigente, a pesquisa buscou evidenciar como os participantes têm atuado em relação ao seu tempo de militância, conforme observado no quadro 9.

**Gráfico 9** – Perfil do tipo de militância social dos pesquisados



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa (2023).

Enquanto boa parte não atuava dentro dos partidos políticos ou só recentemente passaram a militar nessas organizações, a maioria dos entrevistados tem mais de 20 anos de atuação no movimento social e apenas um respondeu que estava neste campo há 8 anos. Certamente, o intercâmbio de atuação nestes diferentes espaços agrega valor e experiência para quem se propõe a iniciar uma carreira política.

#### 5.3.4. Estruturas e estratégias de campanhas

É importante para esta investigação compreender as estratégias de campanha utilizadas pelos ativistas negros(as) nas eleições municipais de 2020 pelas dificuldades adicionais trazidas pela pandemia de Covid-19 que se alastrou por todo o mundo provocando danos irreversíveis à vida de milhões de pessoas. Frente a esta realidade, medidas diferenciadas de abordagem do eleitorado precisaram ser acionadas pelo conjunto das candidaturas no intuito de angariar o máximo de apoio político. O grande destaque foi a recorrência às redes sociais como meio principal de comunicação e mobilização em torno das propostas de cada candidato.

As candidaturas de ativistas negros(as) que dispunham de algum recurso financeiro, puderam constituir uma assessoria de comunicação e mídia digital remunerada permitindo dar certa qualidade a apresentação da pessoa para o eleitorado.

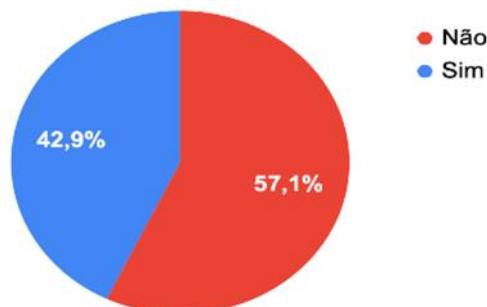
O espaço no programa de TV do partido foi extremamente reduzido e não poderia depender somente deste para divulgar seus projetos. Mano Sinho, Gigi Poetisa, Luís Bomfim e Pai Binho conseguiram ter algum suporte nessa área. Os demais candidatos não.

Foi imprescindível identificar no contexto dessa pesquisa o perfil sobre a assessoria de comunicação/mídia digital (Gráfico 10).

Gráfico 10 – Perfil sobre a assessoria de comunicação/mídia digital

### Teve Assessoria de Comunicação/Mídia Digital Remunerada?

7 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa (2023).

Nesse trabalho de comunicação com o eleitorado, o Instagram foi a rede social mais utilizada seguida do Facebook e do Tik Tok. Dado a pouca disponibilidade de recursos financeiros, o contato presencial com a população também se destacou dentre as estratégias de captação de votos, guardado os devidos cuidados frente a realidade pandêmica vivenciada por toda a população. Os meios utilizados foram as mensagens eletrônicas em *lives* ou vídeos, o ‘corpo a corpo’ com o eleitor, a distribuição de impressos nas mobilizações de rua junto com o candidato majoritário ou não, a telefonia e os carros de som circulando pelas ruas da cidade.

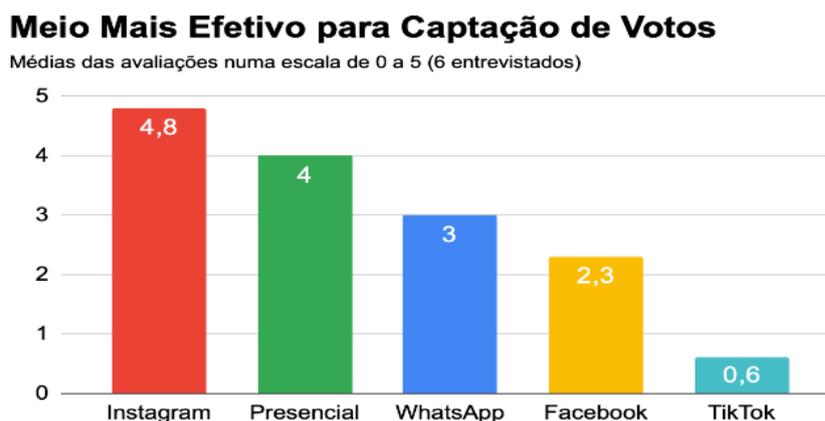
Entre as bandeiras de luta amplamente difundidas nas campanhas dessas candidaturas, destaca-se, em primeiro lugar, o firme combate à discriminação, ao racismo, à violência contra a mulher negra e à homofobia. Esses candidatos colocam como prioridade a promoção de uma sociedade mais justa e inclusiva, onde a igualdade e o respeito às diferenças sejam pilares fundamentais.

Em segundo plano, evidenciam-se demandas relacionadas a políticas públicas abrangentes, abordando áreas cruciais como educação, lazer e saúde. Por um lado, a busca por melhorias no sistema educacional, o acesso igualitário a oportunidades de lazer e o fortalecimento das políticas de saúde marcam o compromisso desses candidatos com o bem-estar e a qualidade de vida de suas comunidades. Por outro lado, a ênfase na geração de renda e emprego reflete o entendimento da importância do desenvolvimento econômico para a promoção da equidade social.

Por fim, em terceiro lugar, destaca-se a pauta dos direitos humanos, com especial atenção para a alarmante violência contra a juventude negra. Esses candidatos posicionam-se como defensores ativos da proteção dos direitos fundamentais, lutando contra a discriminação racial e a violência que afeta de maneira desproporcional a população jovem negra.

Em relação ao perfil dos participantes e à perspectiva sobre o meio mais efetivo para a captação de votos nas mídias sociais, a pesquisa objetivou entender como essas plataformas influenciam as estratégias de campanha dos pesquisados (Gráfico 11).

**Gráfico 11** – Perfil sobre o meio mais efetivo para captação de votos dos pesquisados



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa (2023).

O perfil que destaca as mídias sociais como o meio mais efetivo para a captação de votos dos pesquisados demonstrou liderança, com a ressalva de que, à exceção do Instagram, a captação de votos presencial ainda se manteve como o segundo meio mais significativo. Esse cenário sugere uma presença robusta e influente dos candidatos nas plataformas digitais, evidenciando a importância da presença online na estratégia de campanha, embora seja necessário que aconteça uma abordagem do candidato presencialmente. Corroborando com os resultados apresentados no gráfico 11, o perfil da forma e abordagem mais utilizada pelos pesquisadores confirmou a abordagem virtual e presencial como as principais utilizadas.

**Gráfico 12** - Perfil sobre a forma e abordagem mais utilizada dos pesquisados.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa (2023).

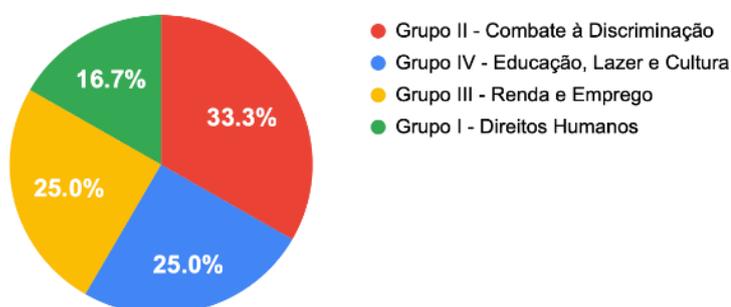
A manutenção de uma relevância considerável da captação de votos presencial ressalta a importância do contato direto e pessoal com o eleitorado. Essa dualidade de abordagens indica a necessidade de uma estratégia integrada que combine eficazmente as dinâmicas online e offline para maximizar o alcance e a persuasão durante o processo eleitoral.

Finalizando a análise, foi analisado o perfil das principais bandeiras de campanha dos pesquisados (Gráfico 13).

**Gráfico 13** – Perfil das principais bandeiras de campanha dos pesquisados

### Principais Bandeiras de Campanha

(Agrupadas em 4 categorias)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa (2023).

O destaque atribuído ao combate à discriminação sugere uma consciência significativa e um comprometimento em prol da promoção da igualdade racial, visando confrontar ativamente práticas discriminatórias e estruturas que perpetuam o racismo. No entanto, é válido ponderar que, apesar dessa ênfase, seria interessante analisar de que maneira esses compromissos se traduzem em propostas e ações concretas, além de considerar se as estratégias propostas são suficientemente abrangentes para abordar a complexidade das questões raciais.

A equiparação entre renda e empregos, ao indicar a preocupação com a questão econômica, evidencia o reconhecimento da importância da geração de empregos e do fortalecimento econômico para impulsionar o progresso e melhorar as condições de vida. Contudo, seria pertinente questionar a profundidade dessas propostas e como elas se alinham com estratégias mais amplas para abordar as disparidades econômicas existentes, especialmente no que diz respeito às comunidades mais vulneráveis.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O esforço empreendido nesta investigação tem como inspiração a busca constante do aprimoramento da democracia a partir da contribuição de Robert Dahl em Poliarquia, onde a contestação e a inclusão são requisitos a este intento nas sociedades multiculturais como a brasileira. Por outro lado, a luta histórica de diversas lideranças negras que a cada processo eleitoral coloca seu nome e sua militância à disposição das estruturas partidárias no intuito de promover mudanças efetivas na composição dos espaços de poder político presentes nos âmbitos municipal, estadual e federal. Aliado a essa ideia e nesse contexto, entendemos que os espaços de poder vigentes nestes sistemas políticos não podem prescindir nem embargar movimentos em prol de uma representação descritiva seletiva dos grupos subalternos presentes nestas sociedades. Como conclui Campos e Machado (2020):

A política não é apenas o espaço de expressão de interesses e valores pré-formados, mas também da deliberação pelo diálogo e da eventual modificação das visões tanto de eleitos quanto de eleitores. Por isso é relevante incluir nessas deliberações a experiência vivida, porém silenciada, de grupos subalternos (Campos; Machado, 2020, p. 150-151).

E complementa estes autores:

Vivemos em um país profundamente desigual, no qual a parte mais dependente das políticas estatais de saúde, educação e segurança, entre outras, é justamente aquela sem voz política. Ademais, raça e gênero são clivagens estruturantes da sociedade e do modo como nosso Estado se organizou historicamente. Toda questão política – das medidas econômicas de austeridade a políticas educacionais para jovens – possui dimensões raciais e de gênero. Logo, a inclusão desses grupos na representação política não visa apenas reduzir os problemas sociais que lhes são específicos: ela visa, sobretudo, tornar nossa sociedade mais democrática (Campos; Machado, 2020, p. 150-151).

Esta representação, enquanto tipo ideal, não deveria ser alijada do compromisso do representante com a causa, mas não é dessa forma que vem se conformando nas esferas de poder em nosso país. Acordos outros de ordem política e realidades diferenciadas permitem que boa parte dos(as) negros(as) e mulheres eleitas para o parlamento ou mesmo para o executivo não tenha compromisso com a questão racial ou de gênero.

É neste sentido que surge o grande desafio para os movimentos negros e de mulheres, preparando seus quadros para esta disputa no intuito tanto de garantir a defesa das ações afirmativas, mas, simultaneamente, inserir visões alternativas sobre as pautas gerais que transitam nos espaços de poder a partir do lugar histórico que ocupa na sociedade. Isto ocorreu com várias lideranças negras e femininas em âmbito nacional como demonstramos neste trabalho.

Em relação a esta pesquisa, faz-se necessário ressaltar os seus limites em termos de público e metodologia colocando-a como uma contribuição parcial às reflexões sobre a participação de ativistas negros(as) na política eleitoral, principalmente devido ao fato da realidade local aqui analisada não representar o quadro nacional onde tivemos vários exemplos de sucesso neste pleito de 2020, os quais apontariam outros aspectos que possibilitaram àquelas pessoas chegarem ao parlamento municipal através do voto. Por outro lado, por seu ineditismo no tocante a investigar este objeto na realidade sergipana e falta de experiência dos protagonistas em processos eleitorais, outros aspectos políticos e pontos do questionário aplicado poderiam ser melhor detalhado, especialmente no tocante às estratégias de campanha.

Acreditamos ser possível e necessário ativistas negros(as) obterem sucesso eleitoral, mas dado os filtros legais, financeiros, materiais e ideológicos, dentre outros, que uma eleição impõe, esta condição requererá o estabelecimento de acordos intra organizações do movimento negro, uma análise dos perfis pessoais, adequação discursiva e a ampliação da escuta política, tanto para sair da ‘bolha’ quanto para mobilizar pessoas brancas antirracistas na linha do que defende a Bell Hooks. Por outro lado, e isto é chave, uma ampliação, mensuração e incremento dos resultados alcançados pelo trabalho junto à sua base social levando tanto ações afirmativas quanto políticas públicas de caráter universal.

Foi isto que tentei operar na oportunidade em que coloquei meu nome à disposição do Partido dos Trabalhadores em 2002, para uma candidatura a deputado federal e é isto que orientaria aos(às) ativistas da causa racial fazerem, caso se dispusessem a participar de futuras eleições em qualquer instância federativa, guardadas as estratégias que deverão ser adaptadas para cada momento.

Por fim, conseguimos comprovar as nossas hipóteses, mesmo com as deficiências e limites da investigação já apontadas acima. A cotização dos recursos do fundo eleitoral para as candidaturas de pessoas negras no ano de 2020, autorizados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) contribuiu, mas ainda não foi um fator determinante para garantir o seu acesso a um mandato parlamentar na câmara de vereadores.

Os dois grandes desafios, neste caso, residem na forma como os partidos estão gerindo esses recursos e, por outro lado, no critério de autoclassificação utilizado pelo TSE que estimula a fraude racial por parte de muitos eleitos(as); A forma de inserção das candidaturas de pessoas negras nas direções partidárias ou em grupos internos de apoio dentro dessas agremiações políticas qualificam, ampliam e fortalecem tanto a imagem dessas organizações junto à população quanto à possibilidade dessas candidaturas obterem um melhor resultado eleitoral,

fator este que não ocorreu com as candidaturas dos(as) ativistas negros(as) participantes desta investigação.

A presença de candidaturas de pessoas negras dentro do processo eleitoral, articuladas a uma ação sinérgica e unificada das organizações integrantes da sua base social e agregando às bandeiras de ação afirmativa, outras ações de caráter universal, impactarão positivamente na performance da sua campanha e na consolidação do seu perfil como legítima liderança popular; e, por fim, As desigualdades raciais, o modelo de dominação do sistema político e eleitoral e o racismo estrutural que permeiam o Estado e a sociedade brasileira permanecerão como fatores intervenientes negativos e impeditivos de uma vitória eleitoral de candidaturas negras, e de acesso da população negra às esferas públicas de poder.

## REFERÊNCIAS

ABRANCHES, S. **Presidencialismo de coalizão: raízes e evolução do modelo político brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras.

ALBERTI, V.; PEREIRA, A.A. **Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC**. Rio de Janeiro: Pallas: CPDOC-FGV, 2007.

ALMEIDA, S.L. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALMEIDA, S. O TSE e o Reino de Wakanda. Folha de S. Paulo, 7 dez. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/silvio-almeida/2020/12/o-tse-e-o-reino-de-wakanda.shtml>. Acesso em: 12 maio. 2023.

ANDREWS, G.R. Mobilização política negra no Brasil (1975-1990). **História: Questões e Debates, Curitiba**, v. 63, n. 2, p. 13-39, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/46701>. Acesso em: 12 maio. 2023.

AZEDO, L.C. Mais mulheres e negros no pleito. **Correio Braziliense**, 16 nov. 2020. Disponível em: <https://blogs.correiobraziliense.com.br/azedo/mais-mulheres-e-negros-no-pleito/>. Acesso em: 12 maio. 2023.

CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU. **Vereadores da 19ª Legislatura**. Disponível em: <https://www.aracaju.se.leg.br/processo-legislativo/parlamentares>. Acesso em: 11 maio. 2023.

CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU. **Projetos de Lei**. Disponível em: <https://www.aracaju.se.leg.br/processo-legislativo>. Acesso em: 11 maio. 2023.

CAMPOS, L.A. Racismo em três dimensões: uma abordagem realista-crítica. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 32, n. 95, p. 1-19, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/8YsCLH9MsCZ3dPWC47JLmFd/>. Acesso em: 12 maio. 2023.

CAMPOS, L.A.; MACHADO, C. Raça e eleições no Brasil. Porto Alegre: Zouk, 2020.  
CAMPOS, L.A.; MACHADO, C. A cor dos eleitos: determinantes da sub-representação política dos não brancos no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**. n.16. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/fnzjppV7bQgZ7fjv8rPC4yc/>. Acesso em: 12 maio. 2023.

CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

COSTA, S. A construção sociológica da raça no Brasil. **Estudos Afro-Asiáticos**, v. 24, n. 1, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/r5cSgh4tbG4DDHKmsjsHK9S/>. Acesso em: 12 maio. 2023.

COSTA, S. Política, esfera pública e novas etnicidades. **Revista Interthesis**, v. 3, n. 1, p. 1-2, 2005. Disponível em: <https://antigo.periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/660>. Acesso em: 12 maio. 2023.

DAFLON, V. **Tão longe, tão perto: pretos e pardos e o enigma racial brasileiro**. 2014. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/bitstream/1/15494/1/tese%20Veronica%20Toste%20Daflon.pdf>. Acesso em: 13 maio. 2023.

DAHL, R. **A Poliarquia: participação e oposição**. Tradução Celso Mauro Paciorni. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

DANTAS, I.C. **Os partidos políticos em Sergipe (1889-1964)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

DANTAS, I.C. **Eleições em Sergipe (1985-2000)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

DOMINGUES, P.J. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Revista Tempo**, Niterói, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/yCLBRQ5s6VTN6ngRXQy4Hqn/>. Acesso em: 13 maio. 2023.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978.

FERNANDES, E.G. Desafios contemporâneos para o estudo dos movimentos sociais: entrevista com Donatella della Porta. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 19, n. 45, 2019. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519549X201900200017&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519549X201900200017&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 13 maio. 2023.

FOLHA DE S. PAULO. Núcleos afros de partidos se unem contra 'falsos negros' em estreia de cota na eleição. **Folha de S. Paulo**, 11 out. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/09/nucleos-afros-de-partidos-se-unem-contrafalsos-negros-em-estrela-de-cota-na-eleicao.shtml>. Acesso em: 12 maio. 2023.

FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. **Cadernos de Campo, São Paulo**, n. 14, v. 15, p. 1-382, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50109>. Acesso em: 12 mai. 2023.

G1. **Candidaturas coletivas e compartilhadas se multiplicam nas eleições de 2020, mostra levantamento da FGV**. G1, 30 set. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2020/eleicao-em-numeros/noticia/2020/11/12/candidaturas-coletivas-e-compartilhadas-se-multiplicam-nas-eleicoes-de-2020-mostra-levantamento-da-fgv.ghtml>. Acesso em: 12 maio. 2023.

G1. **Eleições de 2020 são as primeiras sem coligações de partidos para vereadores**. G1, 29 set. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/11/12/eleicoes-de-2020-sao-as-primeiras-sem-coligacoes-de-partidos-para-vereadores.ghtml>. Acesso em: 12 maio. 2023.

GOHN, M.G. **Participação e democracia no Brasil: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013**. Rio de Janeiro: Petrópolis: Vozes, 2019.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUIMARÃES, A.S.A. Como trabalhar com “raça” em sociologia. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 93-107. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/DYxSGJgkwVyFJ8jfT8wxWxC/>. Acesso em: 12 maio. 2023.

GUIMARÃES, A.S.A. Raça e os estudos de relações raciais no Brasil. **Novos Estudos**, n. 54, p. 147-156, 1999. Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/wp-content/uploads/2018/11/GUIMARAES-Ra%C3%A7a-e-os-estudos-de-rela%C3%A7%C3%B5es-raciais-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 13 maio. 2023.

GUIMARÃES, A.S.A. Racismo e anti-racismo no Brasil. **Novos Estudos**, n. 43, p. 26-44, 1995. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4116181/mod\\_resource/content/0/A.%20S.%20Gui%20mar%C3%A7a%20-%20Racismo%20e%20anti-racismo%20no%20Brasil.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4116181/mod_resource/content/0/A.%20S.%20Gui%20mar%C3%A7a%20-%20Racismo%20e%20anti-racismo%20no%20Brasil.pdf). Acesso em: 12 maio. 2023.

HOOKS, B. **Olhares negros: raça e representação**. São Paulo: Elefante, 2019.

IREÉ. As burocracias partidárias vão na direção inversa das ruas. **IREE**, 10 nov. 2020. Disponível em: <https://iree.org.br/as-burocracias-partidarias-va-na-direcao-inversa-das-ruas/>. Acesso em: 12 maio. 2023.

IREÉ. O “novo Congresso” e a eleição municipal 2020. **IREE**, 5 out. 2020. Disponível em: <https://iree.org.br/o-novo-congresso-e-a-eleicao-municipal-de-2020/>. Acesso em: 12 maio. 2023.

JOHNSON, O.A. A representação racial e política no Brasil: parlamentares negros no Congresso Nacional (1983-99). **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, n. 38. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/XtrSdCmy9hnDq5hjCXpvX9d/>. Acesso em: 12 maio. 2023.

KINZO, M.D.G. Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 54, p. 23-40, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/fWXGBMhcjwJPQT5DphbK39t/>. Acesso em: 12 maio. 2023.

LAMOUNIER, B.; MENEGUELLO, R. **Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LOPES, E.S.A. Opinião – A “geleia geral” das eleições municipais de 2020 em Aracaju. **JL Política**, 13 out. 2020. Disponível em: <https://jlpolitica.com.br/coluna-aparte/com-nome-de-cabeca-de-porco-vereador-tenta-ser-um-marco-na-assistencia-as-pessoas/notas/opiniao-a-geleia-geral-das-eleicoes-municipais-de-2020-em-aracaju>. Acesso em: 13 out. 2020.

MACHADO, C. **Raça e eleições no Brasil**. Porto Alegre: Zouk, 2020.

MAIO, M.C. Cor, intelectuais e nação na sociologia de Guerreiro Ramos. **Cadernos EBAPE**

(Edição Especial), Rio de Janeiro, v. 13, p. 605-630, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/7WY63byJtg4RHTvxqWqWXvw/>. Acesso em: 12 maio. 2023.

MBENBE, A. **Crítica da razão negra**. São Paulo: Instituto Francês do Brasil, 2015.

MIGUEL, L.F. **Democracia e representação: territórios em disputa**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

MIGUEL, L.F. **Desigualdades e democracia: o debate da teoria política**. São Paulo: Unesp, 2016.

NASCIMENTO, B. **Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos/organização Alex Ratts**. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2021. ISBN 978-65-5979-006-7.

NOBRE, M. **Imobilismo em movimento: Da abertura democrática ao governo Dilma**. 1. ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

O GLOBO. **Desigualdade na urna: Brancos têm duas vezes mais chances de serem eleitos vereadores do que negros**. O Globo, 11 nov. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/candidatos-brancos-tem-duas-vezes-mais-chances-de-conquistarem-vagas-em-camaras-de-vereadores-do-que-negros-24650041>. Acesso em: 12 mai. 2023.

OLIVEIRA, C.L.P. Estratégias eleitorais de políticos negros no Brasil na era do marketing político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 21, p. 321-360, set./dez. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/QPJjgLhT5wnT9Gvt7VKVrLx/?lang=pt>. Acesso em: 12 set. 2023.

OLIVEIRA, C.L.P. O negro e o poder no Brasil: uma proposta de agendas de pesquisa. **Cadernos CRH**, Salvador, n. 36, p. 48-67, jan./jun. 2002.

OLIVEIRA, C.L.P. O negro e o poder: os negros candidatos a vereador em Salvador em 1988. **Cadernos CRH** (Suplemento), Salvador, p. 94-116, 1991.

PICELLI, P.C. Raça, identidade e pós-modernidade em Stuart Hall: contrapontos com o debate de Paul Gilroy. **Intratextos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 169-187, 2018.

PINHEIRO, L.B.M. Negritude, apropriação cultural e a “crise conceitual” das identidades na modernidade. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: Editora, 2015 (Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios), p. 1-15.

RAMOS, A.G. **Introdução crítica a sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

RIOS, F.M. **Elite Política Negra no Brasil: Relação entre movimento social, partido políticos e Estado**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014.

RIOS, F.M.; PAZ, H. **Representação Política nas cidades brasileiras: gênero, raça e etnicidade nas eleições 2020**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2021.

SADER, E. *et al.* **Movimentos sociais na transição democrática**. São Paulo: Cortez Editora, 1987.

SANTOS, B.S. **A difícil democracia: reinventar as esquerdas**. São Paulo: Boitempo, 2017.

SANTOS, I.A.A. **O movimento negro e o Estado (1983-1987): o caso do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra no Governo de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2001. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279477>. Acesso em: 4 ago. 2020.

SCHUMPETER, J.A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Tradução de Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: Unesp, 2017.

SCOTT, J.W. O enigma da igualdade. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 1, jan./abr., 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/H5rJm7gXQR9zdTJPBf4qRTy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 ago. 2023.

SILVA, A.F. **Os militantes no poder lideranças negras nos espaços institucionais em Sergipe (2003-2015)**. São Cristóvão, 2016, 255 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016. Biblioteca da Universidade Federal de Sergipe, 2016. Disponível em: [https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/6239/1/ALINE\\_FERREIRA\\_SILVA.pdf](https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/6239/1/ALINE_FERREIRA_SILVA.pdf). Acesso em: 12 set. 2023.

SILVA, M.L.; TRAPP, R.P. Para além da Atlântico negro: problematizações sobre antirracismo e transnacionalismo no Brasil (1978-2010). **Oficina do Historiador**, Porto Alegre/EDIPECRS, v. 5, n. 1, p. 35-54, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadohistoriador/article/view/11916>. Acesso em: 20 ago. 2022.

SILVA, T. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15. ed., Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

SOUTHIER, D.; AZAMBUJA E ÁVILA, C.; TELES, E.E. Identidade racial, contexto urbano e mobilização política. **Afro-Ásia** (Centro de Estudos Afro-Orientais), Salvador, n. 17, p. 121-137, 1996. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20860/13460>. Acesso em: 20 out. 2023.

SOUZA, J. **Como o racismo criou o Brasil**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **Ação de descumprimento de preceito fundamental com pedido de concessão de medida cautelar do PSOL**. Tribunal Superior Eleitoral, Brasília, DF, 2020. Disponível em: <http://www.tse.jus.br>. Acesso em: 10 mai. 2023.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **Acórdão e voto-vista CTA nº.0600306-47.2019.6.00.0000/DF**. Tribunal Superior Eleitoral, Brasília, DF, 25 jun. 2020. Disponível em: <http://www.tse.jus.br>. Acesso em: 10 mai. 2023.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **Divulgação de candidaturas e contas eleitorais**. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/municipios/2020/2030402020/31054/candidatos>. Acesso em: 11 mai. 2023.

ZUBARAN, Maria Angélica; WORTMANN, Maria Lúcia; KIRCHOF, Edgar Roberto. Stuart Hall e as questões étnico-raciais no Brasil: cultura, representações e identidades. **Projeto Histórias**, São Paulo, n. 56, p. 9-38, mai./ago. 2016. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/25714>. Acesso em: 20 ago. 2023.

## APÊNDICE I: QUESTIONÁRIO

### PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA DA UFS

TEMA: A QUESTÃO RACIAL, O PODER E A POLÍTICA: UMA ANÁLISE ACERCA DAS CANDIDATURAS DE ATIVISTAS NEGROS(AS) NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020 EM ARACAJU/SE

PÚBLICO-ALVO: CANDIDATURAS DE PESSOAS NEGRAS VINCULADAS AO MOVIMENTO SOCIAL NEGRO.

1. NOME COMPLETO \_\_\_\_\_ NOME DE CAMPANHA \_\_\_\_\_  
 PREFERES RESPONDER ANÔNIMO: SIM ( ) NÃO ( ) IDADE \_\_\_\_\_

2. QUAL A SUA RELIGIÃO:

CATÓLICA ( ) EVANGÉLICA ( ) MUÇULMANA ( ) MATRIZ AFRICANA ( )  
 ATEU ( ) OUTRO \_\_\_\_\_

3. GÊNERO:

FEMININO ( ) MASCULINO ( ) LGBTQI+ ( ) OUTRO \_\_\_\_\_

4. QUAL É A SUA RAÇA/COR?

BRANCA ( )

PRETA ( )

PARDA ( )

AMARELA ( )

INDÍGENA ( )

OUTRO (Por favor especifique): \_\_\_\_\_

PREFIRO NÃO RESPONDER ( )

5. RELAÇÃO CONJUGAL:

CASADO ( ) SOLTEIRO ( ) UNIÃO ESTÁVEL ( ) DIVORCIADO ( ) VIÚVO ( )

6. GRAU DE INSTRUÇÃO:

FUNDAMENTAL ( ) NÍVEL MÉDIO ( ) GRADUADO ( ) PÓS-GRADUADO ( )

7. PROFISSÃO \_\_\_\_\_ OCUPAÇÃO \_\_\_\_\_

8. TRABALHA: SIM ( ) NÃO ( )

8.1 RELAÇÃO DE TRABALHO: PÚBLICO ( ) PRIVADO ( ) OUTRO: \_\_\_\_\_

8.2 LOCAL DE TRABALHO: \_\_\_\_\_

8.3 RENDA FAMILIAR \*SM (SALÁRIO MÍNIMO)

Até 2 SM ( )

De 2 a 4 SM ( )

De 4 a 10 SM ( )

De 10 a 20 SM ( )

9. CIDADE/ESTADO DE NASCIMENTO \_\_\_\_\_

10. CIDADE/ESTADO ONDE ATUA NO CAMPO POLÍTICO \_\_\_\_\_

11. PARTIDO ATUAL A QUE É FILIADO \_\_\_\_\_

12. PARTIDO ANTERIOR A QUE ERA FILIADO \_\_\_\_\_

13. ANOS DE MILITÂNCIA PARTIDÁRIA:  
PARTIDO ATUAL \_\_\_\_\_ PARTIDO ANTERIOR \_\_\_\_\_

14. TIPO DE MILITÂNCIA PARTIDÁRIA:  
DIRIGENTE ( ) MILITANTE ( ) OUTRO \_\_\_\_\_

15. QUANTIDADE DE MANDATOS ELETIVOS PARA CÂMARA DE VEREADORES,  
INCLUINDO O ATUAL:  
0 ( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) ACIMA DE 4 \_\_\_\_\_

16. LOCAL DE MILITÂNCIA SOCIAL:  
MOVIMENTO NEGRO ( ) MOVIMENTO FEMINISTA ( ) MOVIMENTO D.H. ( )  
MOVIMENTO COMUNITÁRIO ( ) MOVIMENTO SINDICAL ( ) MOVIMENTO GLBTQI+ ( )  
OUTRO \_\_\_\_\_

17. ANOS DE MILITÂNCIA SOCIAL \_\_\_\_\_

18. PÚBLICO ATENDIDO PELA SUA MILITÂNCIA SOCIAL:  
POPULAÇÃO NEGRA ( ) MULHERES ( ) JUVENTUDE ( ) COMUNIDADES ( )  
CRIANÇA/ADOLESCENTE ( ) LGBTQI+ ( ) OUTRO \_\_\_\_\_

19. TIPO DE MILITÂNCIA SOCIAL:  
DIRIGENTE ( ) ASSOCIADO ( ) CONTRIBUINTE ( )

20. GASTOS DE CAMPANHA EM REAIS:  
ATÉ 10 MIL ( ) 10 A 30 MIL ( ) 30 A 50 MIL ( ) 50 A 100 MIL ( ) +100 MIL ( )

21. ORIGEM DOS RECURSOS DE CAMPANHA:  
PRÓPRIO ( ) PARTIDO ( ) APOIADORES ( ) VAQUINHA DIGITAL ( )

22. PROPORCIONALIDADE DA ORIGEM DOS RECURSOS DE CAMPANHA, DE 0 A 100%:  
PRÓPRIO ( ) PARTIDO ( ) APOIADORES ( ) VAQUINHA DIGITAL ( )

23. OUTRAS FORMAS NÃO MONETÁRIAS DE APOIO RECEBIDO PARA CAMPANHA:  
TRANSPORTE ( ) IMPRESSOS ( ) CABOS ELEITORAIS ( ) OUTRO \_\_\_\_\_

24. QUAIS AS SUAS TRÊS PRINCIPAIS BANDEIRAS DE CAMPANHA:  
PRIORIDADE 1 \_\_\_\_\_  
PRIORIDADE 2 \_\_\_\_\_  
PRIORIDADE 3 \_\_\_\_\_

25. MÍDIA DIGITAL MAIS UTILIZADA DURANTE A CAMPANHA (DE 0 A 5):

INSTAGRAM ( ) WHATSAPP ( ) FACEBOOK ( ) TWITTER ( ) E-MAIL ( )  
TIKTOK ( ) NÃO UTILIZOU NENHUMA MÍDIA DIGITAL ( )

26. TEVE ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO/MÍDIA DIGITAL REMUNERADA:  
SIM ( ) NÃO ( )

27. NÚMERO DE PESSOAS MOBILIZADAS POR APLICATIVO:

INSTAGRAM : ATÉ 100 ( ) 100 A 500 ( ) 500 A 1000 ( ) ACIMA DE 1000 ( )  
WHATSAPP : ATÉ 100 ( ) 100 A 500 ( ) 500 A 1000 ( ) ACIMA DE 1000 ( )  
FACEBOOK : ATÉ 100 ( ) 100 A 500 ( ) 500 A 1000 ( ) ACIMA DE 1000 ( )  
TWITTER : ATÉ 100 ( ) 100 A 500 ( ) 500 A 1000 ( ) ACIMA DE 1000 ( )  
EMAIL : ATÉ 100 ( ) 100 A 500 ( ) 500 A 1000 ( ) ACIMA DE 1000 ( )  
TIK TOK : ATÉ 100 ( ) 100 A 500 ( ) 500 A 1000 ( ) ACIMA DE 1000 ( )

28. MEIO MAIS EFETIVO PARA CAPTAÇÃO DE VOTOS:

INSTAGRAM ( ) WHATSAPP ( ) FACEBOOK ( ) TWITTER ( ) E-MAIL ( )  
TIK TOK ( ) CONTATO PRESENCIAL COM OS ELEITORES ( )

29. FORMA DE ABORDAGEM DO ELEITORADO MAIS UTILIZADA (DE 0 A 5):

VIRTUAL ( ) PRESENCIAL ( ) TELEFONIA ( ) VEÍCULOS SONOROS ( ) IMPRESSOS  
( ) OUTROS \_\_\_\_\_

30. Nº DE VOTOS OBTIDOS NA CAMPANHA PARA VEREADOR EM 2020: \_\_\_\_\_

31. COLOCAÇÃO FINAL NO ÂMBITO DO SEU PARTIDO:

ELEITO ( ) SUPLÊNCIA ( ) QUAL LUGAR NA SUPLÊNCIA? \_\_\_\_\_  
QUAL LUGAR NO COMPUTO GERAL DOS ELEITOS? \_\_\_\_\_

32. RESULTADO OBTIDO PELO PREFEITO APOIADO POR SUA CANDIDATURA:

ELEITO ( ) SEGUNDO LUGAR ( ) TERCEIRO LUGAR ( ) QUARTO LUGAR ( )

33. NA SUA VISÃO, EXISTE RACISMO EM ARACAJU?

SIM ( ) NÃO ( )

34. CASO SEJA POSITIVA A RESPOSTA ANTERIOR, ONDE É MAIS VISÍVEL A  
MANIFESTAÇÃO DE ATOS DE RACISMO AQUI EM ARACAJU?

LOCAL DE TRABALHO ( ) MEIO FAMILIAR ( ) MEIO EMPRESARIAL ( )  
ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS ( ) AÇÃO POLICIAL ( ) REDE EDUCACIONAL ( )  
REDE DE SAÚDE ( ) MEIO ESPORTIVO ( ) MEIO CULTURAL ( ) TODOS ( )  
OUTRO \_\_\_\_\_

35. A IDENTIDADE RACIAL ASSINALADA POR VOCÊ NO SITE DO TRE IMPACTOU DE  
QUAL FORMA SOBRE A VISÃO QUE O ELEITORADO TINHA SOBRE A SUA  
CANDIDATURA?

POSITIVA ( ) INDIFERENTE ( ) NEGATIVA ( )

36. DURANTE A CAMPANHA, CHEGOU ATÉ VOCÊ ALGUMA PAUTA RELATIVA A  
QUESTÃO RACIAL POR PARTE DOS SEUS ELEITORES?

NÃO ( ) SIM ( )

EM QUAL POSITIVO QUAL FOI A PAUTA \_\_\_\_\_

37. DURANTE A CAMPANHA, SUA CANDIDATURA FEZ ALGUMA PROPOSTA NA TV, MÍDIA DIGITAL, RÁDIO, OU DIRETAMENTE JUNTO AOS ELEITORES, RELACIONADA A QUESTÃO RACIAL E EM BENEFÍCIO DA POPULAÇÃO NEGRA DE ARACAJU?

NENHUMA ( ) PROPÔS POLÍTICA DE AÇÃO AFIRMATIVA ( )

PROPÔS POLÍTICAS UNIVERSAIS ( )

QUAL? \_\_\_\_\_

38. NO CASO DE TER SIDO ELEITO ANTERIORMENTE PARA VEREADOR, SEU MANDATO APRESENTOU OU APROVOU ALGUM PROJETO DE LEI EM BENEFÍCIO DA POPULAÇÃO NEGRA DE ARACAJU?

NÃO ( ) SIM ( )

EM CASO POSITIVO, RELACIONE OS PROJETOS \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

OBRIGADO PELAS RESPOSTAS. SERVIRÃO PARA TORNARMOS ARACAJU UMA CIDADE CADA VEZ MAIS DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA.